

GUILHERME MARSON JUNQUEIRA

ESPORTE E CIDADANIA:
Uma relação apenas anunciada na formação docente.

PUC-Campinas
2004

GUILHERME MARSON JUNQUEIRA

ESPORTE E CIDADANIA:

Uma relação apenas anunciada na formação docente

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na área de Ensino Superior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação da Prof^a Dr^a Miriam Pascoal.

PUC-Campinas

2004

JUNQUEIRA, Guilherme Marson.

J — Esporte e cidadania: uma relação apenas anunciada na formação docente / Guilherme Marson Junqueira - Campinas, SP: {s.n.}, 2004.

122p.

Orientadora: Miriam Pascoal.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais.

1. Cidadania. 2. Esporte. 3. Formação de Professor de Ed. Física

I. Pascoal, Miriam. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

III. Título.

Autor: JUNQUEIRA, Guilherme Marson.

Título: Esporte e Cidadania: uma relação apenas anunciada na formação docente.

Orientadora: Miriam Pascoal

Dissertação de Mestrado em Educação, PUC-Campinas, 2004.

Data: 29/11/2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Miriam Pascoal

Prof(a). Dr(a). Roberto Rodrigues Paes

Prof(a). Dr(a). João Batista de Almeida Junior

AGRADECIMENTOS

- Agradeço primeiramente a Deus;
- Aos meus colegas de graduação e mestrado, em especial ao Danilo, Renato, Eduardo, Luciano, Cláudio, Fátima e Andréa;
- Aos meus Pais, em especial à minha Mãe;
- Aos meus irmãos;
- Aos meus alunos, em especial à aluna Naiara Parrillo Adri;
- E à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Miriam Pascoal;
- E por fim a banca examinadora composta pelos professores: Dr.^o João Batista de Almeida Junior e Dr.^o Roberto Rodrigues Paes.

DEDICATÓRIA

À minha Noiva e futura Esposa Ana Carolina Domingues Cotrim, por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis e jamais me deixar desistir, obrigado.

RESUMO

JUNQUEIRA, Guilherme Marson. **Esporte e Cidadania: uma relação apenas anunciada na formação docente**. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC-Campinas, 2004, 125 p. Orientador: Prof^a. Dr^a. Miriam Pascoal

O presente trabalho aborda questões que relacionam o esporte à cidadania, bem como a formação acadêmica dos professores de Educação Física das escolas estaduais e particulares de São João da Boa Vista – SP. O trabalho está inserido na linha de pesquisa “Docência, Universidade e Formação de professores”, do curso de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Por meio de uma investigação qualitativa, buscamos detectar qual é a compreensão que os professores de Educação Física possuem a respeito das relações sociais do esporte moderno com o desenvolvimento da sociedade. Buscamos compreender como a educação pode influenciar a formação de um modelo de participação social, a fim de estabelecermos as relações entre o esporte moderno e o capitalismo e posteriormente com a cidadania. Fundamentamos nossos estudos em autores como P. Freire, M. Enguita, A. Gebara, N. Elias, E. Dunning, V. Bracht, M. Gadotti, R.F. Lucena, J.P.S. Medina, D. Saviani e E. Vieira, entre outros. A pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários aos professores de Educação Física e concluímos que a estrutura, o estado de conservação das escolas, os recursos materiais disponíveis e a compreensão de cidadania dos professores pesquisados, contribuem para a construção de um modelo de cidadania alienado, baseado no senso-comum, em virtude da pouca importância dada ao tema na sua formação acadêmica.

Palavras Chaves: Cidadania – Esporte – Formação de professores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - HISTÓRIA DO ESPORTE MODERNO	13
1.1. Esporte e raízes européias.....	15
1.2. Esporte no Brasil.....	34
CAPÍTULO II – ESPORTE E CIDADANIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	47
2.1. A cidadania nos diferentes contextos.....	47
2.2. Cidadania e Educação.....	60
2.3. Cidadania, Inclusão Social e Esporte.....	74
CAPÍTULO III – A pesquisa realizada	85
3.1 Opção Metodológica.....	85
3.1.1. Sujeitos.....	89
3.1.2 Contexto escolar.....	90
3.1.3 Local.....	93
3.1.4 Instrumentos.....	94
3.2. Análise dos dados.....	94
3.2.1 Discussão dos Resultados.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
BIBLIOGRAFIA	118
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema principal o esporte como forma de promover a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania. Temos visto freqüentemente, nos meios de comunicação, inúmeros projetos sociais que usam o esporte com essa finalidade, principalmente com crianças e jovens das classes sociais menos favorecidas.

Estudamos também a questão da formação profissional do professor de Educação Física com o objetivo de conhecer o que os professores pensam do esporte e a possível vinculação dele à cidadania. Acreditamos que é importante conhecer qual é o entendimento do professor sobre a origem social do esporte e sua evolução durante a história, e também investigar como, enquanto profissional, ele justifica a presença do esporte na escola.

O esporte possui múltiplos significados. Dentre eles encontramos o esporte como lazer, reabilitação, profissão, educação. Acreditamos na natureza educacional do esporte, justificando assim nossa opção pelo estudo do esporte vinculado à cidadania e à inclusão social.

Sabemos que a natureza educacional do esporte não se restringe ou não se limita ao espaço escolar, porém, por uma opção metodológica resolvemos nos focar mais especificamente na escola.

Entendemos que o esporte é um espaço privilegiado para a vivência de valores, atitudes e comportamentos necessários ao cidadão autônomo e

participante. Optamos pela educação formal em nossa pesquisa e mais especificamente, investigamos qual a compreensão que os professores de Educação Física possuem sobre cidadania e se o curso de graduação dos professores que lecionam nas redes particular, municipal e estadual lhes deu subsídios para entender questões ligadas à cidadania e esporte.

Para entender o esporte enquanto forma de educação, o professor de Educação Física deve ter uma boa formação a respeito de políticas sociais, educação e da educação física dentro do contexto social, político e econômico em que vive, o que vem a influenciar toda a sua forma de inserção e participação na sociedade como cidadão e como profissional da área de educação.

Nossa idéia inicial é a de que o esporte pode ser uma das formas de se trabalhar a cidadania e a inclusão social, desde que isso não seja feito de qualquer forma, uma vez que, ao que tudo indica, a linha que separa a inclusão da exclusão social no esporte é muito tênue, muito fácil de ser rompida, principalmente quando tivermos uma compreensão equivocada do esporte quando usado para estes fins. Além disso, entendemos que somente é possível utilizar o esporte como instrumento de formação democrática, de desenvolvimento da cidadania, se o professor de Educação Física tiver claro para si os conceitos de democracia, cidadania e qual é a importância do esporte nesse processo.

Como já dissemos anteriormente, o esporte é um fenômeno social multifacetado: esporte de alto rendimento ou competitivo, esporte de lazer, esporte educacional etc. Pensamos que essa fragmentação em diferentes formas de participação esportiva é, em si, uma forma de redução do fenômeno esportivo. Acreditamos que, independentemente do local onde se manifeste o esporte, necessariamente haverá competição, rendimento, diversão e educação. O que o diferenciará será a intensidade ou a importância dada a cada um desses aspectos.

Para facilitar nosso trabalho utilizaremos as seguintes nomenclaturas ou classificação: esporte de alto rendimento ou esporte competitivo, quando estivermos nos referindo ao esporte profissional; esporte de lazer, quando for praticado com o intuito estritamente recreativo, e esporte educação ou educacional quando estivermos nos referindo àquele praticado dentro da educação formal ou não-formal; em nosso caso a formal.

O esporte de competição é um modelo de participação esportiva, enquanto que o esporte usado para a recreação ou para a educação é um outro modelo de

participação em um mesmo fenômeno social e cada qual possui uma determinada gama de valores que não necessariamente são os mesmos e quando passamos a utilizar os moldes de participação esportiva de alto rendimento em momentos de recreação ou de educação, como cobrança por resultados, eficiência no gestual técnico, ao invés de incentivarmos o associativismo, por exemplo, estaremos longe de promover a inclusão social e de desenvolver a cidadania.

A questão que norteia este estudo implica numa questão maior, que envolve a formação do profissional da Educação Física. Estaria esse profissional preparado para entender o esporte como uma das possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da cidadania? Como foi feita a sua formação? O seu curso de formação lhe deu condições de entender o contexto sócio-político e econômico em que vive? Sabe ele qual é o seu papel nesse contexto?

Após o estudo da relação Educação, Esporte e Cidadania e questões a ela relacionadas, fomos a campo com o intuito de confrontar a teoria com a prática do professor de Educação Física.

A relevância desta pesquisa assenta-se na necessidade de se fazer um estudo científico que comprove que o esporte pode ser utilizado para diferentes fins como também conhecer o que os professores pensam a esse respeito. Nossa relação com o esporte vem de muito antes de entrar na faculdade de Educação Física. Sempre valorizamos o esporte, tanto como praticante ou como espectador. Na graduação sempre nos incomodaram muito as críticas ao esporte e à esportivização da Educação Física.

Após a conclusão do curso, ao trabalhar em uma escola de ensino fundamental começamos a perceber alguns pontos para reflexão: competição excessiva, necessidade por vitória etc. Fizemos um curso de jogos cooperativos mas não nos satisfez, essencialmente por ser o palestrante radicalmente contra a competição.

Decidimos estudar mais e cursar o mestrado para que pudéssemos trabalhar com formação de professores. Ao iniciarmos os estudos no programa de mestrado o foco da pesquisa ainda não estava totalmente delineado. Elaboramos o projeto de pesquisa ainda sobre o tema de competição e cooperação nos jogos, mas com as leituras realizadas para as disciplinas do mestrado e com outras que buscávamos, fomos nos aprofundando mais do que pensávamos. Reformulamos todo o projeto de pesquisa e mesmo assim não estávamos satisfeitos; algo não encaixava.

Entendíamos ser possível transferir uma realidade dos jogos para o esporte, guardados os devidos limites. Foi então que começamos a perceber que nosso objeto de estudo era o esporte e não os jogos ou a competição e a cooperação.

Nossa maior intenção é contribuir para os estudos sobre o esporte educacional e assim valorizá-lo como prática educativa com o objetivo de inclusão social e desenvolvimento da cidadania.

Para desenvolver este estudo dividimos o nosso trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a história do esporte, por ser ele um dos núcleos de nossa pesquisa. Discorreremos longamente sobre as raízes européias do esporte até chegar ao esporte no Brasil. Refletimos sobre a utilização do esporte como aparelho ideológico do Estado e alertamos para a necessidade do desenvolvimento da consciência crítica do professor de Educação Física. O segundo capítulo busca apresentar dados teóricos para fundamentar melhor a análise dos dados coletados em busca de possíveis relações entre esporte e cidadania. No terceiro capítulo apresentamos a pesquisa realizada com docentes das escolas do ensino fundamental de São João da Boa Vista, São Paulo. Para encerrar o estudo, apresentamos as nossas considerações finais, apontando para o fato de que o esporte pode e deve contribuir para a cidadania e inclusão social.

CAPÍTULO I - HISTÓRIA DO ESPORTE MODERNO

Neste capítulo trataremos do esporte enquanto atividade social e recreativa, cujas raízes históricas estão ligadas à Europa do século XIX, mais precisamente à Inglaterra. Contrariando algumas perspectivas que tratam a questão da historicidade do esporte de forma linear, iremos adotar a idéia de processo histórico da formação do esporte em razão de ser esta perspectiva, em nosso entendimento, a mais coerente com a orientação teórica deste trabalho.

O esporte é hoje um dos mais importantes fenômenos sociais do final do século XX e início do século XXI, porém suas origens nos levam ao século XVIII. É também uma das instituições sociais mais sólidas do mundo moderno (HELAL, 1990, p. 11) e este fenômeno social ainda possui diversas ligações com outras importantes áreas das humanidades como saúde, educação, turismo (TUBINO, 1999, p.7).

Neste momento se faz necessário refletirmos sobre o que Tubino chama de diversas ligações com outras áreas das humanidades. Entendemos que o esporte possui múltiplas faces, múltiplos significados como o lazer, reabilitação, profissão (como técnico ou como atleta profissional), educação.

Também vemos o mesmo autor fazer uma classificação das dimensões sociais do esporte como: esporte educação, esporte participação ou esporte popular e esporte performance ou de rendimento (TUBINO, p. 34). A primeira dimensão social colocada refere-se ao esporte na escola, o esporte escolar, a segunda

dimensão refere-se ao esporte com o princípio do prazer lúdico visando o bem-estar social dos praticantes, e a última dimensão social colocada é o esporte que privilegia a participação dos talentosos e proporciona os espetáculos esportivos.

É necessário que tenhamos cuidado com as considerações desenvolvidas acima, pois entendemos que a natureza do esporte é a educação e não somente o esporte educação, também entendemos que em todas as práticas esportivas está presente o fator lúdico, o prazer até mesmo nos profissionais do esporte, da mesma forma que em todas as outras formas de participação esportiva existe uma necessidade de performance de rendimento, porém com a diferença de existirem duas formas de rendimento: o rendimento necessário para se praticar uma determinada modalidade esportiva e um obrigatório que está relacionado à necessidade de vitória, de quebra de recordes.

O esporte, como fenômeno social amplo que é, não pode ser reduzido a somente três dimensões sociais estanques como se uma não tivesse comunicação com as outras duas dimensões, como já dissemos o esporte possui essa multiplicidade de significados e também de dimensões sociais não podendo ser reduzido a categorias de participação esportiva. No corpo desse trabalho utilizaremos os termos esporte educação, esporte participação ou recreativo e esporte de rendimento apenas para localizar de que forma de participação esportiva estamos nos referindo facilitando assim nosso trabalho.

Acreditamos ser desnecessário nos prendermos sobre o termo esporte, pois já existem trabalhos que dão conta dessa temática. Pretendemos nos ater ao contexto social da criação do esporte moderno na Inglaterra do século XVIII e XIX, lançando mão de alguns autores que já trabalharam este tema, como é o caso de Norbert Elias (1992), Eric Dunning (1992), Sávio Assis (2001) e Marco Paulo Stigger (2002), Valter Bracht (2002), Ademir Gebara (2002), Joan Huizinga (2000), Ricardo Lucena (2000), Wanderlei Marchi Junior (2002), João Paulo S. Medina (1993) e Marcelo W. Proni (2002), Soares, C. L. (2001).

Esse resgate histórico do esporte é de grande importância para o nosso trabalho pois a Europa teve grande influência em nosso país no final do século XIX e início do XX na economia, na organização social, na cultura, na educação e também no esporte.

Neste momento não nos interessa simplesmente reescrever o que estes autores, acima citados, já fizeram, mas sim utilizar seus estudos para que possamos

compreender como foi a utilização do esporte na construção de um modelo de corpo e, conseqüentemente, de um modelo de cidadania que fosse subserviente a uma classe econômica, social e politicamente hegemônica e que viesse a contribuir para a manutenção do *status quo*.

Faremos uma relação entre as revoluções sociais e econômicas que aconteciam neste período com o modelo de ciência predominante para que possamos fazer a relação entre esporte e cidadania e posteriormente estaremos trazendo estes fenômenos para o Brasil, procurando contextualizar o esporte em nosso país.

Vamos, então, ao contexto histórico-social, político e econômico por qual passava a Inglaterra antes e durante o período de formação do esporte moderno. Para que possamos assim prosseguir iremos utilizar as obras: *O Processo Civilizador* de Norbert Elias e *A busca da excitação* de Eric Dunning e Norbert Elias.

1.1. Esporte e raízes européias

Do século XVI em diante a Europa começa a sofrer um intenso processo civilizador, processo esse em que o autocontrole, os modelos de condutas sociais e de sensibilidade à violência começam a transformar-se drasticamente em uma determinada direção. (ELIAS, 1993, p.41).

Sobre o processo civilizador Elias nos mostra que:

Ao estudar a sociogênese da corte, encontramos-nos no centro de uma transformação civilizadora especialmente pronunciada e que é condição indispensável para todos os subseqüentes avanços e recuos do processo civilizador. Vemos como, passo a passo, a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte (1993, p. 216).

Nessa época, século XVI, a burguesia não incomodava a nobreza, muito menos seus privilégios; não havia na classe superior nada que lembrasse as classes mais baixas, exceto o sentimento de desprezo (Idem, p.220). Esse asco do que era considerado vulgar e a crescente sensibilidade a tudo que era relacionado às classes sociais mais baixas, se manifestavam através da língua e do que a nobreza

considerava ser o “bom gosto”. A necessidade de distinguir-se de tudo o que era burguês é que promoveu este aguçamento da sensibilidade.

Já no séc. XVIII, a burguesia havia se consolidado como um poderio econômico, porém, o prestígio social e político ainda permaneciam com a nobreza, mas, com o aumento das cadeias de interdependências, o rei se viu obrigado a atrelar-se à burguesia devido às suas vantagens econômicas, enquanto que a aristocracia atrelava-se ao suserano para que pudessem manter seus privilégios de nobres, pois viam-se pressionados pelos burgueses que contestavam a sua posição (Idem, p. 249-250).

Elias nos conta que:

... as tensões entre a aristocracia de corte e os círculos burgueses, porém, não aumentaram apenas em fins do século XVIII ou começos do século XIX. Desde o início, a existência dessa aristocracia foi forte e constantemente ameaçada pelas ambiciosas classes burguesas. Na verdade, a transformação da nobreza guerreira em cortesã ocorreu apenas em combinação com o aumento da pressão de baixo para cima, aplicada pelos estratos burgueses (1993, p. 250).

Nessa época, com o aumento das interdependências entre os nobres e os estratos mais baixos da sociedade e posteriormente entre Estados, as diferenças passaram a ser resolvidas diplomaticamente, ou seja, civilizadamente. Portanto, os nobres guerreiros perderam suas funções e para que pudessem sobreviver e manter seu *status*, viram-se entre duas opções: ou se dedicavam ao trabalho em suas terras ou ao comércio renunciando à sua condição de nobres; ou atrelavam-se ao suserano. Escolheram a segunda opção.

Ao suserano interessava esta aliança com a aristocracia, pois estes representavam um contrapeso à burguesia. Conservando-se como uma formação social à parte, a aristocracia dispunha de tempo para se dedicar ao refinamento de sua conduta social, ao passo que os burgueses não dispunham desse tempo para que pudessem aprimorar seus gostos e gestos.

... porquanto eram classes profissionais. Não obstante, tiveram inicialmente por ideal viver como a aristocracia, exclusivamente de pensões, e ganhar acesso ao círculo da corte, que continuava a ser o modelo para a grande parte da burguesia ambiciosa. Seus membros se transformaram em ‘gentis-homens-burgueses’. Macaqueavam a nobreza e suas maneiras. Mas era exatamente

isso o que tornava inúteis os modismos de conduta continuamente aprimorados nos círculos da corte como meio de distinguir-se dos demais, - e por isso os grupos nobres eram forçados a refinar-se ainda mais a sua conduta. (Idem, p.252).

Esse fato é importante porque é dessa maneira que os valores e formas de conduta da nobreza vão se difundindo pelos estratos sociais mais baixos e aos poucos também as camadas mais baixas vão se civilizando. Também nas camadas mais baixas as redes de interdependências vão se intensificando e a repulsa à violência também vai aumentando.

Já no século XIX, com a gradual ascendência econômica dos comerciantes e industriais burgueses, a pressão que estes exerciam para ocupar as posições mais altas do Estado aumentavam e outras aptidões eram importantes nas lutas pelo poder: aptidões como sucesso ou fracasso na vida, perícia na luta competitiva por oportunidades econômicas, aptidão para acumular riquezas e administrá-las, qualidades essas que eram de extrema importância nas ferozes lutas partidárias, embora reguladas, o que caracterizava uma crescente democratização da sociedade (Idem, p.253).

Durante todo este processo civilizatório, acontece um fenômeno interessante na Inglaterra que foi a mistura de elementos tão heterogêneos como a nobreza e a burguesia, pois a interpenetração entre estes dois grupos sociais foi tão grande que, aos poucos, traços da classe média foram sendo absorvidos pela nobreza.

... no desenvolvimento da sociedade inglesa, podemos observar um processo contínuo de assimilação, no decorrer do qual modelos da classe superior (especialmente o código de boas maneiras) foram adotados em forma modificada por elementos da classe média, enquanto aspectos desta (como, por exemplo, elementos do código de moral) eram aceitos por elementos da classe alta. Por isso mesmo, quando, no século XIX, aboliu-se a maioria dos privilégios aristocráticos e a Inglaterra, com o aparecimento da classe operária industrial, tornou-se uma nação-estado, o código nacional de conduta do país e o controle das paixões mostraram, com grande clareza, o caráter gradual da solução dos conflitos entre as classes alta e média sob a forma, em curtas palavras, de uma fusão peculiar entre o código de boas maneiras e outro de moral. (Idem p. 255)

Essa fusão entre estes dois estratos sociais não se deu de forma repentina, como já dissemos anteriormente, pois em razão da curta fase absolutista na Inglaterra, os contatos e alianças entre a nobreza fundiária e a burguesia urbana

ocorreram mais cedo causando a fusão heterogênea dos padrões de comportamento da nobreza e da burguesia (Idem, p. 261).

Neste momento entendemos ser necessário discorrer um pouco sobre as orientações ideológicas por qual passava a sociedade européia e conseqüentemente a inglesa, pois estas orientações influenciarão toda a sociedade da época e conseqüentemente o esporte. Isso se faz necessário pois iremos entender que, para se manter no poder a elite européia constrói todo um aparato ideológico que tem por objetivo a construção de um modelo de homem que atendesse aos seus interesses de elite dominante.

Durante o século XIX, especialmente na França, acontecia a consolidação da burguesia como classe social que para manter sua hegemonia, como classe dominante, precisava investir na construção de um novo homem “*um homem que possa suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases*” (SOARES, 2001, p.5). A construção desse novo homem se dará de maneira integral, “cuidando” dos aspectos intelectuais, culturais e físicos (Idem, p.5).

A Educação Física adquire uma grande importância na consolidação deste projeto de construção de um novo homem, pois ela passará a ser a própria expressão da sociedade do capital. A Educação Física, através de seus métodos promoverá a automatização dos gestos, tornará os homens disciplinados e promoverá a saúde.

Influenciada por uma visão positivista de ciência a Educação Física se ocupará na construção de um corpo “a-histórico, indeterminado, um corpo anatomofisiológico, meticulosamente estudado e cientificamente explicado” (Idem, p.6). Percebamos que esta construção de corpo que interessava à elite dominante considerava somente aspectos biológicos deste corpo, excluindo ou não considerando os aspectos históricos, sociais, culturais, familiares, etc. na construção do corpo, pois para a ciência positivista estes aspectos não podem ser observáveis, experimentados e nem mensurados.

Segundo Soares (2001) “esta abordagem de ciência, calcada em princípios da observação, experimentação e comparação, é aquela que realizou, ao longo dos séculos XVII a XIX, aquilo que poderíamos chamar de uma naturalização dos fatos sociais, criando um ‘social biologizado’” (p.7), portanto o Homem passa a ser

explicado e definido dentro de seus limites biológicos, o que ao nosso ver causa uma grande redução do Homem.

Com este respaldo filosófico de ciência e da doutrina liberal a burguesia, que nessa época já possuía uma grande consciência de classe e que tinha a certeza de que é a dona de seu próprio destino, cria as condições necessárias para sedimentar-se no poder.

Esta nova sociedade que se constituía mais complexa, que se caracterizava pelo desenvolvimento das leis da economia e o aumento cada vez maior da exploração da capital em relação ao trabalho, sentia a necessidade de re-pensar a natureza, a sociedade e as relações dos homens em novas bases, que fossem comprovadamente irrefutáveis e absolutas, portanto científicas.

O pensamento naturalista do positivismo, que predominou durante o século XIX, acabou por influenciar o pensamento social da época através de suas disciplinas sociais. Preocupou-se com as relações sociais e com o perfil deste novo Homem necessário ao capital.

Sob este novo viés de análise do homem, baseado nas ciências naturais e em nosso caso mais específico nas ciências biológicas, acabou por desenvolver um modelo de homem totalmente “biologizado”, explicável somente dentro de seus limites biológicos.

Este modelo de ciência individualista, que entende o Homem isolado e alheio à sociedade, um Homem a-histórico e independente de sua cultura acaba reconduzindo-o, no dizer de SCHAFF (apud SOARES, 2001, p. 8);

à sua existência biológica que determina de uma maneira natural os seus caracteres e suas propriedades (...) o indivíduo humano é biologicamente determinado e introduz esta determinação no processo do conhecimento por intermédio do seu aparelho perceptivo; apenas registra e transforma os impulsos do mundo exterior.

Visto desta maneira, retirando do Homem todo o elemento histórico – social e restando somente o elemento biológico, a abordagem positivista acaba por justificar todas as desigualdades sociais como sendo desigualdades biológicas, portanto desigualdades naturais, conseqüentemente a sociedade passa a ser entendida de maneira orgânica, ou seja, comparada a um “organismo vivo que evolui do inferior para o superior, do simples para o complexo” (Idem, p.9).

Desta forma vemos claramente o “casamento” do pensamento positivista, ordem e progresso, com a doutrina liberal dando o respaldo teórico para a burguesia se manter como classe dominante, pois toda e qualquer desigualdade estava justificada, ou pela via biológica ou pela via ideológica (liberal) que considera o Homem como único responsável pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso; ele é o único responsável pelo seu destino.

Esta nova ordem social que se consolidava através da expansão dos ideários originados com as duas revoluções ocorridas, a francesa e a inglesa, acabam por causar profundas transformações na sociedade europeia. Nunca se viu um progresso tão grande da ciência, nas formas de explorar a natureza e também o Homem, através de sua força de trabalho. Como consequência nunca se viu uma acumulação de capital e nunca a população mais pobre esteve tão na miséria e tão desamparada de qualquer proteção social como acontecia à época.

Neste período, início do século XIX, a Europa se encontrava em grande expansão econômica e a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nos mais diversos setores da produção industrial era premente, o que ocasionou um grande inchaço das cidades e acabou criando grandes bolsões de miséria nas periferias das cidades proporcionando um modo de vida degradante a uma parcela significativa da população. O rápido e desordenado crescimento das cidades não foi acompanhado pela ampliação dos serviços de saneamento básico e outros mais básicos, como limpeza das ruas e serviços sanitários. Como consequência começam a aparecer as grandes epidemias, como a cólera e o tifo, dentre outras, demonstrando a grande deterioração do espaço urbano. Tudo isso se passava nas periferias das cidades, portanto, longe dos olhos das elites e do governo. “O desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes” (HOBBSAWN, 1982, p.224, apud, SOARES, 2001, p.11).

Em 1848, essa massa de pessoas que vivia em condições subumanas, que tinha uma jornada de trabalho de 13 a 16 horas diárias, que recebia salários insuficientes para a subsistência, que vivia excluída de todo o processo de crescimento da sociedade, começa a tomar consciência de que formava uma classe social e começa a mostrar sua força de classe reivindicando melhorias sociais, pois historicamente, somente através de mobilizações populares é que o Estado Liberal provém, em parte, as melhorias reivindicadas, mas este somente as faz por entender que esta nova classe social que começava a se organizar representava duplamente

um perigo para a sua hegemonia, pois as doenças que começaram a surgir nas periferias das cidades e nos cortiços começavam a atingir também os ricos e o outro perigo é a organização da classe operária e a sua ambição de classe, portanto a burguesia ameaçada por uma possível perda de privilégios, reforça seu aparato científico e ideológico para explicar, cientificamente as mazelas sofridas pelas camadas mais pobres da população em decorrência da crescente exploração dos trabalhadores pelo capital, em contradição com o progresso e o crescente enriquecimento das camadas mais favorecidas da sociedade, portanto todas as “mudanças” são em busca de manter a hegemonia da classe dominante.

Conter os avanços do movimento operário e desenvolver um conjunto de crenças, idéias e valores capaz de determinar ‘cientificamente’ o ‘lugar de cada um’ torna-se imperioso para a burguesia contra-revolucionária no poder” (SOARES, p.12).

Começa a ocorrer uma moralização sanitária na Europa (Idem, p.11), em meados do século XIX, que tinha como discurso da classe dominante, a necessidade de garantir saúde, educação higiênica aos mais pobres e através dela formar hábitos morais, pois, segundo a classe dominante, as classes populares viviam mal por estarem impregnadas de vícios, imoralidades e viverem sem regras. A idéia que estava presente era curar as crises sociais que estavam ocorrendo na sociedade assim como se curam as doenças. Neste quadro social pintado pela elite, a Educação Física tem importância fundamental, pois esta será entendida como um eficaz instrumento para viabilizar a educação higiênica e moralizar os hábitos das classes populares (Idem, p.11).

A Educação Física, escolar ou fora da escola, será a própria expressão de uma sociedade biológica e naturalista, que incorporará e disseminará as idéias de hierarquia, ordem, disciplina, esforço individual e saúde como responsabilidade individual, valores de alto cunho liberal. E em uma sociedade liberal a Educação Física se constituirá em um importante veículo para a implantação deste ideário para a disciplinarização da vontade e reorganização dos gestos para o restabelecimento da ordem.

Com o desenvolvimento do ideário biológico na sociedade, surge na Europa uma pretensa ciência chamada de eugenia, influenciada por Francis Galton¹. Através de idéias relacionadas à hereditariedade, Galton defende que “as diferenças mentais são hereditárias e que dependem da mesma ordem de fatores dos quais dependem as diferenças de estatura” (Idem, p.16). A classe dominante consegue, então, desenvolver mais uma teoria que vem a justificar qualquer desigualdade social, pela via da hereditariedade conseguindo assim manter seus privilégios e confirmando a superioridade de uns sobre os outros como sendo natural e hereditária; neste momento em muito contribui a teoria de Darwin.

A eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo”. (Idem, p.18).

A eugenia toca profundamente a Educação Física na Europa, pois esta teoria racial é mais uma teoria que vem mostrar de uma forma muito explícita as preocupações de uma determinada classe social em manter a hegemonia, de todas as formas e de todos os meios, uma vez que dá “poderes” para a burguesia intitular-se como a única classe capaz de manter a ordem para viabilizar o progresso. A Educação Física aparece como um importante instrumento para, além da disciplinarização da vontade e reorganização dos gestos para o restabelecimento da ordem, como vimos anteriormente, justificar a dominação de uns sobre os outros através da seleção natural dos mais aptos visto que estes irão promover uma melhoria genética da raça.

Com a visão biológica da sociedade mais as idéias positivistas relacionadas à sociedade e, respaldada por princípios liberais como liberdade, igualdade e fraternidade, mantinha-se “harmoniosa” a ordem social vigente; qualquer desigualdade social estava justificada pelo aparato ideológico construído pela burguesia.

Concomitantemente a todo esse processo de evolução ideológica da elite o desenvolvimento do esporte passa a refletir o aumento da sensibilidade à violência e

¹ Francis Galton, estudando a hereditariedade dos britânicos desenvolveu um método de análise em que se pode medir a intensidade das ligações existentes entre aptidões físicas e aptidões mentais, relacionando com as aptidões dos pais e dos filhos, permitindo assim verificar ou identificar o caráter natural e hereditário das aptidões (SOARES, p. 16).

às normas de condutas. Basta compararmos os jogos da Idade Média, ou até início dos tempos modernos, realizados com bola como o futebol ou rugby e notaremos um significativo aumento da sensibilidade à violência. Podemos observar também a mudança de orientação no desenvolvimento do boxe, pois as formas mais antigas de boxe ou pugilismo não eram práticas totalmente desprovidas de regras, mas esta prática somente transformou-se em esporte quando foram adotadas ou criadas regras rígidas que tinham como principal função a proteção da integridade física dos praticantes (ELIAS, 1992, p.42).

Uma questão, trazida primeiramente por Norbert Elias na Introdução do livro, *A busca da excitação* (1992), nos vem à tona: “Por que razão é que confrontos altamente regulamentados, exigindo esforços físicos e competência técnica, caracterizados na sua forma de espetáculo como ‘desporto’, aparecem primeiro durante o século XVIII entre as classes inglesas altas, a aristocracia proprietária de terras e a pequena nobreza?” (Idem p. 46).

Norbert Elias acredita que o surgimento do esporte na Inglaterra possui estreitas relações com o desenvolvimento da estrutura de poder da sociedade inglesa, pois nesse período, século XVIII, a Inglaterra passava por um importante processo de transformação social em direção à um crescente processo civilizatório e segundo o referido autor qualquer análise sociológica do esporte deve levar em consideração esse contexto (Idem p. 48).

A emergência do desporto como uma forma de confronto físico de tipo relativamente não violento encontrava-se, no essencial, relacionada com um raro desenvolvimento da sociedade considerada sob a perspectiva global: os ciclos de violência abrandaram e os conflitos de interesse e de confiança eram resolvidos de um modo que permitia aos dois principais contendores pelo poder governamental solucionarem as suas diferenças por intermédio de processos inteiramente não violentos, segundo regras acertadas que ambas as partes respeitavam. (ELIAS, 1992, p. 49)

Portanto, com a transformação da sociedade, necessariamente os passatempos da época também tiveram que se transformar para que pudessem atender aos interesses da sociedade, transformando assim, os antigos passatempos em esporte. E neste aspecto o regime parlamentar apresenta uma íntima ligação com os jogos esportivos.

Esta aproximação não se dá por acaso; algumas atividades de lazer da época, como a caça, o boxe, a corrida e alguns jogos de bola, assumiram as suas características de esporte na Inglaterra do século XVIII, mesmo período em que as antigas assembleias de Estado inglesas, a Câmara dos Lordes, representando a nobreza e a Câmara dos Comuns, representando uma classe de proprietários rurais que não pertencia aos pares do reino e não se sentavam na Câmara dos Lordes, representavam uma minoria privilegiada da sociedade e se constituíram na principal área de disputas para formar o governo. Portanto, podemos perceber que os interesses dos proprietários não dominavam apenas a Câmara dos Lordes, mas também a Câmara dos Comuns.

Entre as principais características desse regime parlamentar encontramos a capacidade que uma determinada facção ou partido possui em dominar seus adversários sem o uso da violência e seguindo as regras do jogo parlamentar. E para um grupo passar os benefícios que o poder proporciona ao grupo rival há que se ter a confiança de que uma vez no poder esse grupo não utilizará o poder para se vingar, ameaçar ou mesmo forçar a partir para o exílio. Para controlar o uso do poder existem as regras parlamentares.

Porém, ainda no início do século XVIII as mudanças de poder no governo inglês ainda despertavam medos em facções rivais e, em menos de cem anos, duas facções das classes mais altas, que em tempos anteriores se trataram com extrema dureza e em alguns momentos utilizaram-se de violência, acabaram por se tornar partidos das classes mais altas passando a disputar votos de uma pequena e privilegiada minoria, porém, sem o uso da violência. Isto se constituiu em uma grande exemplo do avanço civilizador (Idem, pp.56-58).

O surgimento de um governo parlamentar na Inglaterra do século XVIII com alternância de poder entre grupos rivais, seguindo regras previamente estabelecidas, somente foi possível devido a um compromisso sem vencedores nem vencidos absolutos. Como ambos os grupos perderam lentamente a desconfiança que cultivavam um do outro, acabaram por desistir do uso da violência e passaram a cultivar outras técnicas como a retórica e a persuasão, mostrando assim um grande avanço em direção à civilização das relações no parlamento. Esse aumento à sensibilidade em relação à violência acabou por se refletir nos hábitos sociais dos indivíduos, refletindo assim essa sensibilização também em seus divertimentos. “A

‘parlamentarização’ das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na ‘desportivização’ dos seus passatempos.” (Idem, p.59).

Portanto, é inegável que o desenvolvimento do esporte na Inglaterra está diretamente relacionado ao desenvolvimento do governo parlamentar e da estrutura de poder. Concomitantemente ao desenvolvimento da aristocracia e de uma pequena nobreza e ao aumento das interdependências sociais e econômicas houve o aumento da sensibilidade em relação à violência que se refletiu nos hábitos sociais dos indivíduos, substituindo a violência física pela simbólica. Durante o século XVIII, ocorre a transformação dos passatempos em esportes, passando os mesmos a receber regulamentações que visavam o controle da violência, o que ocorreu de maneira autocoercitiva, à medida que os indivíduos aprendiam a controlar seus impulsos e emoções.

As características burguesas cada vez mais foram se inserindo no meio da nobreza assim como o contrário também é verdadeiro. Vemos também no desenvolvimento dos esportes ao ar livre essa fusão como é o caso do críquete que associava modos rurais às maneiras das classes mais altas. Assim também é o caso do boxe que adaptou suas características de classes mais baixas ao gosto das classes mais altas e essas características persistiram mesmo quando o desenvolvimento do esporte havia terminado e passado para as classes urbanas industriais (Idem, p.65).

Também vemos outros fenômenos sociais que ligam o desenvolvimento do esporte à elite dominante da Inglaterra, como é o fato da criação dos clubes, fenômeno que está diretamente relacionado ao desenvolvimento político da Inglaterra, pois em outros países com regimes autoritários eram proibidas ou limitadas aos súditos formarem associações, enquanto que na Inglaterra os súditos reuniam-se como entendiam e um dos direitos dos “cavalheiros” era o direito de formarem clubes (Idem p. 65).

O surgimento dos clubes foi de grande importância para o desenvolvimento do esporte, pois inicialmente as disputas esportivas eram realizadas no máximo em nível local. Quando se desenvolveu o hábito de organizar competições que ultrapassavam o nível local, tornou-se necessário a padronização dos jogos e isso foi de fundamental importância porque o que distingue os divertimentos que estavam surgindo, como esporte, era o fato de estes serem regulamentados para além do nível local, e para isso em muito contribuíram os clubes. (Idem pp. 65-66).

Além dos fatores, já citados acima, que contribuíram para o desenvolvimento dos esportes, Assis (2001, p. 82) nos traz outros elementos que contribuíram para o seu desenvolvimento e também para a sua disseminação, são eles:

- a) a proliferação do esporte em outras camadas sociais, em função do surgimento de novas escolas para as classes médias e da redução da jornada de trabalho para as classes trabalhadoras;
- b) a uniformização das regras, necessidade de regulamentação para além do nível local, gerada pelo estabelecimento das “trocas” esportivas entre instituições escolares, regiões, clubes, etc.;
- c) a criação de clubes regionais a partir dos clubes locais e, depois, a criação das associações nacionais;
- d) a eficiência do esporte no direcionamento da violência, funcionando como um meio extremamente econômico para a mobilização, a ocupação e o controle dos adolescentes;
- e) a universalização da instituição esportiva, por meio dos jogos olímpicos, veiculando a idéia do esporte como promotor do internacionalismo e da paz;
- f) a idéia de igualdade de chances de vitória na rivalidade entre indivíduos, princípio fundamental do liberalismo (grifo nosso).

Dentre estes aspectos, apresentados por Assis, os que mais nos chamam a atenção são: a proliferação do esporte nos estratos sociais inferiores, através do surgimento de escolas para as classes médias e a redução da jornada de trabalho, a uniformização das regras em razão das “trocas” esportivas entre escolas, clubes, etc., a eficiência que o esporte possui no controle da violência funcionando como um meio econômico no controle dos jovens e, por último, a idéia de igualdade nas disputas esportivas.

Assim, há uma grande influência dos valores liberais no processo de construção do esporte. Acreditamos que essa articulação entre a proliferação dos esportes, a proliferação das escolas para as classes médias, a jornada de trabalho reduzida, a uniformização das regras, a igualdade de chances de vitória e o caráter utilitarista do esporte em relação à juventude, não se deram de maneira espontânea como se alguém tivesse idealizado e iniciado esse processo. Acreditamos que a elite identificou estes aspectos ou características durante a construção do processo de transformação dos passatempos em esporte e as articulou para que pudessem manter seus privilégios e disseminar uma ideologia construída no seio do processo de formação da burguesia enquanto classe social.

Mas neste período, Inglaterra pré-industrial, começam a surgir problemas relacionados ao esporte. Um deles refere-se à crescente seriedade do esporte e a

sua profissionalização. Isso feria a ética amadora do esporte, portanto feria a moral burguesa, ferindo o esporte. Mas por que essa crescente seriedade do esporte e a sua profissionalização tanto incomodaram as elites inglesas?

A mobilização dos valores amadores do esporte, que tem como ênfase a promoção do prazer, surgiu no estágio inicial do desenvolvimento dos passatempos em esportes, um tempo em que a profissionalização esportiva, como conhecemos hoje, dificilmente existiria. O que existia eram pugilistas profissionais, jóqueis, jogadores de críquete que assim ganhavam a vida, porém de um modo muito precário.

Eric Dunning (1992), no capítulo VII do livro *“A busca da excitação”*, recorre a um autor de 1868, Trollope, que centrava sua crítica essencialmente na seriedade a que foi submetido o esporte amador daquela época. Dunning considera provável que um de seus alvos foi o que alguns historiadores chamaram de “culto dos jogos nas escolas públicas”².

Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas grandes escolas reservadas às ‘elites’ da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares, impondo-lhes uma mudança de significado e de função muito parecida àquela que o campo da música erudita impôs às danças populares, bourrêes, gavotas e sarabandas, para fazê-las assumir formas eruditas como a suíte (BOURDIEU, 1983 p. 139 apud, ASSIS, 2001, p.76).

Segundo Dunning, o “culto dos jogos nas escolas públicas” é um movimento que envolve cinco componentes de grande importância:

1) a tendência para nomear e promover pessoal de acordo com um critério desportivo mais do que segundo um critério acadêmico; 2) a seleção de professores, isto é, dos rapazes que assumiam os comandos nas escolas, com base, em especial, na capacidade demonstrada no desporto; 3) a elevação do desporto a uma posição dominante e, em certos casos, proeminente, no currículo; 4) a racionalização educativa do desporto, em particular das equipes, como instrumento de treino do caráter; e 5) a participação de membros do pessoal docente na organização e nos jogos dos seus alunos (p. 314).

² As escolas públicas inglesas eram escolas direcionadas à aristocracia, portanto à elite da sociedade inglesa (nota nossa).

A moral amadora existia anteriormente aos anos de 1880, porém, como um conjunto de valores amorfos e vagamente articulados no que diz respeito às suas funções no esporte. Mas, com a ameaça da crescente profissionalização dos novos esportes que surgiam à época, o futebol e o rugby atraíam para as práticas esportivas pessoas dos estratos sociais mais inferiores, práticas estas que anteriormente estavam reservadas às elites das escolas públicas³ e “apoiados regionalmente, como organizadores, jogadores e espectadores, o *ethos* amador cristalizou-se, então, como uma ideologia elaborada e articulada” (DUNNING, 1992, p. 315) pela elite que reivindicava a prática esportiva como sendo exclusivamente sua .

Entendemos que a defesa do espírito amador de forma articulada pela elite inglesa deu-se através de uma representação de classe em oposição a uma outra classe social que era compreendida como uma ameaça à sua proeminência organizativa e também ao entendimento de como o esporte deveria ser praticado. Essa disputa entre esporte amador voltado para o divertimento, para o lazer, e a sua crescente profissionalização reflete as disputas entre classes sociais e o ressentimento das elites quanto à perda do domínio de uma prática que anteriormente era considerada como sendo exclusiva às elites, acabou por motivar a construção da moral amadora como uma ideologia explícita.

Podemos perceber que esta é uma prática histórica da elite inglesa e que, ao articular-se dessa forma e mobilizar a moral amadora em razão da crescente ameaça dos estratos sociais inferiores, procurava conservar suas formas de participação esportiva, participação que a elite entendia como direito seu, enquanto membros da classe dirigente (Idem, p. 315).

Essa preocupação em defender a moral amadora refletia, para Dunning, o temor que a elite tinha em ser derrotada em sua prática por profissionais, que jogavam exclusivamente para obter a glória da vitória e de serem reconhecidos como esportistas de sucesso. (p. 316)

Portanto, ao se comportarem desta maneira perante as práticas esportivas os profissionais, que eram indivíduos dos estratos sociais inferiores, jogavam o “jogo burguês”, ou seja, reproduziam uma ideologia política que nasceu no seio de uma

³ Dunning nos chama a atenção em uma nota de rodapé, na página 314, sobre o papel unificador das mais diversas facções burguesas que as escolas públicas tiveram durante o século XIX.

classe social privilegiada reproduzindo, assim, a estratificação social apresentada pela sociedade inglesa do século XIX.

Esse quadro resultou na retirada das equipes da elite das competições em que estavam presentes as equipes profissionais, pois, o quadro de disputa entre equipes amadoras da elite e as equipes profissionais era extremamente favorável aos últimos. Porém, este não foi o único fator que fez com que as equipes da elite se retirassem das disputas esportivas; outro motivo que contribuiu para isso foi que a elite não estava disposta a submeter-se à possibilidade de derrota para equipes amadoras da classe dos trabalhadores. Isso fez com que a elite se recolhesse aos seus círculos exclusivos, “demonstrando não só preconceito de classe, mas também a participação no desporto dominados pelo caráter de seriedade e com a finalidade de vencer” (Idem, p 316) reproduzindo, assim como os profissionais, a crescente seriedade por qual passava a sociedade em decorrência da evolução do modelo capitalista de produção, e por conseqüência refletiam os valores capitalistas como a necessidade constante de vitória e a ideologia dominante de uma classes social privilegiada.

A crescente seriedade por qual passava a sociedade inglesa nos faz lembrar das críticas feitas ao esporte por Huizinga no seu livro *Homo Ludens*, livro em que ele estabelece o jogo como um elemento da cultura em que, essencialmente, defende que a civilização surgiu e se desenvolveu no jogo e pelo jogo. A partir desta convicção, ele passa a desenvolver seu pensamento entre o jogo e a linguagem, o jogo e a competição como função cultural e prossegue fazendo as relações do jogo com a guerra, com o direito, com a filosofia, a arte e, por fim, chega ao elemento lúdico da cultura contemporânea em que tece algumas críticas direcionadas ao esporte. Dunning também faz uma crítica, porém uma crítica à postura adotada por Huizinga em sua análise do esporte.

Sobre a competição como função cultural acreditamos que é interessante apontar alguns pontos defendidos por Huizinga. Para o referido autor o jogo não exclui a competição, pois a relação entre a cultura e o jogo torna-se mais evidente nas “formas mais elevadas dos jogos sociais, onde estes consistem na atividade ordenada de um grupo ou de dois grupos opostos” (2000, p. 54) e para ele o caráter motivacional é proporcionado pela relação tensão e incerteza, pois por mais que se pense antes de jogar sempre surgirá a pergunta: será que dará certo?

A competição a que se refere Huizinga, diferente da competição dos profissionais, é uma competição em que o prazer está na incerteza, na tensão existente entre grupos opostos que participam de um determinado jogo, enquanto que nos jogos entre os profissionais o prazer está exclusivamente na vitória.

Huizinga faz uma ressalva sobre a competição. Diz ele:

a tensão e a incerteza quanto ao resultado aumentam enormemente quando o elemento antiético se torna efetivamente agonístico nos jogos entre grupos. A paixão de ganhar ameaça por vezes destruir a ligeireza própria do jogo (...) mas esta situação muda logo que o jogo exige aplicação, conhecimentos, habilidade, coragem e força. Quanto mais difícil é o jogo, maior a tensão entre os que a ele assistem (p.55).

O autor faz esta observação quando se refere aos jogos de azar. Acreditamos que essa observação cabe também para outros tipos de competição que envolvam a tensão e a incerteza. Mais à frente Huizinga entra em um ponto interessante. Discorrendo sobre a honra, utiliza-se de um pensamento de Aristóteles em que este defende que as pessoas buscam a honra para se convencer de seu valor, de sua virtude. Desejam ser honrados por seu próprio valor e por aqueles que possuem a capacidade de julgar. Para Huizinga, portanto, “a virtude e a honra, a nobreza e a glória encontram-se desde início dentro do quadro da competição, isto é, do jogo”.(p. 73). Talvez isso explique o porquê do envolvimento tão intenso de algumas pessoas quando estão jogando.

Feitas as considerações vamos ao que o autor em questão se refere como “o elemento lúdico da cultura contemporânea”. Ele trás alguns pensamentos, em nosso entendimento até certo ponto saudosista, quando diz que houve pouco espaço para o jogo na sociedade dos séculos XVIII e XIX, período de consolidação da burguesia enquanto classe social, conseqüentemente também a consolidação do seu ideário, os quais já discutimos anteriormente, e que após a revolução industrial estas tendências foram exacerbadas pois o “trabalho e a produção passam a ser o ideal da época, e logo depois o seu ídolo” (p. 212). A crescente seriedade por qual passava a sociedade, seriedade que estendia seus braços às artes, literatura, ciências, igreja, estado, economia, durante o século XIX, levaram o autor a afirmar que “jamais se tomou uma época tão a sério, e a cultura deixou de ter alguma coisa a ver com o jogo” (p. 213). Essa crítica à crescente seriedade por qual passou a

sociedade do século XIX, em nosso entendimento, é que irá suscitar a crítica de Dunning à postura de Huizinga.

Huizinga apresenta esta crítica à crescente seriedade da sociedade pois, como ele próprio afirmou, durante este período a cultura nada tem a ver com o jogo, o que vem a ocasionar uma cisma em seu pensamento, sua teoria sobre a cultura, o jogo e a civilização. Em nosso entendimento essa crescente seriedade deve-se ao processo de secularização e racionalização por qual passou a sociedade do século XIX, causando o rompimento do jogo com a cultura, e que podemos percebê-lo até os dias de hoje.

Definimos secularização como o processo no qual realidades pertencentes ao domínio sagrado, religioso ou mágico passam a pertencer ao domínio profano; passa a ser explicado por uma representação racional, científica e técnica em substituição a uma explicação pelo sagrado ou pelo divino. O esporte da antiga Grécia existia para adorar aos deuses gregos e quando surge o esporte moderno na Inglaterra este surge como profano e laico (HELAL, 1990, pp. 34-35).

Podemos definir a racionalização como um processo em que submetemos à razão qualquer elemento que anteriormente estava fora dela. A racionalização “elimina considerações de ordem pessoal, afetiva ou emocional, buscando uma adaptação consciente exata e eficaz dos meios aos fins pretendidos” (Idem, p. 45). Com a racionalização, a ação social passa a ser governada por regras bem definidas, calculáveis e racionais eliminando as possibilidades de desenvolvimento de raciocínios místicos e o surgimento de relações e atitudes imprevisíveis.

Então, podemos perceber a íntima relação que existe entre a secularização e a racionalização; na verdade a racionalização carrega a secularização e vice-versa. A sociologia verifica uma progressiva racionalização da sociedade industrial caracterizada pelo comando cada vez maior da razão e do cálculo. Neste contexto a secularização se faz presente junto com a racionalização, pois o raciocínio técnico e científico passa a predominar sobre o raciocínio místico, tradicional ou religioso, fazendo o homem deixar de acreditar, sobretudo no sagrado (Idem, p.45).

Huizinga começa esclarecendo que o seu entendimento de “cultura contemporânea” refere-se a uma boa parte do século XIX, pois para ele a idéia do que é moderno, passado ou contemporâneo está diretamente associada ao indivíduo, pois para nós, o século XIX faz parte do passado enquanto que o século XX faz parte do “nosso tempo” (p. 217).

Entendemos que seu posicionamento é de certa forma saudosista em razão de sua constatação, melancólica, de que o século XIX perdeu um grande número de seus elementos lúdicos que caracterizavam épocas anteriores (p. 217). Vimos que a sociedade deste período sofreu um intenso processo de racionalização, principalmente, durante a fase de industrialização e isso automaticamente é refletido nas formas de jogo ou como diz Dunning, nos passa-tempos. Vimos também que a sociedade europeia e mais precisamente a inglesa passou por um intenso processo civilizatório, processo em que as redes de interdependências foram aumentando; o limiar de repugnância a violência também aumentou, que as diferenças passaram a ser resolvidas diplomaticamente e que esse processo levou a “parlamentarização” do Estado inglês o que conseqüentemente levou a “desportivização” dos passatempos; resumindo a sociedade passou por um processo de racionalização.

Defendendo seu ponto de vista, Huizinga diz que os jogos e os exercícios corporais foram reconhecidos como elementos importantes da cultura ao final do século XVIII, e que as competições esportivas se mantêm, através dos tempos dizendo que: “embora os humanos tenham praticado essas atividades desde o início dos tempos, estas só em pequena medida costumam assumir a forma de jogos organizados (...) atividades que podem ser extremamente sérias” (p. 218) em nosso entendimento essa crescente seriedade e organização por qual passou os jogos é o reflexo, nas atividades lúdicas, do processo de racionalização por qual passou e por qual ainda passa a sociedade.

Para Dunning (1992, p. 306) o ponto principal da reflexão de Huizinga situa-se no fato de existir um equilíbrio entre os pólos seriedade e jogo nas sociedades do século XIX, afirmando que a seriedade começou a preponderar sobre o jogo com o início da industrialização, do desenvolvimento da ciência e no crescimento dos movimentos sociais no sentido da igualdade. Para Huizinga, o jogo sofreu uma atrofia quase completa quando este direciona-se para o esporte e isso torna-se evidente quando faz a comparação entre os profissionais e os amadores defendendo que aos primeiros faltam espontaneidade e despreocupação provocando nos amadores um sentimento de inferioridade, levando-os a empenharem-se em atos de imitação (DUNNING, p. 306, HUIZINGA, pp. 219-220).

Porém, o ponto de maior divergência entre os pensamentos de Dunning e Huizinga situa-se na página 219 quando este faz suas considerações sobre o surgimento do esporte na Inglaterra. Em razão da importância desse pensamento,

consideramos necessário reproduzi-lo para que possamos entender seu posicionamento após todas as considerações, já feitas anteriormente, sobre a sociogênese do esporte na Inglaterra.

Huizinga diz que:

É compreensível até certo ponto que o processo se tenha iniciado na Inglaterra do século XIX, embora seja muito discutível se as tendências específicas do espírito anglo-saxão podem ou não ser consideradas sua causa eficiente. Todavia, não há dúvida que a estrutura da vida social inglesa lhe foi altamente favorável, com os governos locais autônomos encorajando o espírito de associação e de solidariedade, e a ausência de serviço militar obrigatório fornecendo ocasião para o exercício físico, além de impor sua necessidade. As formas de organização escolar agiam no mesmo sentido, e finalmente a geografia do país e a natureza do terreno, predominantemente plano e oferecendo em toda a parte os melhores campos de jogo nos prados comunitários, os 'commons', também tiveram a maior importância. Foi assim que a Inglaterra se tornou o berço e o centro da moderna vida esportiva. (p. 219).

Percebemos neste entendimento sobre o desenvolvimento do esporte na sociedade inglesa que o referido autor não se aprofunda no processo de desenvolvimento do esporte na Inglaterra do século XIX, ficando sua análise um tanto quanto superficial. Dunning sustenta que Huizinga não efetua nenhuma tentativa de analisar a transformação dos jogos em esporte sob a ótica da sociogênese, muito menos em relacionar de forma rigorosa estas transformações com suas fontes sociais e estruturais (p. 309).

Mas, Huizinga nos traz algumas observações e considerações a respeito do esporte que são de grande importância como a crescente seriedade a qual foi submetido o jogo e que a partir do último quarto do século XIX essa seriedade se intensificou no esporte: cada vez mais organização dos jogos, o aumento na rigorosidade das regras e a sistematização e regulamentação cada vez maior a que o esporte foi/é submetido vem a ocasionar a perda de uma parte das características lúdicas mais puras (pp. 218-219).

Com a profissionalização do esporte este torna-se mais racional seguindo métodos de treinamento cada vez mais rígidos, disciplinando seus praticantes através de táticas e estratégias e da exigência por vitórias, razão pela qual Huizinga defende que os jogos, o esporte perdeu suas características lúdicas mais puras.

Porém duas passagens nos chamaram a atenção; a primeira foi a de Dunning, quando este falando do pensamento de Huizinga diz que:

como assinala, a distinção entre amadores e profissionais é o indicador nítido desta orientação⁴. Isto porque aos profissionais falta 'espontaneidade e despreocupação' e, na verdade, já não jogam enquanto, ao mesmo tempo, a sua execução é superior, levando os amadores a sentirem-se inferiores e a empenharem-se num acto de imitação (grifo nosso) (p. 306).

E a segunda, quando o próprio Huizinga diz que:

o esporte se tornou profano, foi 'dessacralizado' sob todos os aspectos e deixou de possuir qualquer ligação orgânica com a estrutura da sociedade, sobretudo quando é de iniciativa governamental (grifo nosso) (p. 220).

A sociedade, como a conhecemos hoje, passou por um intenso processo de secularização e racionalização, processo que parece não ser contemplado por Huizinga no desenvolvimento de sua teoria sobre os jogos. Porém, Dunning não estabelece uma crítica à seriedade por qual passava a sociedade e conseqüentemente o esporte, que o próprio identificou.

Entendemos que todos esses pensamentos e questionamentos não são excludentes, muito pelo contrário cada um desses teóricos lançou seus olhares sobre determinado aspecto de um mesmo fenômeno social e embora ocorra uma certa divergência entre autores entendemos ser pertinentes cada consideração lançada sobre o esporte por esses autores. Parece-nos claro o processo de transformações dos passa-tempos em esporte assim como a seriedade com que a prática esportiva passa a ser encarada, conseqüentemente, em nosso entendimento, os pensamentos de Huizinga e Dunning acabam por completar-se.

1.2.O Esporte no Brasil

⁴ (Nota nossa) Dunning está fazendo referência ao pensamento de Huizinga quanto à crescente seriedade a qual o esporte foi submetido, fazendo-o sofrer "uma atrofia quase completa" (HUIZINGA, apud DUNNING, p. 306).

"Seja qual for sua importância para os jogadores e os espectadores, ele é sempre estéril, pois nele o velho fator lúdico sofreu uma atrofia quase completa" (HUIZINGA, 2000, p. 220)

Em terras brasileiras não vemos o esporte passar por todo o processo de evolução de passa-tempos para esporte. O que ocorre, semelhante ao que ocorre na Inglaterra, é que alguns jogos de caráter popular, como é o caso da capoeira, passam a ser entendidos como práticas primitivas e não civilizadas, enquanto que o implante das práticas esportivas em nosso país vem a “anunciar um novo ambiente de ação dos segmentos superiores” (LUCENA, 2000, p. 38) de nossa sociedade que viessem a aproximar o Brasil da Europa.

A abolição e a política de incentivo à imigração europeia dão início a uma fase de valorização do imigrante que desembocou na proposta de europeização.(...) Estava em marcha a revolução burguesa. As modificações nas relações de produção apontavam para um novo modelo de trabalhador – o imigrante europeu -, agente ou símbolo da redefinição social e cultural do trabalho braçal (...). Neste contexto, as formas tradicionais de produção baseadas no trabalho escravo não apresentavam atrativos para um país com ambições de modernizar-se (GONÇALVES, 1999, pp.25-26).

Como consequência dessa orientação política de incentivo à imigração europeia o negro, o índio e o branco brasileiro ficam relegados ao segundo plano evidenciando assim o esforço de setores da elite brasileira em europeizar o Brasil não só em relação a um novo modelo de trabalhador, mas também usar o modelo europeu como modelo étnico e de comportamento a ser seguido, tendo o esporte um importante papel na reprodução desse modelo de comportamento europeu já que se faz necessário um certo nível de auto-controle para praticá-lo.

O contato com a educação europeia, mais precisamente francesa, inglesa e alemã, de setores da elite colocou-os em contato com o esporte favorecendo o gosto pelo mesmo promovendo a substituição de brinquedos tradicionais das classes superiores no começo do século XX (LUCENA, 2000, p.39).

No Brasil o que ocorre, portanto, é uma passagem sincrônica dos jogos para o esporte. Na opinião de Lucena “(...) há, na verdade, o ‘implante’ de uma prática específica ao lado dos jogos de caráter popular” (p.42). Lucena utiliza-se do termo “implante” porque, para ele, não há no Brasil, o amadurecimento contínuo que levou, ou permitiu a passagem de ações mais simples para outras de caráter mais complexo e sim há uma ação dirigida por setores da elite brasileira que trazem o esporte para o Brasil (p.42).

Concordamos com Lucena quando diz que acredita que para entendermos melhor esse implante do esporte em nossa sociedade devemos considerar que:

- a) o contexto social, a partir de meados do século XIX, reclama mudanças (abolição, identidade nacional, imigração, etc.);
- b) as inter-relações sociais se ampliam e diversificam;
- c) o jogo ritual é uma prática ancestral e por isso incapaz de atender à expectativa da sociedade em mudança, e o esporte como técnica ritualizada, é a materialização de ações (educação, autocontrole...) no sentido das mudanças sociais (p.42).

Naquele período a sociedade brasileira passava por transformações sociais, políticas, culturais e econômicas em busca da construção e consolidação de um modelo de sociedade e à medida que o projeto brasileiro de sociedade civilizada vai definindo-se melhor, os jogos tradicionais vão perdendo o seu sentido e passam a ser censurados. (Idem, p.36).

Fenômeno semelhante também aconteceu com a capoeira que vinculava-se a extratos sociais mais baixos; passa a ser vista como fator de degeneração dos valores humanos e entendida como uma prática primitiva e não civilizada da sociedade Brasileira, pois não correspondia ao modelo europeu a ser implantado no Brasil.

Portanto, se assinalarmos o elemento ritualístico do jogo e, ao lado disso, pensarmos o processo de civilização ocorrido na sociedade brasileira, (...), poderemos notar que, em relação ao esporte o jogo não se apresenta como uma antítese, mas parecem ser, ambos, componentes que podem explicar os distintos estágios por que passam as diferentes sociedades, ou seja, o esporte talvez se caracterize como síntese da construção de relações diferenciadas que tinham, até então, no jogo, um elemento de satisfação de suas necessidades inter-relacionais (Idem, pp. 38-39).

Entendido sob essa ótica, o esporte passa ser a técnica aplicada às ações das práticas primitivas, isto é, no jogo. O esporte como um ritual das sociedades modernas traz elementos que permitem às pessoas entrarem num espaço existente e aparentemente fora da realidade com base mimética e de autocontrole tornando-se um espaço singular nas cidades e sociedades-Estado altamente regulamentadas (Idem, p. 39).

Parece-nos necessário (...) afirmar que, no Brasil de meados do século XIX em diante, está em jogo, principalmente para as elites dirigentes, a construção de uma nação que precisa ser 'organizada' tanto racionalmente – com a presença cada vez maior do elemento branco – como política e socialmente, com o fortalecimento das instituições do Estado, a formação de um sistema educacional mais abrangente e a reforma dos centros urbanos mais influentes. Todos esses atos, em grande medida, espelhados nas mudanças ocorridas nas nações européias, em especial na França e na Inglaterra (Idem, p. 45)

Nas últimas décadas do século XIX em razão da proclamação da república, a sociedade brasileira começava a se preparar para entrar no século XX, desenrolando vários debates sobre três modelos de República sendo dois destes modelos, o americano e o positivista, que, embora de premissas distintas, acabavam por dar ênfase aos aspectos da organização do poder. O terceiro modelo entendia a intervenção popular como fundamento do novo regime, em detrimento dos aspectos institucionais. Outro debate que em muito interessava à elite dominante era o modelo de corpo europeu a ser construído no Brasil em razão do grande contingente de escravos.

Neste período os republicanos tinham como maiores desafios substituir o antigo regime e construir uma nação e dentre os três modelos de república, tinham de escolher um. Em São Paulo (1873) existia o partido republicano mais organizado do país, constituído essencialmente por proprietários (CARVALHO, J. M. 1990, p.24).

Para esses homens, a república ideal era sem dúvida o modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares. A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales (Idem, 1990, p. 24).

O modelo americano também interessava a estes homens em razão da organização do poder, principalmente pela preocupação com a ordem política e social. Convinha-lhes também a solução federalista americana, o que para os republicanos das três principais províncias do Império São Paulo, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul, era o federalismo, o aspecto mais importante que buscavam neste novo regime. “O sistema bicameral era parte da solução federativa” (Idem, pp. 24-25).

Com a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 o modelo americano de república é em grande parte vitorioso, atendendo os interesses dos proprietários rurais, tendo sentido profundamente distinto do que teve nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a revolução veio antes, a sociedade caracterizava-se por ser igualitária, formada por colonos, a preocupação com a organização do poder era conseqüência da quase ausência de hierarquias sociais, ao passo que no Brasil, não houve revolução prévia; a sociedade caracterizava-se por profundas desigualdades sociais e concentração de poder.

Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, da sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em suas mãos aos instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (Idem, p. 25).

Outra discussão que estava presente à época, como já dissemos anteriormente, era sobre o modelo de homem a ser construído no Brasil. Acabamos por importar ideologias européias como a eugenia e o higienismo, e a adotá-las na construção deste novo homem.

Os discursos médicos higienistas e o pensamento eugênico, vindos da Europa, tinham como principal objetivo a construção do novo homem no Brasil, sem o qual a sociedade idealizada pela elite dominante não se tornaria possível (SOARES, 2001,p.70).

Respalhada pelo poder do Estado, a medicina higienista influencia e condiciona de modo decisivo a construção do homem brasileiro, determinando que suas propostas pedagógicas de construção deste homem deveriam estar embasadas na biologia, mais precisamente em base anatomofisiológica.

Essa moralidade sanitária, higienista, eugênica e moral tem suas origens no período colonial, porém é no período republicano que este modelo se consolida e, respaldada pela ciência positivista, acaba expressando traços da modernidade (Idem, p.71).

Esse modelo de pensamento, que está embasado em dados científicos totalmente descontextualizados, acaba por reforçar as desigualdades raciais; a

superioridade da raça branca e do homem sobre a mulher, contribuíram para cristalizar este pensamento na sociedade e seu principal propósito foi o de reforçar a hegemonia burguesa.

Esse pensamento justifica-se, pois na metade do século XIX, metade da população do Brasil era constituída de negros (Idem, p.73) e era necessário reforçar a idéia de superioridade da raça branca e para isso foi desenvolvido, através de uma apurada educação, elementos de identificação racial e social com a elite dominante.

Construir um homem diante de um quadro tão abstrato e reduzido, considerado apenas em seu aspecto biológico serviu para aumentar as desigualdades raciais e sociais, civilizar os homens e anular o homem criativo, crítico e participativo socialmente.

A passagem dos passatempos a formas esportivizadas, vão se estruturando no Brasil a partir de meados do século XIX, concomitantemente à proibição do tráfico negreiro, a chegada dos imigrantes europeus e o crescimento do sentimento nacional. A prática esportiva se consolida no Brasil em razão do usufruto que a elite faz de seu tempo de lazer (LUCENA, 2000, pp. 44-45).

Nesse contexto social, político e econômico, já que o Brasil acabara de abolir os escravos, a sociedade brasileira passa por um intenso processo higienista e com ele uma reforma urbanista e sanitária. A adoção do regime republicano de governo, a educação sob a tutela do Estado começa a consolidar-se e se intensificam as trocas comerciais com a Europa, principalmente a Inglaterra. Emergem um grande número de atividades práticas que têm como principal objetivo aproximar-nos dos países mais “civilizados” aparecendo a ginástica para fortalecer o “tipo físico” e moral do brasileiro. Tudo isso causa uma grande distinção no comportamento do brasileiro, assimilando cada vez mais práticas, como o esporte, centrado em regras e tipificando um comportamento “civilizado” (Idem, pp. 45-46).

Neste quadro social o esporte passa a ocupar cada vez mais espaço nos tempo de lazer da camada social mais elevada aproximando-nos dos costumes da Europa, já que o esporte pautado por regras fixas exige um modelo de comportamento que seja condizente com as crescentes inter-relações que estruturava a sociedade brasileira (p. 46).

Acreditamos que assim podemos pensar o esforço civilizador ocorrido no pedaço lusitano da América, a partir da compreensão da

ação no esporte, como uma ação que, pelas suas características configuracional e mimética, (...), pode-nos permitir identificar os caminhos de um 'processo civilizador' no Brasil (p. 46)

Portanto, o esporte possui um forte vínculo com a elite brasileira, assim como na Europa, porém com características diferentes e neste contexto o esporte assume um “papel” que em muito interessa à elite brasileira, como a disseminação da doutrina de segurança nacional que objetiva a construção do trabalhador forte e saudável, proporcionando uma grande identificação destes para com a empresa; assume características de alienação com o EPT (esporte para todos) que foi uma tentativa de massificação das práticas esportivas às camadas sociais mais baixas, um claro exemplo de política assistencialista, visando as classes que até então estavam excluídas destas práticas corporais, sempre sob a influencia de uma visão de homem biologizada (CASTELLANI FILHO, pp. 101-115), desconsiderando as outras dimensões sociais que proporcionam a humanização do homem, robotizando-o e docilizando-o.

Hoje nos parece superada a hegemonia européia não só em termos esportivos como também educacionais, culturais, econômicos e políticos, porém não significa que não soframos mais influências de outras potências, muito pelo contrário a hegemonia cultural, educacional, econômica, política e esportiva apenas mudaram de mãos estando hoje concentrada nos Estados Unidos da América.

Em tempos atuais, caracterizados por ser uma sociedade regulada pelo mercado em que a acumulação tende a aumentar cada vez mais, o esporte também vem assumir uma das mais importantes características de nossa sociedade que é a acumulação. Nesse quadro o que mais vale é a quantidade de recordes obtidos pois estes são vistos como um avanço (BRUHNS, 1993, P. 87).

Assim, o esporte passa a ter cada vez mais espaço em nossa sociedade transformando-se na principal referência de produção e consumo do tempo livre, atingindo principalmente as massas “as quais sofrem uma manipulação ligada às características do sistema capitalista – submissão dos praticantes às regras, táticas, técnicas e condicionamentos físicos” (Idem, p. 88), enquanto que os torcedores e espectadores passam a ser vistos como consumidores sujeitos a pressões e controles e estreitando as relações miméticas com seus ídolos e clubes (Idem).

O esporte surge paralelamente ao processo de consolidação da sociedade capitalista e ocasionou grandes somas de recursos materiais e humanos. Para Da

Matta (apud BRUHNS, 1993, p. 47) “a aceitação de regras universais é uma mera reprodução, a nível de um outro domínio, do princípio ético burguês da igualdade perante o mercado e diante da lei” (p. 115).

O esporte promovendo a reprodução do modelo burguês capitalista acaba por moldar um modelo de conduta dentro de um quadro social, obrigando o sujeito a se superar, mobilizando suas vontades e seus procedimentos cognitivos. Porém, o esporte possui um caráter duplo que está relacionado aos termos jogar e praticar; ao optarmos pelo primeiro termo estaremos mais próximos do universo lúdico o que, segundo Bruhns (p. 48), também irá moldar uma conduta dentro de um quadro social, porém com a diferença de mobilizar o desejo dos indivíduos, o imaginário, os processos cognitivos e a emotividade, enquanto que o segundo termo está relacionado com o universo do treinamento esportivo, portanto, mais próximo dos valores liberais.

No universo do esporte “os jogadores são estimulados a vencer de qualquer maneira e avaliados por porcentagem de pontos, marcas etc.. A acumulação está sempre para lembrar que tudo é aquisitivo, competitivo, com limitações e comparações” (BRUHNS, 1993, p. 49). Assim, concluímos que ao que Le Boulch (apud BRUHNS, p. 48) chama de esporte-jogo exige-se um parceiro, enquanto que no esporte (rendimento) exige-se um adversário para ser batido.

Pensamos que o esporte teve, e ainda tem, uma ação de reforço de uma ideologia hegemônica e que isso tem consequências para a construção política do Homem, entretanto, os estudos de Elias e Dunning não nos mostram isso, pois este não era o interesse maior destes pensadores do esporte, porém,

... suas posições deixam espaço para um olhar em direção à heterogeneidade dos sentidos atribuídos às práticas esportivas. Mesmo não sendo a preocupação dos autores demonstrar as suas diversidades, com a ajuda dos conceitos de configuração e de democratização funcional deixam em aberto a possibilidade de convivência de mais de uma significação social (grifo nosso), tanto para os esportes em geral como para um esporte em particular. (STIGGER, 2002, p.31)

Esse pensamento de Stigger é de fundamental importância para o nosso estudo, pois abre nossos horizontes em relação ao pensamento social do esporte, ampliando-os para diversos olhares e nos permitindo fazer novas conexões que não simplesmente a de reprodução do um modelo econômico hegemônico. Vimos que

anteriormente o esporte serviu a este propósito, e ainda hoje o vemos servir ao modelo econômico hegemônico, mas vimos, e veremos também que o esporte não está condenado a servir eternamente aos propósitos que anteriormente esteve a serviço. Podemos lançar sobre o mesmo fenômeno social, novos valores e é o que pretendemos fazer neste estudo.

Nos estudos realizados por Assis (2001), em que considera as realidades e as possibilidades do esporte, este autor lança mão de um pensamento de Bourdieu (1990) em que é discutido a “disciplinarização” que o esporte e outras instâncias sociais promovem:

Se a maioria das organizações, seja a igreja, os partidos, as indústrias, etc., dão tanto espaço às disciplinas corporais, é porque, em grande parte, a obediência é a crença e porque a crença é o que o corpo admite mesmo quando o espírito diz não (poderíamos, nessa lógica, refletir sobre a noção de disciplina). Talvez seja refletindo sobre o que o esporte tem de mais específico, isto é, a manipulação regrada do corpo, sobre o fato de o esporte, como todas as disciplinas em todas as instituições totais ou totalitárias, os conventos, prisões, os asilos, os partidos, etc., ser uma maneira de obter do corpo uma adesão que o espírito poderia recusar, que se conseguiria compreender melhor o uso que a maior parte dos regimes autoritários faz do esporte. A disciplina corporal é o instrumento por excelência de toda espécie de ‘domesticação’ .(p. 220 apud ASSIS, 2001, p. 81)

A respeito desta citação de Bourdieu acreditamos que a escola também tem um papel fundamental na “domesticação” do corpo e isso nos faz lembrar de um pensamento de Foucault em que ele diz o que pensa da “disciplinarização” do corpo e que para a nossa área de atuação é de grande importância:

A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (...) ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1987, p. 127, apud, CARVALHO N. C., 1997, p. 275)

É certo que assim como o capitalismo se expandiu para o resto do mundo, com o esporte também acontece o mesmo. Interessante observarmos que o seu desenvolvimento se deu durante o processo de desenvolvimento do capitalismo e

que assim como este modelo de produção econômica o esporte também se difundiu pelo mundo tornando-se “a expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento” (BRACHT, 1997b, p. 5, apud, ASSIS, 2001, p. 83).

Podemos observar que; com o processo de industrialização da sociedade inglesa, sua elite industrial passou a necessitar de um modelo de homem que atingisse seus interesses. Vemos então, a proliferação do esporte em outras camadas sociais através do surgimento de novas escolas para as classes médias, a redução da jornada de trabalho da indústria e a utilização do esporte no controle dos jovens. Todo esse processo no intuito de formar corpos disciplinados, dóceis, submissos para que esses corpos pudessem continuar a dar ou aumentar seus rendimentos, seus lucros.

Porém, seria a reprodução de um modelo de produção econômico hegemônico a única orientação social do esporte? Vimos que não. O esporte pode assumir outras vertentes que não a reprodução. Olhando para sua heterogeneidade podemos identificar diferentes expressões relacionadas à forma de apropriação do esporte por parte dos praticantes.

Para confirmar este pensamento, Stigger utiliza o pensamento de Pociello (1981) em que este propõe uma abordagem sociocultural para o esporte mudando de perspectiva pela “substituição de uma abordagem global, unitária e unificante do esporte, por uma concepção mais diversificada das práticas esportivas” (p.32).

Bourdieu seguindo em uma direção semelhante a de Pociello pensa que para analisar o esporte é necessário compreendê-lo como parte de um sistema de práticas esportivas em que cada elemento recebe distintos valores. Portanto, quando absorvido pelos seus atores sociais o esporte pode receber diversos sentidos determinados pelo que Bourdieu chama de “efeito de apropriação” (1990, pp. 214 – 216 apud STIGGER, p. 32). Ainda sobre os sentidos e significações que o esporte pode ter, Bento (apud STIGGER, p. 33) que diz que “um sentido do esporte em si mesmo não existe; decorre das valorações que ligam as pessoas ao desporto”.

Isso fica evidente quando vemos o movimento das classes trabalhadoras que para diferenciar suas práticas esportivas das práticas burguesas criam a internacional socialista da cultura corporal e realizam três grandes olimpíadas de trabalhadores. Esse foi um movimento que produziu algumas críticas ao modelo hegemônico de participação esportiva e que foram resumidos por Bernett (in ASSIS, 2001, pp. 85-86)

1. necessidade de quebrar a exclusividade do esporte dos dominantes (emancipação do esporte dos senhores);
2. negação dos princípios da competição, do rendimento e recorde, entendidos como espelho e instrumento da economia capitalista;
3. solidariedade como princípio orientador dos trabalhadores, contra a mentalidade esportiva capitalista;
4. esporte entendido como arma dos dominantes, tanto esporte-espetáculo (para desviar a atenção da luta de classes) quanto o esporte nas fábricas (para disciplinar os trabalhadores) e
5. esporte a serviço do militarismo e do fascismo, fomentados pelo capitalismo.

Essa orientação da internacional socialista da cultura corporal é um exemplo de que o esporte não precisa, necessariamente, atender mecanicamente aos interesses de uma classe dominante, pois assim como outras práticas sociais, atende aos interesses de seus protagonistas, mas, para que isso aconteça estes devem participar de uma forma ativa, capaz de criar e recriar suas práticas culturais (STIGGER, 2002, p. 35).

Os amadores ao adotarem o modelo profissional de participação esportiva acabam também adotando seus valores de máximo rendimento, a idéia de *record* como meta a ser batida, reproduzindo, portanto, uma ideologia de mercado, de modelo econômico. Ideologia essa que para obter o máximo rendimento proporcionou a fragmentação do saber, o que conseqüentemente causou a fração das forças produtivas, “desumanizando”⁵ assim, o trabalho humano. Vemos isso acontecer também no esporte de rendimento em que este se tornou “desumanizado” em razão de seus métodos de treinamento. A constante busca pela vitória, levou à especialização no esporte e a construção da ideologia do *record*, o que em nosso entendimento reflete toda a reprodução do modelo econômico hegemônico. Medina em seu texto “*Reflexões sobre a fragmentação do saber esportivo*” que está publicado no livro “*Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI*” traz importantes considerações sobre esta temática de grande importância para o nosso trabalho. Procuraremos trazer as considerações de Medina sob a crescente especialização, e como o próprio diz: especialismo a que o esporte está submetido.

Medina quando começa a desenvolver suas reflexões sobre o conhecimento e o esporte competitivo traça um panorama da sociedade do final do século XX em

⁵ Medina diz que o termo humanização refere-se ao processo histórico que conduz o homem na direção de certos valores humanos universais como a verdade, a justiça social, a liberdade, a solidariedade (1993, p.143)

que defende que a garantia de humanização nas relações de produção (em direção ao trabalho não-alienado e não alienante) passa necessariamente pela fragmentação do saber e que a tendência atual é promover cada vez mais essa fragmentação. O desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, patrocinado pelos meios de produção, acabou por gerar grandes lucros e auxiliaram na conquista de bens materiais e culturais que acabaram promovendo uma facilitação na vida cotidiana nunca vista antes, porém, causou também o aliciamento dos desejos de quase todo mundo para que esses consumissem os bens produzidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico causando assim a desumanização do homem (p. 144).

Nesse sentido, parece que estamos indo para um 'beco sem saída'. O que fazer, por exemplo, diante dessa tendência inabalável do saber especializado que domina as ciências contemporâneas e que, a essa altura, já não nos permite distinguir a especialização (necessária em sociedades complexas) do especialismo, variante que nos conduz irremediavelmente à alienação, pois está cada vez mais distante do sentido humano de suas ações. (MEDINA, 1993, p. 144)

Fenômeno semelhante podemos observar no esporte de rendimento, onde o máximo rendimento e os lucros se unem para ditar as normas da competição, relegando ao segundo plano princípios éticos básicos para a humanização do homem, levando-o a ser tratado como uma máquina. Tratado desta forma o esporte deixa de promover a saúde, a educação para a liberdade, a solidariedade entre as pessoas e passa a seguir uma orientação contrária a esta levando o homem a ser tratado como um produto descartável (Idem, p. 145).

Ao longo deste trabalho temos visto que o desenvolvimento do esporte possui íntima relação com o desenvolvimento da sociedade, da cultura e das práticas produtivas, prevalecendo esta última sobre as outras. Analisando mais a fundo a evolução da civilização moderna com o crescente desenvolvimento do esporte competitivo, ou de rendimento, veremos que estes estão extremamente associados valorizando cada vez mais o resultado, a performance e o lucro material; concluindo-se, portanto, que o esporte rendimento reproduz os valores dominantes da sociedade moderna. O resultado da prática esportiva orientada sob estes valores se reflete no próprio esporte sob a forma de doping, violência, individualismo, alienação e nacionalismo exacerbado (Idem, p. 145).

Sob essa ótica, parece um tanto sem sentido afirmarmos, como dizem senso comum e mídia, que o esporte, por si só, possa significar saúde, educação e cultura, numa perspectiva de autentico desenvolvimento humano. Na verdade, o esporte tratado descontextualizadamente em seus aspectos sócio-culturais ou sem uma clara noção de suas intenções subjacentes não pode representar muito mais do que um instrumento de manipulação e alienação ou de simples reprodução dos valores (positivos e negativos) vigentes (Idem, p. 146).

Após todas estas considerações, parece-nos inegável ou até mesmo irrefutável, que a pratica esportiva, quando seguindo modelos do esporte de rendimento, estará fadada a cair na reprodução dos valores do modelo econômico dominante, seja a prática esporte-educação (TUBINO, 2001) seja no esporte participação ou como prática de lazer (TUBINO, 2001 / DUNNING, 1992).

CAPÍTULO II – ESPORTE E CIDADANIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

2.1. A cidadania nos diferentes contextos

Este capítulo tem por finalidade discutir a utilização do esporte para os mais diversos fins ao longo do tempo, bem como as possíveis vinculações de seu uso à cidadania. Pretende ainda discutir o papel da escola no que se refere à presença e/ou ausência de atitudes cidadãs.

A cidadania tem sido assunto freqüente nos mais diversos meios de comunicação e também em debates democráticos. Está presente em todas as classes sociais, aparecendo nas reivindicações de movimentos sociais como educação, saneamento básico, transporte público etc. Mas o que é cidadania?

Para compreendermos o que é cidadania, faz-se necessário entendermos o contexto social, político e econômico em que se incluem a cidadania, a educação de um modo geral e também a Educação Física e o Esporte.

Quando nos propomos a escrever sobre cidadania o primeiro referencial histórico que podemos buscar vem das cidades-estados gregas em que somente uma minoria da população, formada por homens livres e proprietários, que superaram as necessidades da vida em família, podiam se dedicar à vida em comunidade. (MARTINS, 2000)

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida nas cidades e à capacidade dos homens exercerem seus direitos e deveres, porém foi somente com o surgimento da sociedade capitalista, cujo início se dá em meados do século XV,

através da ascensão burguesa, da luta contra o feudalismo, que se constroem pouco a pouco o exercício da cidadania como parte da vida em núcleos urbanos (MANZINI COVRE, 2003, p. 17).

Podemos dizer que ser cidadão significa ter direitos e deveres. Mas será tão simples responder a esta pergunta?

As primeiras declarações de direitos e deveres tiveram a sua formulação na Revolução Burguesa na França, momento em que a burguesia consolidada economicamente conquista o poder político e instaura a democracia burguesa “cujos primeiros sinais são as declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão” (BUFFA, 2002, p. 24).

A primeira declaração data de 1789 na França e serviu de base para a Constituição de 1791 elaborada pela Assembléia Constituinte inspirada pelos filósofos iluministas e dominada pela grande burguesia. Esta Constituição traz os direitos naturais e imprescritíveis do homem: “liberdade, propriedade, igualdade perante a lei; e os da nação: soberania nacional, separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (Idem).

Com a Revolução Francesa são estabelecidas as cartas constitucionais que colocam fim às normas arbitrárias, difusas e indiscriminadas do antigo regime, o monárquico ditatorial, estabelecendo uma relação jurídica centralizada que passou a ser chamado Estado de Direito e pela primeira vez na história da humanidade, através do Estado de Direito, os Homens passam a ser considerados iguais, ainda que perante a lei. (MANZINI COVRE, 2003).

Um Estado de Direito exercido de fato por qualquer país em que a liberdade prevaleça sobre a autoridade fundamenta-se em princípios como: “o império da lei, a divisão dos poderes, a legitimidade da administração e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais” (VIEIRA, 1992, p. 9). Para tanto é necessário que façamos uma discussão mais pormenorizada para evitar possíveis erros de interpretação de uma realidade que se apresenta como se estivesse respeitando a dignidade humana.

Quando falamos em império da lei isso significa que o Estado deve funcionar conforme a lei e ser fiscalizado pelo judiciário, porém a lei não surge por acaso; a vontade individual não cria a lei reclamada pelo Estado de Direito. É necessário a existência de uma casa que represente a sociedade civil, livremente eleita composta

de todos os setores da sociedade e que de certa forma expresse a vontade geral e que estas leis estejam subordinadas a uma Constituição (Idem, p. 9 e 10).

A separação dos três poderes no Estado de Direito é uma distribuição de competências, cabendo ao legislativo a elaboração das leis e as suas aplicações pertencem às atividades do executivo e do judiciário.

Conjuntamente ao Estado de Direito nasce a teoria liberal à luz do Renascimento e da Reforma originada da Filosofia das Luzes dando as bases do pensamento liberal e do Homem burguês. Tem como tema principal o sujeito, sua consciência individual e o domínio da natureza. Esta teoria nasce do desejo da burguesia em formular uma teoria que viesse a romper com o antigo regime “e os entraves à implantação de um Estado que se voltasse aos seus próprios interesses econômicos e sociais”. Para tanto se fazia necessário romper com a concepção do poder como algo divino, substituído pelo contratualismo fundamentando a igualdade entre os cidadãos e a valorização do individualismo e da liberdade (VAIDERGORN, 2000).

Embora no séc. XVII, a burguesia já houvesse se consolidado como um poderio econômico, o prestígio social e político ainda permaneciam com a nobreza. Para que a burguesia pudesse enfrentar a nobreza em igualdade de condições, esta necessitava de uma teoria que lhe trouxesse legitimidade tão grande ou maior que a da nobreza. A teoria que trouxe a legitimidade esperada pela burguesia foi a do direito à propriedade privada que teve a sua primeira formulação coerente desenvolvida pelo filósofo inglês Locke, no final do século XVII e início do século XVIII (CHAUÍ, 1999, p. 401).

Para desenvolver a sua teoria, Locke parte do princípio de que o mundo é propriedade de Deus e que este fez o homem à sua imagem e semelhança e deu o mundo ao homem para que nele reinasse. Quando o homem foi expulso do paraíso, Deus não lhe retirou o domínio do mundo, porém, disse que o teria com o seu suor. Neste momento, segundo Locke, Deus instituiu o direito à propriedade privada como fruto do trabalho (Idem).

Com esse pensamento, a burguesia consegue a legitimidade necessária perante a realeza e a nobreza e passa a se considerar superior, pois os burgueses acreditam que são proprietários graças ao suor de seu trabalho e passam a ver e considerar a nobreza e a realeza como parasitas da sociedade e também se consideram superiores aos pobres pois Deus fez todos os homens iguais e a todos

deu a missão de trabalhar e também o direito à propriedade privada, responsabilizando os pobres pelo seu sucesso ou fracasso (Idem).

Locke afirma que a propriedade a que o indivíduo tem direito não se restringe ao seu corpo mas sim ao resultado que o seu trabalho produz ao trabalhar ou se apropriar da natureza, portanto é do proprietário tudo aquilo que for produzido pelo próprio como também por seu cavalo e por seu criado (MANZINI COVRE, p. 21), legitimando assim, a exploração do homem pelo homem.

Seguindo esta orientação política e filosófica o cidadão pleno é aquele que é proprietário; neste período, século XVIII, são os proprietários de terras. Porém uma série de fatores começa a ocorrer o que vem a caracterizar novos tempos, tempos modernos “a partir da construção de um novo saber, com novos fins, novos métodos, novos conceitos e novas categorias, a partir de uma nova religião, ou ainda a partir da formação dos Estados nacionais” (BUFFA, 2002, p. 12). Nesta série de mudanças, o fundamental é compreender que essas transformações começam a produzir outra forma de vida material para os homens, que engendra, por sua vez, novas formas de relações sociais.

Assim creio que uma forma de compreender a cidadania é ver como ela se desenvolve juntamente com o capitalismo, pois estará também vinculada à visão da classe que o instaurou: a classe burguesa (MANZINI COVRE, p. 21).

Entre o século XVI e início do século XVIII, o modo de produção artesanal começa a sofrer algumas transformações o que vem a desenvolver um novo modelo de produção: a manufatura. Esse modelo de produção começa a se expandir durante este período aumentando a importância da produção de mercadorias. Essa transformação na forma de produção também produz mudanças fundamentais relacionadas ao trabalho.

As manufaturas mudaram não só as bases do trabalho, como também as relações com a propriedade e, conseqüentemente, mudam também as relações entre trabalhador e empregador. A manufatura cria o trabalhador parcelar e a ferramenta, ferramenta esta que não é do trabalhador e sim do capitalista que o emprega. Agora o trabalhador é livre sobre dois pontos: é livre por ser uma pessoa livre e poder dispor de sua força de trabalho como mercadoria e poder vendê-la e é também livre por não dispor mais das ferramentas para poder produzir. A

característica de trabalhador parcelar vem da divisão em diferentes partes da produção da mercadoria e por ser realizada por diferentes trabalhadores fazendo com que os trabalhadores parcelares não produzam mercadorias na íntegra. “Na manufatura, a mercadoria é produzida pelo trabalhador coletivo, formado pela combinação de um grande número de trabalhadores parcelares, sob a regência do dono do capital” (BUFFA, p.13).

A revolução que a manufatura proporciona na força de trabalho e na forma de produção vai além da divisão parcelar do trabalho e da expropriação do trabalhador, pois ao atingir determinado grau de desenvolvimento “a base técnica estreita da manufatura (o ofício manual) entra em conflito com as necessidades de produção que ela mesma havia criado (Marx, 1977:266)” (Idem, p. 14). Tornando-se a manufatura, obsoleta e insuficiente para tal estágio de desenvolvimento, acaba por ser substituída pela indústria moderna em que o instrumento de trabalho será a máquina.

A máquina iguala, nivela todos os trabalhos. Os trabalhadores são iguais, pois para trabalhar com a máquina é preciso possuir um mínimo já garantido pelo fato de ser homem. Não há mais segredos do ofício, nem hierarquia, e assim a subordinação do trabalho ao capital não tem limites. Com a maquinaria o que se tem é a passagem da produção empírica à produção científicizada. É a ciência substituindo a rotina. (Marx, 1977: 276 apud BUFFA, p. 14).

Com o Estado de Direito e com os fundamentos da doutrina liberal, postos acima, todos os Homens são iguais, mesmo que somente perante à lei, e a todos é dado o direito de trabalhar e adquirir a sua propriedade, porém vemos a manufatura e posteriormente a indústria alterar as relações de trabalho e retirar do Homem o domínio da sua produção e sujeitá-lo à máquina. Assim, com o desenvolvimento da manufatura e conseqüentemente do capitalismo, o Homem passa a se sujeitar ao capital e, conseqüentemente, aos donos do capital e não mais ao monarca, o que em nosso entendimento em muito dificulta o exercício de reivindicar direitos, que o próprio Estado de Direito garante a toda população, pois não se sabe a quem levar suas reivindicações.

A concepção da possibilidade de igualdade entre os homens pelo trabalho e por sua capacidade individual e a igualdade perante a lei gerou uma visão de mundo

burguesa e individualista e, dentro dessa visão de mundo burguesa, está presente um modelo de cidadania.

Em virtude da ascensão burguesa e do capitalismo como modelo de produção hegemônico, a burguesia traz consigo todo o seu aparato ideológico que expressa seus valores, capazes de serem absorvidos pelos indivíduos no decorrer de sua vida. Essa absorção dos valores burgueses se realiza através da educação, pela vida em sociedade e vem a orientar o comportamento, não só dos indivíduos, como também dos grupos e da sociedade como um todo.

Durante a Revolução Francesa, a burguesia procurou reunir em um mesmo grupo proprietários e não proprietários, sob uma mesma bandeira de reivindicações de direitos humanos. Quando a burguesia deixa de ser revolucionária e se constitui no poder político, esta passa a reconhecer os direitos humanos somente aos seus pares. Prática não muito distante de nossos dias quando vemos a dificuldade ou o não reconhecimento de direitos, das classes sociais mais baixas, à moradia, à saúde, educação, etc..

É por isso que determinadas formulações de cidadania manterão o seu caráter universal e outras mais o caráter de promover a dominação. Quando temos um conceito de cidadania vinculado reciprocamente à propriedade, trata-se da cidadania mais formal, a que serve à dominação. Num tipo de cidadania mais efetivo, os direitos são extensivos, quantitativa e qualitativamente, a todos (MANZINI COVRE, p. 25).

O Estado de Direito não se realiza apenas com as garantias expressas na Constituição. Fernandes (2000) vem nos lembrar que o mínimo conceito de democracia pressupõe que os cidadãos estejam aptos a usufruir regras de participação democrática, que haja igualdade social, e que os mecanismos institucionais de representação sejam realmente democráticos.

O simples fato de nossos direitos estarem escritos em forma de lei não significa que estes serão reconhecidos como também não devemos acreditar que a luta pela cidadania deva se restringir à formulação de leis. Nossa Constituição, tão proclamada como a Constituição Cidadã, já contempla nossos direitos freqüentemente esquecidos pelo poder público. Temos visto que somente as leis não garantem o real benefício de nossos direitos; esta é importante principalmente quando trabalhadores utilizam desse mecanismo para construir leis favoráveis para

sua classe, mas a cidadania se dá no exercício diário de reivindicações de direitos, na vida em comunidade.

... a cidadania não é uma categoria burguesa no sentido estrito. É uma categoria que pode também ser elaborada, apropriada e utilizada pelos trabalhadores, como o foi pela burguesia revolucionária, e, depois, pela burguesia dominante no sentido que lhe conveio, e novamente reedificada em nosso século pelos capitalistas tecnocratas (MANZINI COVRE, pp 29-30).

Durante a sua história o sistema capitalista tem se mostrado extremamente hábil em adequar suas orientações em favor da manutenção de sua hegemonia e também da manutenção de uma classe social hegemônica. Esta é a razão da luta por direitos não se pautar exclusivamente nas leis, pois o Estado pode assumir para si responsabilidades reivindicadas pela grande maioria da população, atendê-las em parte conforme lhe convier e assim manter o povo sob seu domínio e até mesmo cooptar possíveis lideranças populares, através da ilusão de que o Estado está mudando sua orientação ideológica.

Uma forma de acalmar movimentos populares que lutam por seus direitos ou mesmo cooptar lideranças populares está na possibilidade de transformar em lei as reivindicações dos extratos sociais inferiores, mas temos o outro lado, pois uma vez legislados os direitos civis, políticos e sociais do cidadão, podemos lutar para que estes se tornem reais. Esta é a razão pela qual não se deve abandonar completamente a luta por leis como também não pode se restringir somente a esse aspecto.

Durante a evolução do capitalismo sua ideologia sempre pareceu contemplar a cidadania, porém com uma dubiedade que lhe é característica, apontando para possíveis melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, mas sempre guardando características que pudessem manter a exploração dos mesmos (MANZINI COVRE).

A ideologia capitalista vem difundindo a idéia de que a sociedade industrial vem a se configurar na própria sociedade democrática. Trata-se de um pensamento de cunho reacionário como não poderia deixar de ser, pois acena com a possibilidade do emprego para os trabalhadores ao mesmo tempo em que mantém a classe trabalhadora sob o domínio do capital e dos capitalistas.

Vieira coloca, muito bem, em seu texto a crença existente de que a sociedade industrial de massas é a sociedade democrática, que para a edificação final de uma sociedade democrática basta a integração da população ao mercado da produção industrial, inclusive da população que está à margem do consumo. Como bem nos lembra o referido autor, a inclusão ao mercado de consumo é importante, porém estamos discorrendo sobre o Estado de Direito e a inclusão da população marginalizada não pode se dar pela via da possibilidade de torná-los consumidores, pois dessa forma estaremos promovendo uma redução no entendimento do que é um cidadão, entendendo este apenas como um consumidor.

As sociedades de nossos dias são sociedades de massas, mesmo quando algumas ainda caminham para o consumo amplo. Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões (grifo nosso), havendo portanto real participação nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição de renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção

Fora disso, a participação é formal, ou até mesmo passiva ou imaginária, o que é mais desastroso. Se a tecnologia subordina as pessoas, parece certo que a industrialização se dirige para a democratização. No entanto nem a tecnologia nem a industrialização são garantias suficientes para a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática (grifo nosso) (Idem, p. 13).

A construção de uma sociedade industrial não é garantia de construção de uma sociedade democrática, como vimos acima, pois temos visto constantemente o poder econômico sobrepujando o poder político. Esta relação pode ser fortemente afetada através de uma cidadania organizada, sem, contudo, sobrepor-se à lógica do capital (DEMO, 1994, p. 47). Essa conjuntura tem sérias conseqüências para a construção de uma sociedade democrática, pois retira da sociedade o efetivo controle das decisões tomadas pelo Estado e dos rendimentos da produção, além de cooptar os homens para transformá-los em consumidores obedientes e felizes, passando a idéia de que uns vivem para mandar, uma minoria, enquanto outros vivem para obedecer, a maioria da sociedade (VIEIRA, p. 14) desarticulando conseqüentemente a cidadania organizada, já que o cidadão passa a ser identificado como um consumidor feliz.

Demo nos mostra que a cidadania organizada pode afetar a relação de desequilíbrio entre o poder econômico e o poder político sem contudo sobrepor-se à lógica do capital; isso se explica, pois, à medida que um dos pólos age de determinada forma o outro pólo também se modifica no intuito de manter a sua dominação e assim sucessivamente, configurando em uma clara relação dialética entre os pólos, fazendo com que esta relação seja extremamente dinâmica e difícil de ser combatida.

... na vida política tudo se transforma num jogo em torno da fidelidade pessoal, em cujo nome, idéias e sugestões desorientadas são sacadas cuidadosamente do colete. Só a sociedade democrática tem condições de proteger e conservar o Estado de Direito. Sem a sociedade democrática, tal Estado desaparecerá fatalmente do horizonte humano (Idem, p14).

Toda essa conjuntura sócio-econômica entre pólos tão distintos de nossa sociedade valoriza ainda mais a categoria da cidadania para a construção de uma nova sociedade (MANZINI COVRE, 2003), pois a exigência de direitos garantidos em lei é de fundamental importância para a manutenção de uma sociedade minimamente democrática e civilizada contra uma sociedade que se desenha caracterizada pela constante perda de direitos.

A ausência de uma sociedade democrática vem provocando a transformação do Estado de Direito a uma qualquer de inspiração momentânea (VIEIRA, 1992) que vem a reforçar a manutenção do *status quo* de uma sociedade que se caracteriza por profunda desigualdade social e grande concentração de renda, trazendo sérias conseqüências para as classes menos favorecidas.

O Estado de Direito não é garantia de respeitabilidade dos direitos das classes trabalhadoras e estas, constantemente, lutam por melhores condições sociais pressionando o Estado, fazendo greves e em alguns casos até mesmo a desobediência civil. Em virtude da relação dialética existente entre capitalistas e trabalhadores o sistema hegemônico cria o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social, uma tentativa de acalmar os ânimos dos trabalhadores e até mesmo cooptar homens e lideranças dos trabalhadores, mas principalmente manter a sua hegemonia.

É no entorno entre as Grandes Guerras Mundiais, período em que as disputas entre capitalistas e trabalhadores se tornaram distintas, que se constitui o Estado de

Bem-Estar-Social. Neste período os trabalhadores começam a reivindicar melhores condições de trabalho, saúde, habitação e educação, começam a se organizar em partidos políticos com o intuito de implantar uma nova sociedade. Como resposta a esta movimentação dos trabalhadores, o sistema capitalista surge com uma proposta socializante que terá conseqüências para a libertação e/ou exploração dos trabalhadores. Este novo modelo absorve a liberdade do capitalismo e a manutenção do seu caráter de exploração, e do socialismo, a preocupação com a justiça social e o planejamento. Esse novo modelo absorve o planejamento porém, promove uma transfiguração no seu conceito para atender aos interesses do capitalismo, entrando em cena as políticas públicas. (MANZINI COVRE, p. 45).

Com a adoção do Estado de Bem-Estar-Social evidencia-se mais uma vez a dubiedade do sistema capitalista, pois ao mesmo tempo que se aceita as reivindicações dos trabalhadores através do reconhecimento de seus direitos, mantêm-se a exploração da maioria por uma minoria. Podemos entender essa movimentação do sistema hegemônico como “façamos a revolução antes que eles a façam”, ou seja, mudou-se para continuar como antes desmobilizando os trabalhadores e os conformando ao capitalismo.

Dentro dessa linha de pensamento podemos considerar as políticas sociais como uma estratégia do Estado e do governo de intervir nas relações sociais. Demo nos alerta que “toda política social de origem ‘superior’ (pública, empresarial, acadêmica, religiosa etc.) corre o risco de ser estratagem de controle social e desmobilização dos ‘desiguais’ segundo a lógica do poder (BORDENAVE & 1980, CALDEIRA 1984, COVRE 1983, in DEMO, 1994, p. 14).

Quando entendemos as políticas sociais como estratégia do governo, estas se compõem de projetos, planos, programas e de variados documentos. Nestes documentos podemos encontrar as diretrizes que vão construir a sua ordem e conseqüentemente assegurando a sua dominação. “No cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e da política social” (VIEIRA, p.20).

Política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem

vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta (DEMO, 1994, p. 14).

Entendendo a política econômica e a política social como constituintes de uma mesma unidade e em uma análise mais profunda dessas duas políticas evidencia-se a ação do Estado na direção de incentivar e aumentar o capitalismo.

Formando um todo, a política econômica e a política social apenas formalmente se distinguem e às vezes dão a enganosa impressão de que tratam de coisas muito diferentes. Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico (VIEIRA, p. 21).

É importante não perdermos a noção do todo ao analisar a política social, pois esta consiste em estratégia governamental se exibindo em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida sozinha, por si mesma. As políticas sociais expressam formas de relações sociais que tem a sua base na produção econômica. Portanto os programas de Educação, Habitação, Trabalho e demais projetos e programas sociais não se constituem como totalidades absolutas (VIEIRA, p. 22).

Não podemos considerar as políticas sociais desvinculadas dos movimentos populares e, para manter a dominação política sobre estes, o Estado assume algumas bandeiras que são originariamente das classes populares, e implanta políticas sociais que os grupos dirigentes consideram aceitáveis até aquele momento. Esta situação revela a tensão existente entre a classe trabalhadora e os capitalistas. Os trabalhadores reivindicando melhorias nas condições humanas e os capitalistas cedendo às reivindicações trabalhistas até onde estes achem aceitáveis, portanto os trabalhadores nunca conseguirão totalmente o que reivindicam e sim apenas uma parte dos benefícios.

É comum vermos no decorrer da história e da evolução do capitalismo o predomínio da política econômica em detrimento da política social; a prioridade fica sempre com a política econômica, vivendo a política social à reboque e do resto da política econômica, principalmente no Brasil (Idem, p. 23).

Dentro deste quadro conceitual, político, econômico e social como é que se dá a cidadania? Que cidadania é esta?

Com a justificativa de manter o equilíbrio nas contas públicas o Estado promove cortes nas áreas sociais, justamente aqueles em que a ampla maioria da população mais necessita como saúde, educação, saneamento básico, transportes públicos, etc. Mas e a cidadania organizada?

Temos visto que as orientações econômicas se sobrepõem às orientações sociais causando desregulamentação econômica fazendo com que a mercantilização defina qual é o modelo de nossa sociedade. Uma sociedade controlada pelo mercado.

Um mercado controlado por grandes corporações internacionalizadas seria o juiz supremo do destino de todos. Ele decide o valor de cada coisa e de cada pessoa ou até a falta absoluta de valor (a exclusão social) daqueles a quem o mercado não atribui papel algum, seja de mão-de-obra qualificada, seja de consumidor de bens sofisticados (SADER, 2002, p. 150).

A desregulamentação do Estado nos tem mostrado a importância do Estado ser regulador, não para privilegiar uma minoria promovendo a concentração de renda mas para garantir direitos da cidadania fortalecendo a democracia, regulando para garantir os direitos da cidadania (Idem, p. 151). Porém,

Vivemos um tempo de destruição dos direitos. Essa é a melhor tradução do neoliberalismo – e seu lema de ‘desregulamentação’- nos planos social e político. Perda de direitos dos cidadãos, dos quais a elevação da maioria dos brasileiros à categoria de ‘sem carteira assinada’ é uma das mais claras expressões (Idem, p. 159).

Em um Estado de Direito são os direitos que nos constituem como cidadãos permitindo nossa afirmação como seres humanos, portanto uma dimensão inalienável de todos os Homens (SADER). Porém, o modelo econômico atual nos “presenteia” com a exclusão social, desemprego crônico, hegemonia cultural anglo-saxônica, o consumismo como sentido de vida e a despolitização como virtude (BETTO, 2002, p. 162).

Ora, não poderia ser diferente em uma sociedade regulada pelo mercado, como bem nos mostra Sader (p.163) o mercado não conhece direitos, conhece sim o poder de compra. O cidadão seria, portanto, o consumidor. A consequência de uma política econômica socialmente excludente é a alienação política de todos, pois a inclusão social está diretamente relacionada ao poder de compra,

conseqüentemente, aquele que possuir maior poder de compra, mais cidadão ele será.

O fascínio do mercado produziu algumas das pérolas da imbecilidade humana. Dentre estas, a do megaespeculador George Soros, segundo o qual o mercado é mais democrático que os sistemas eleitorais tradicionais, é digna de menção (SADER, p. 173).

Isso nos soa como um absurdo, pois está inerente à esta afirmação a igualdade de condições. Porém, perante o mercado as desigualdades são gritantes, enquanto que aos olhos da lei somos todos iguais. Vivemos em um Estado de Direito em que o cidadão é um sujeito de direitos, no entanto, o mercado não reconhece direitos, e sim o poder de compra. “Sei a quem reclamar se meu direito à propriedade é atingido. Mas não tenho a quem reclamar se meu direito ao trabalho é atingido” (Idem).

Esta incapacidade de ação para exigir os direitos básicos de cidadão quando estes são violados é que interessa ao modelo de produção vigente em nossa sociedade, pois a vinculação do cidadão ao consumidor gera o Homem feliz, quando este pode consumir, levando à passividade, à incapacidade de ação referente à reivindicação de direitos, garantindo assim a manutenção do *status quo* de nossa sociedade extremamente desigual.

Para aqueles que estão à margem de nossa sociedade, o sistema se apresenta como justo pois nele está contida a idéia de igualdade de condições, a ideologia do mérito que responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. E além de justo, o sistema também se apresenta como “bonzinho” através de políticas sociais de cunho assistencialista que em nada contribuem para a melhoria das condições sociais e econômicas da grande maioria de nossa população, conseqüentemente levando à passividade e também a manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

Contrários a este entendimento de cidadania vinculado ao consumidor buscamos uma outra definição de cidadania que se choca com a passividade apresentada no modelo defendido pelo mercado, passando a entender a cidadania como:

... a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes (MARTINS, 2000, p. 58).

Tendo como pano de fundo todo este contexto social político e econômico nos aprofundaremos mais especificamente na educação e nesta como formação para a cidadania. Será mesmo que a educação é condição *sine qua non* para o bom exercício da cidadania? Em que espaço se desenvolve a cidadania?

2.2. Cidadania e Educação

Tem sido comum a idéia de desenvolvimento da cidadania e inclusão social através da educação, como sendo esta a responsável pela solução de todos os problemas de exclusão social que afligem nosso país. Basta capacitar o Homem para inseri-lo no mercado de trabalho ensinando-o a ser um cidadão consciente, racional e socializado.

Vemos que as relações sociais que imperam na educação possuem um forte isomorfismo com as relações sociais de produção capitalista (ENGUITA, 1989, p. 161). O capitalismo se desenvolve com base na propriedade privada colocando todo o poder nas mãos dos proprietários e nenhum nas mãos dos trabalhadores, fazendo com que os primeiros reorganizem todo o processo de produção e de trabalho afetando profundamente os últimos. De forma semelhante fez também a industrialização, permitindo ao capitalismo desenvolver-se a um ponto nunca imaginado anteriormente. A forma como o capitalismo se constituiu vem a causar profundas implicações na escola e na educação.

A escola possui, como grande obsessão, a manutenção da ordem dentro do espaço escolar; basta observarmos os esforços empreendidos pelos professores, bedéis e direção. Frequentemente esta manutenção da ordem é defendida por razões técnicas como a impossibilidade da voz do professor chegar a todos os alunos e “muitos professores não vêem nisso um problema, pois consideram que aceitar a autoridade é parte da transição à vida adulta”, fazendo com que os alunos sintam-se dentro de um conjunto de relações de autoridade e hierarquia tal como deverão fazê-lo quando se incorporarem ao trabalho (Idem).

Continua o autor dizendo que estas manifestações de autoridade não se dão de forma exacerbada. As manifestações de autoridade se dão de forma branda, fazendo com que o risco de resistência não valha a pena para quem as sofre e elas se manifestam através de pequenas restrições quanto à roupa, as atividades esportivas, etc.

O excesso de autoridade e o efeito da submissão permanente sobre os alunos têm como resultado nos mesmos a dificuldade de tomar decisões sozinhos, falta de confiança e necessidade de constante tutela.

O trabalho do professor consiste em ensinar formas de comportamento que correspondam à classe social em que o aluno está incluído, premiando seu comportamento ou punindo quando seu comportamento não corresponder ao seu coletivo ou categoria. “Aprender a ser tratado com critérios ‘universalistas’ e ‘específicos’ é também aprender a tratar os demais com esses mesmos critérios” (Idem, p. 169), resultando, além das características de comportamento descritas no parágrafo acima, o conformismo e a passividade.

Outra importante característica das relações sociais de produção capitalista que se faz presente na educação está na alienação. A alienação no trabalho se dá de duas formas com relação ao seu produto de trabalho. A primeira é que o produto de seu trabalho não lhe pertence e sim ao capitalista que o paga para executar tal função; a segunda é que o trabalhador não determina qual vai ser o produto de seu trabalho, este é decidido pelo capitalista ou seu representante.

O primeiro aspecto da alienação, com relação ao produto, não se faz presente na educação, pois o conhecimento ou seu certificado pertence ao aluno, porém o segundo aspecto se faz inteiramente, pois o aluno não determina ou não participa no processo de decisão do que irá aprender. A maioria das crianças aprende desde cedo a não perguntar por que tem que aprender isto ou aquilo aceitando que estão submetidos a uma vontade alheia. Esta situação atinge os que mais tempo permanecem na escola, afetando, portanto, aqueles que vão ocupar as posições intermediárias ou superiores no mundo do trabalho “de forma que se reproduz uma socialização diferencial de acordo com o diferente destino social” (Idem, p. 170).

Agindo desta forma a escola abre mão de sua autonomia em detrimento dos interesses da sociedade, perdendo sua capacidade de educar para a liberdade. Isso fica mais bem compreendido ao analisarmos e entendermos que para a escola não existe autonomia absoluta, esta será sempre condicionada pelas circunstâncias,

fazendo com que sua autonomia seja relativa e determinada historicamente (GADOTTI, 1994, p. 9 - 10).

Durante o período em que o aluno permanece nos bancos escolares, aprende a ser passivo e a “aceitar a rede de normas e regulamentos e rotinas em que está imerso. Aprende a tolerar as pequenas frustrações e a aceitar os planos e as políticas das autoridades superiores, mesmo quando sua justificação permanece inexplicada e seu significado obscuro” (JACKSON, 1968, p. 36 apud ENGUITA, 1989, p. 181). De certa forma essa passividade também atinge a escola, pois a ela não compete determinar o que irá ensinar para o aluno; isto é determinado pelas instâncias superiores a que está submetida; daí vem sua falta de autonomia.

O princípio de que a educação é dever do Estado não implica no imobilismo da população e de cada indivíduo: a educação é também dever de todos, pais, alunos, comunidade. Com essa mobilização da população em defesa do ensino público, é possível pressionar ainda mais o Estado para que cumpra o seu dever de garantir a educação pública, gratuita e de bom nível para toda a população: uma população acostumada a receber um bom serviço se mobilizará para continuar a tê-lo (grifo nosso) (GADOTTI, 1994, p. 34)

Já discutimos anteriormente que sem a pressão da cidadania organizada o Estado não “cumpre” seus deveres de Estado, porém ele oferece uma educação que não vem a atender aos anseios da população e sim a seus próprios interesses. O Estado não oferece uma educação de qualidade à grande maioria da população, pois este está a serviço de uma minoria que luta pela manutenção de seus privilégios e vê na educação um risco de perdê-los como também a possibilidade de mantê-los através da domesticação e passividade da população.

A passividade, a aceitação de normas e regulamentos, de planos e políticas mesmo que inexplicadas vem a causar grande prejuízo para a formação política dos jovens, pois “o público da escola é tão incapaz de exercer o controle sobre esta quanto o são, em seus respectivos âmbitos, o da saúde ou dos transportes públicos” (ENGUITA, p. 184). A cidadania organizada é de extrema importância para o controle do Estado Democrático de Direito pela população e com esta incapacidade de exercer o controle sobre os serviços oferecidos pelo Estado e sobre o Estado acabamos por entregá-lo a uma minoria para que faça uso do mesmo.

Esta conjuntura escolar desenvolve no aluno não só a passividade como também a alienação, o que em nosso entendimento é pior, pois a alienação é

contrária a autonomia entendendo esta na concepção de Castoriadis como o “domínio do consciente sobre o inconsciente” (apud GADOTTI, 1994, p. 19) sendo que o inconsciente é o discurso do outro. A alienação se apresenta, ainda na citação de Castoriadis, como “um discurso que está em mim, me domina, fala por mim”.

A escola possui uma importante função social, que é a de cercear o potencial de resistência das pessoas e para isso ela lança mão de vários “instrumentos” para poder atingir este objetivo.

Como nos mostra Enguita (p.192), a escola exerce um papel duplo dentro da sociedade estratificada como a nossa. Assim, ao mesmo tempo em que ela apresenta a idéia de melhoria ou ascensão social para as camadas sociais inferiores, ela permite ao grupo hegemônico a garantia de sua posição de controlador através de um efetivo controle de acesso a esse grupo que se dá através do aumento das exigências educacionais.

Isso passa uma pseudo-impressão de que através da educação as pessoas podem atingir estágios superiores nas camadas sociais dando a idéia de que a ascensão social se dá por méritos próprios ao mesmo tempo que regula ou controla a ascensão social dos estratos sociais mais baixos, pois a sociedade capitalista e a escola dessa sociedade se apresentam como justos e aquele indivíduo que consegue ascender socialmente é utilizado pelo sistema para comprovar o quanto este é justo, conseqüentemente transfere a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso aos indivíduos diminuindo os riscos de conflitos entre classes sociais.

... a escola é hoje o principal mecanismo de legitimação meritocrática da nossa sociedade, pois se supõe que através dela tem lugar uma seleção objetiva dos mais capazes para o desenvolvimento das funções mais relevantes, às quais se associam também recompensas mais elevadas (Idem).

Atuando assim na sociedade a escola reforça o individualismo e cerceando as ações coletivas dos alunos faz com que eles se relacionem de forma mecânica e isolada, com divergências de interesses e com hostilidade, sem respeito ao próximo, sem solidariedade. A escola, ao negar ou ignorar as identidades coletivas ou os elementos coletivos de sua identidade, dando a todos tratamento igual, acaba por forçar as crianças e jovens a se comportarem de forma individualista.

As fraturas, as relações de poder e dominação e os conflitos sociais que tem sua base na estrutura social global e nas identidades coletivas dissolvem-se assim, aparentemente, em um mare magnum formado por incontáveis comparações e lutas inter-individuais e frustrações pessoais.

Finalmente, a escola contribui para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como se fossem sua responsabilidade pessoal. Assim, os que obtêm as melhores oportunidades atribuem-nas a seus próprios méritos e os que não as obtêm consideram que é sua própria culpa. As determinações sociais são ocultadas por detrás de diagnósticos individualizados, legitimados e sacralizados pela autoridade escolar (Idem, p. 193).

Assim sendo, a escola possui uma conhecida relação com a estratificação social e na aceitação da mesma, pois ela se caracteriza por ser também estratificada apresentando seus mecanismos como cientificamente comprovados, portanto indiscutíveis, acostumando os alunos na idéia de que sua hierarquização e classificação é ponto inevitável, fazendo com que eles se convençam de que não valerão na sociedade nem mais nem menos do que costumam valer na escola (Idem, p. 210).

Dentro das relações de isomorfismos existentes entre a escola e o modo de produção capitalista, não podemos nos esquecer da competição que a escola “estimula” entre os alunos. Competição que está diretamente ligada à ideologia meritocrática, que transfere a responsabilidade de sucesso ou fracasso na escola ao indivíduo estimulando o individualismo e a competição.

A escola, ao recorrer “ao subterfúgio de se apresentar como uma competição límpida, o que realmente é uma competição viciada, na qual uns partem com notável vantagem com relação aos outros” (Idem, p. 212) acaba legitimando a justiça do sistema, promovendo o consenso social e se isentando de qualquer responsabilidade sobre o destino social de cada indivíduo. Podemos entender, portanto que a escola converte a origem social em destino social não sendo esta, garantia para a ascensão social ou condição *sine qua non* para o exercício da cidadania, como prega o sistema, já que transforma os indivíduos em seres passivos, domesticados e alienados.

Como conseqüência desta domesticação e pacificação patrocinadas pela escola, pelo estímulo da individualidade em detrimento do associativismo, com o ensino de forma árida e estéril, a escola cria indivíduos com dificuldade de se

organizarem socialmente, pois visam somente interesses pessoais e resumem a sua atuação política na sociedade, ao voto.

Mas porque então vincular a educação à cidadania se esta vem, em última instância, a beneficiar uma pequena elite dominante e contribuir para a manutenção do *status quo*? Isto é o que pretendemos discutir a partir de agora.

Como reverter esta situação ou tendência com a Educação Física utilizando como um de seus conteúdos, o Esporte? Como os professores de Educação Física estão sendo formados para colaborar nesse processo de interação social?

Ainda estão na memória de todos as proclamações solenes de dirigentes políticos que, durante as últimas décadas, justificaram a exclusão da cidadania com a tese da imaturidade política do povo. Prometiam o direito à participação desde que o povo mostrasse ter aprendido a ser cidadão consciente, racional e socializado (grifo nosso). O que freqüentemente foge de nossa memória histórica é que essa tese não é exclusividade do elitismo autoritário nem de seu entulho (ARROYO, 2002, p. 31).

Arroyo (p.31) vem nos lembrar que vincular educação e participação política é prática comum desde os liberais do Império, passando pelos liberais e progressistas de todas as repúblicas entendendo a educação como ponto fundamental e eficiente para a construção de um Estado republicano democrático, incumbindo-a de dar uma sólida formação política a todos os cidadãos.

É importante lembrarmos que estamos analisando a cidadania construída no projeto social da burguesia, portanto, não podemos ter uma análise ingênua desta vinculação entre educação e cidadania. Esta composição, tão defendida para a construção de uma nova ordem, traz consigo idéias e ideais políticos e econômicos que não podem ser desprezados, pois os compromissos que a educação traz com a ordem política, econômica e social vai afetar diretamente o modelo de cidadania das classes inferiores.

Analisando as relações isomorfas entre a educação e o modelo de produção capitalista, vimos que a educação, em um Estado Capitalista, tem como uma de suas funções transformar, principalmente os membros dos estratos sociais inferiores, em seres passivos. Porém, na citação acima Arroyo nos aponta o discurso que há décadas nos persegue justificando a exclusão da cidadania do povo em razão de sua imaturidade política, prometendo o direito de participação política quando o povo se mostrar mais consciente, racional e socializado, daí vem a

vinculação da educação com a cidadania. Vincular a cidadania à educação é, portanto uma forma de continuar a negá-la, pois ela se dá na participação comunitária de cada indivíduo (Idem, p.40) e a forma como a escola está inserida em nossa sociedade não permite aos indivíduos esta participação comunitária que poderia nascer dentro da escola e depois expandir para a sociedade.

Podemos criticar e afastar o fantasma da 'domesticação ideológica', porém, não é fácil afastar e menos ainda defender as formas sinuosas e sutis através das quais a vinculação entre educação e cidadania, como condição para a participação, vem agindo durante séculos para justificar a exclusão da cidadania, a condenação das camadas populares à condição de incivilizados, de não-aptos como sujeitos de história e de política, e a legitimação da repressão e desarticulação das forças populares por teimarem em agir fora das cercas definidas pelas elites civilizadas como o espaço da liberdade e da participação racional e ordeira. A participação fora dos espaços até físicos definidos pelas autoridades competentes continua sendo até hoje, reprimida como vandalagem (grifos do autor) (Idem, p. 39 e 40).

Dessa forma, quando o oprimido, legitimamente, levanta-se contra seu opressor, a legitimidade dessa ação não é reconhecida e, freqüentemente, os oprimidos são chamados de violentos, bárbaros e arruaceiros. Daí o entendimento de cercear o espaço para suas manifestações, pois são bárbaros e precisam ser controlados e uma das formas de controle passa pela domesticação proporcionada pela educação.

Toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não. É, a um tempo, desamor e óbice ao amor. Óbice ao amor na medida em que dominador e dominado, desumanizando-se o primeiro por excesso, o segundo por falta de poder, se fazem coisas. E coisas não se amam. De modo geral, porém, quando o oprimido legitimamente se levanta contra o opressor, em quem identifica a opressão, é a ele que se chama de violento, de bárbaro, de desumano, de frio. É que entre os incontáveis direitos que se admitti a si a consciência dominadora tem mais estes: o de definir a violência. O de caracteriza-la. O de localizá-la. E se esse direito lhe assiste, com exclusividade, não será nela mesma que irá encontrar a violência. Não será a si própria que chamará de violenta. Na verdade, a violência do oprimido, ademais de ser mera resposta em que revela o intento de recuperar sua humanidade, é, no fundo, ainda, a lição que recebeu do opressor. Com ele, desde cedo, como salienta Fanon, é que o oprimido aprende a torturar. Com uma sutil diferença neste aprendizado – o opressor aprende a torturar,

torturando o oprimido. O oprimido, sendo torturado pelo opressor. (FREIRE, 2003, p. 58).

Deve-se considerar ainda, que o uso do poder apresenta muitas faces. Na escola, por exemplo, o poder aparece no uso do conhecimento. Desta forma, detém o poder aquele que detém o saber.

Uma outra forma de dominação que se apresenta aos oprimidos é considerá-los historicamente acabados, transformando origem social em destino social tornando o homem passivo perante seu destino e eliminando qualquer forma de esperança. Paulo Freire nos mostra que “só na convicção permanente do inacabado pode encontrar o homem e as sociedades o sentido da esperança” (p. 61).

A importância do homem perceber-se inacabado resulta em esperança, esperança em mudar a sociedade que se apresenta como pronta e acabada. Esta mudança de entendimento resulta no desejo de participar na sociedade conscientemente, passando a exigir a sua participação. “Já não se satisfaz em assistir. Quer participar. A sua participação, que implica numa tomada de consciência apenas e não ainda numa conscientização – desenvolvimento da tomada de consciência – ameaça as elites detentoras de privilégios” (Idem, p. 63).

Este desejo de participação que vem com o aumento da conscientização faz com que a elites se mexam na tentativa de manter seus privilégios. Percebendo a ameaça existente na tomada de consciência pelo povo tratam de atrair para si “teóricos de crises” como costumam chamar o novo clima cultural. Criam instituições assistencialistas, defendem uma democracia *sui generis* em que o povo é tratado como enfermo e sua enfermidade reside exatamente em ter voz e querer participar. Toda vez que este deseja participar, expressar-se livremente, o povo é considerado como ainda enfermo precisando de mais remédios. O entendimento de saúde democrática para a elite é o silêncio do povo, desenvolvendo o desejo de livrar o povo de “idéias exóticas”, em última análise livrá-los de todo e qualquer desejo do povo de atuar em seu processo histórico (Idem).

A importância em atuar em seu processo histórico está na interação ao seu contexto social. O Homem não apenas está nele, mas está com ele, comportamento que difere da acomodação, da adaptação, comportamentos que aproximam ou proporcionam a desumanização do homem. A integração com seu mundo faz do

Homem um ser “situado e datado” (MARCEL, apud FREIRE, p. 50) enquanto que a massificação resulta em desenraizamento do Homem, pois

na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultados de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. O homem integrado é o homem sujeito (...) Daí que a homens indóceis, com ânimo revolucionário, se chame de subversivos. De inadaptados (Idem).

A importância da educação atuar no processo histórico de forma a beneficiar os indivíduos das classes mais baixas é exatamente transformá-los em sujeitos de sua própria história, assim a formação docente assume uma significativa relevância, pois este também deve ser agente de sua própria história, privilegiando durante a sua formação o exercício da consciência crítica de forma a desenvolver a sua autonomia intelectual, contrastando com a heteronomia que frequentemente encontramos, e dando ao docente condições de se articular e engajar de forma comprometida no processo de transformação de consciência dos oprimidos.

Dessa forma o docente também deve perceber-se inacabado entendendo a sua história e a história de toda a sociedade como um processo, um processo dinâmico e inacabado sabendo que a sua atuação de forma engajada produzirá conseqüências que poderão não agradar a elite e que o sistema poderá, de forma dissimulada, assumir bandeiras defendidas pelos oprimidos sem contudo mudar de lado.

Neste sentido, é importante que sejam revistas as políticas educacionais e sua relação com o entendimento de cidadania que essas políticas públicas carregam em seu bojo. Que cidadania é esta?

A concepção do povo e de sua ação como sujeito político exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política. Para equacionar devidamente o peso real da educação na cidadania teremos que prestar atenção aos processos reais de constituição e de formação do povo como sujeito político, que processos são estes e como se dão (...) é fundamental captar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes (ARROYO, p. 74 e 75).

Historicamente, em uma sociedade Liberal, a cidadania é dada, ou outorgada pela burguesia e pelo Estado moderno, isto é o que podemos chamar de intervenção externa no processo de construção da cidadania. Assim, ao povo é negado o direito de ser considerado agente de seu processo histórico e dentro de uma visão elitista de mundo, de sociedade, é incapaz de qualquer manifestação popular e quando estas ocorrem não são entendidas como atos de defesa de seus direitos de cidadão, mas pelo contrário, são entendidas como motins, bagunça ou até mesmo reações biológicas de estômagos vazios (ARROYO, p. 75), jamais são entendidas como uma manifestação legítima de uma classe social constantemente oprimida por uma minoria privilegiada.

Esta visão elitizada de sociedade leva à formulações de políticas assistencialistas que em nada contribuem para o desenvolvimento da consciência e da participação do povo; pelo contrário, o objetivo maior dessas políticas assistencialistas está na manutenção dos privilégios de uma minoria.

O assistencialismo possui uma dupla função em uma sociedade como a nossa; a primeira é que torna o sujeito um objeto passivo, pois nega ao indivíduo o direito de participar na sua recuperação e em um segundo momento contradiz o processo de democratização. No assistencialismo reside a violência do antidiálogo que impõe ao homem, além da passividade, o mutismo, não oferecendo oportunidade para o desenvolvimento da consciência crítica no homem (FREIRE, p. 65), negando ao mesmo a oportunidade do diálogo. Estabelece assim uma relação vertical de comunicação que reflete fortemente na educação, pois não é dado ao nosso aluno o direito de participar em seu processo de aprendizado, tornando-o passivo, mudo e acomodado.

Atualmente sabemos como foi o desenrolar dos fatos que levou a burguesia a se constituir como classe hegemônica política e economicamente, porém, a ideologia dominante torna nebuloso o processo de entendimento de como o povo vem se configurando como uma legítima classe social com sua própria identidade.

Vários autores, citados por Arroyo (2002, p. 76), levantam esta temática que tem como principal intuito transmitir a imagem do povo como seres submissos, ignorantes, despolitizados e fanáticos. Isso vêm a perpetuar a condição do povo de ser alienado e impotente para participar de seu processo histórico, desenvolvendo a dificuldade de considerar-se como uma classe social legítima e que possui o direito de reivindicar e lutar por seus direitos.

Ocorre que o pleno desenvolvimento do ser humano somente será possível com a supressão da alienação do povo (GADOTTI, 1995, p. 43). Embora este se apresente mais ativo em seu processo histórico de construção de cidadania do que a elite gostaria, um grande número continua a estar ausente da cena política de nossa sociedade em razão das condições materiais de existência e à violência com que são reprimidos e não em função da educação que lhes foi negada. “É nessas mesmas condições, na reação e organização para invertê-las que o processo de constituição da identidade política vai sendo construído” (ARROYO, p. 77) e é dentro deste processo histórico de constituição de identidade política do povo que a educação deve se posicionar. “Para Marx, educador e educando educam-se juntos na ‘práxis revolucionária’, por intermédio do mundo que transformam. Essa práxis deve ser entendida como ‘trabalho social’ ou simplesmente como ‘trabalho’ ” (GADOTTI, 1995, p. 43).

Porém, vemos uma forte influência na educação brasileira da pedagogia conteudista que possui um grande enfoque funcionalista, promovendo a alienação do professor. Dentro do discurso de Castoriadis (apud GADOTTI 1994, p. 19) “o discurso do outro” toma o discurso do professor retirando seu entusiasmo e alegria de construir o conhecimento com seus alunos (GADOTTI 1994, p. 36). Este discurso vem com

...um saber que contém, dentro dele, elementos que legitimam a dominação, que inibem a possibilidade de os homens se transformarem em sujeitos de sua própria história ...É um saber que foi expropriado e é devolvido aos seus criadores na forma de receitas, instruções, postulados (ARGUMEDO apud GADOTTI, 1994, p. 36).

Portanto, vemos que a formação do professor é de fundamental importância se pretendemos que nossos professores não assumam discursos dos outros. Para a constituição de uma educação para liberdade, para formação de Homens que tenham em si a capacidade de indignar-se e participar ativamente na sociedade, é necessária uma sólida formação político-filosófica dos professores que os dotem de instrumentos para reconhecer, pelos meandros das políticas e filosofias educacionais, o pano de fundo, o currículo oculto presente nestas orientações.

O currículo oculto pode ser entendido como “as crenças e os valores transmitidos tacitamente pelas relações sociais e rotinas da escola e da sala de aula,

o que significa dizer que o currículo oculto é o principal veículo de aprendizagem de valores e atitudes” (MOREIRA, 1994).

É necessário sairmos da “análise” do senso comum caracterizada como uma visão simplista de mundo e adotarmos uma postura mais consciente e crítica, mais articulada, coerente, elaborada e mais fundamentada teoricamente. Não há como promovermos a emancipação das massas sem a educação. A forma de inserção da educação na disputa hegemônica nos aponta dois momentos; o primeiro negativo que consiste na crítica do discurso dominante (ideologia burguesa) e um positivo que é trabalhar o senso comum de modo a retirar o bom senso (núcleo válido) e “dar-lhe expressão elaborada com vistas à formulação de uma visão de mundo adequada aos interesses populares” (SAVIANI, 2000, p. 3), procurando evidenciar as relações e as tensões existentes por trás de uma realidade e, passando pelo pensamento, procurar entender as relações e tensões e, a partir daí, pensar o real na tentativa de transformá-lo (Idem, p. 6).

A passagem do empírico ao concreto corresponde, em termos de concepção de mundo, à passagem do senso comum à consciência filosófica, ao passo que a passagem da educação do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária (Idem, p. 6).

Dentro desta linha de pensamento seria necessário a descentralização do sistema escolar e o crescente desenvolvimento da autonomia da escola para que esta pudesse atender aos interesses da comunidade em que está inserida, pois deveria refletir a sociedade em que está inserida e ser um agente de transformação da mesma. A uniformidade a que as escolas estão submetidas é em si uma forma de violência, porque o sistema de ensino, ao tratar de forma igual todas as escolas, fecha os olhos para os interesses comunitários. Porém não podemos fazer uma “mudança profunda no sistema de ensino sem um projeto social e um projeto de escola” (GADOTTI 1994, p. 43) e isso nos leva a pensar em que sociedade queremos para nós e qual o tipo de cidadão queremos formar, para depois construirmos um modelo de escola e de educação.

Assim como Gadotti em seu livro Escola Cidadã, entendemos que “cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar do governo quem tiver liberdade e autonomia para exercê-lo” (p. 38), pois é na participação da vida em comunidade que desenvolvemos a cidadania; esta somente se desenvolve no constante exercício de reivindicação de seus direitos. “A participação e a

democratização num sistema público é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão” (Idem, p. 49).

Sob esta forma de pensamento é necessário chamar a comunidade para participar do processo de decisão e construção dessa nova escola e nova sociedade, pois do contrário, estaremos praticando os mesmos atos que outrora criticamos. “Contudo, de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinetes” (Idem, p. 51).

A democracia que, antes de ser política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe (FREIRE, 2003, p. 88).

Não podemos vincular a educação sozinha à solução para a alienação e desumanização do homem, mas podemos pensar em uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática e de sua inserção nesta problemática. Uma educação que o advirta dos perigos do seu tempo, para que, consciente dos mesmos, ganhe força e coragem para lutar.

Desenvolvendo seu senso crítico, este homem será mais interessado pela escola e “quanto mais pessoas se envolvem com os assuntos da escola, maior será a possibilidade de fortalecimento do projeto autônomo da escola” (GADOTTI 1994, p. 52) e conseqüentemente maior será a sua integração com a comunidade em que está situada.

... a democracia e a educação democrática se fundam ambas, na crença do homem. Na crença em que ele não só pode mas deve discutir seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da sua própria democracia (FREIRE, p. 104).

Acreditamos que atuando de forma integrada com a comunidade, sempre privilegiando o diálogo, o respeito às individualidades e na busca constante para promover a humanização do homem, a escola e a educação passarão a ser reais agentes de mudanças da sociedade, pois “à medida em que os processos de

democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância” (MANNHEIM apud FREIRE, p. 110), pois com o aumento da consciência crítica⁶ a participação do povo na sociedade torna-se mais crítica tornando-o capaz de optar e decidir.

O modelo de produção econômico atual procura vincular a cidadania à capacidade de consumo, que o mercado não reconhece direitos e sim poder de compra. Esta conjectura resulta na retirada da população do direito de optar por qual rumo sua sociedade deve seguir, transferindo essas decisões aos desejos do mercado. Esta incapacidade de decisões, atinge todas as esferas públicas, desde a política econômica até a escola.

Veja-se, por exemplo, que mais de 90% das crianças brasileiras freqüentam as escolas públicas do ensino fundamental e mais de 80% delas estão nas escolas públicas no ensino médio, não se qualificando portanto para estar entre a elite do país projetado para o futuro (SADER, 2002, pp. 173-174).

Ora, se não lutamos ou reivindicamos por escolas melhores, pela melhoria na qualidade de ensino em nossas escolas, que estão perto, senão dentro de nossas comunidades, que dirá das políticas públicas. Esta incapacidade de ação só tem um interessado, que não é a grande maioria de nossa população, mas o mercado.

Ao devolvermos à população a capacidade de decidir, devolvemos a ela o direito de participar nos processos de tomadas de decisão passando a ter a capacidade e o direito de exercitar a sua cidadania, tornando-os novamente, como nunca deveria deixar de ter sido, sujeitos de direitos.

Mas, enquanto esses processos democráticos não se generalizam em nossa sociedade, podemos, como profissionais da educação, em específico da Educação Física, possibilitar aos nossos alunos a vivência democrática proporcionando o que Paulo Freire chamou de transitividade de consciência através de nossas práticas educacionais. Para tanto se faz necessário uma sólida formação teórica dos profissionais da Educação Física, uma formação teórica que aproxime nossos estudantes da realidade, não uma teoria distante da realidade, sem significado, uma teoria que possibilite aos docentes transformar seus conhecimentos em ações práticas, vislumbrando, através da transição de consciência, o desenvolvimento do

⁶ O propósito da consciência crítica é a sua integração com a realidade enquanto que da consciência ingênua é a superposição à realidade (FREIRE, p. 114).

gosto pela democracia e conseqüentemente o gosto pelo associativismo e participação popular.

Tendo por base as discussões já efetuadas sobre a cidadania e a educação falaremos, a seguir, sobre como o esporte situa-se nos contextos estudados e sua possível relação com a inclusão social.

2.3. Cidadania, inclusão social e Esporte

O esporte moderno surge no seio da sociedade burguesa na Inglaterra do século XIX ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial se consolidava como orientação política e ideológica de uma classe social privilegiada.

De igual forma à expansão do capitalismo assim se dá com o esporte que se difundiu primeiramente por toda a Europa e posteriormente por todo o mundo, porém “o mito esportivo, construído pelos ideólogos do esporte, retira dele sua marca histórica, o que permite legitimá-lo mais facilmente e camuflar seu caráter eurocêntrico, com todas as conseqüências socioeconômicas e políticas inerentes a esta visão” (BRACHT, 2002, p. 193) como os valores de alto cunho liberal contidos por trás de suas práticas, como veremos.

O esporte assume características inerentes à sociedade moderna como a secularização, igualdade de oportunidades (meritocracia) especialização de papéis, organização burocrática e quantificação, a busca do recorde, (Idem, p. 194). Interessante observarmos a presença também no esporte da ideologia do mérito a qual já apresentamos anteriormente quando nos referimos à educação e que no esporte possui uma forte influência, e também o conceito de recorde, que o sistema produtivo posteriormente adotará, seu conceito para aumentar sua produção ou vendas.

Fato observado por historiadores do esporte é que o princípio do rendimento em nossa sociedade burguesa foi antecipado pelo esporte. Gebara (2000, p. 122 apud BRACHT, 2002, p. 194), levanta a possibilidade do esporte antecipar princípios importantes do sistema produtivo como a disciplina, a eficiência e o controle da produção.

Fato é que esta prática corporal (a esportiva) está fortemente orientada pelos princípios do rendimento e da competição, assim como estes são elementos importantes da ordem social capitalista.

O importante aqui, de qualquer forma, é que parte da legitimidade social do esporte se deve ao fato de ele atualizar valores/normas de comportamento e princípios importantes para a nova ordem social (BRACHT, pp. 194 - 195).

Em tempos como os nossos temos de compreender que a absorção de valores como estes pelo povo são de extrema importância para a manutenção e legitimação do modelo social que orienta nossa sociedade. Mais uma vez o sistema hegemônico promove o consenso social através da ideologia meritocrática e a manutenção de seu sistema com o ensino e atualização de normas de comportamentos, que interessam à elite hegemônica, e que o esporte possui um importante papel, o qual lhe dá a legitimidade e um papel de destaque em nossa sociedade.

Nestes termos não seria um absurdo pensarmos no esporte como um aparelho ideológico do Estado, pois:

... a ambientação do esporte a um mundo organizado em torno do capitalismo industrial (que se expressa na ênfase no máximo rendimento, na especialização do trabalho, no movimento corporal robotizado) e a utilização do esporte como aparelho ideológico do Estado (que se manifesta na transformação do espetáculo em meio de distração das massas, desviando os homens adultos de uma participação política consciente). O movimento olímpico internacional era visto, dessa perspectiva, como uma instituição altamente conservadora, um gigantesco empreendimento de despolitização, baseado numa ideologia imperialista reacionária (PRONI, 2002, p.32)⁷.

Em uma sociedade fundamentada no capitalismo industrial a noção de produção no esporte é de grande importância, pois o esporte ao inserir-se de forma orgânica nas manifestações lúdicas de exercícios competitivos converte-os em técnicas racionalizadas e eficazes (Idem, p. 35). E ao inserir-se de forma orgânica nas práticas corporais “o esporte europeu se espalhou pelo mundo, subordinando as

⁷ Esta citação de Proni está fundamentada nos estudos, por ele realizados, sobre o pensamento de Brohm em relação à organização capitalista do esporte (esporte de rendimento) que para nós é de grande importância, pois o modelo de organização e participação que orienta o esporte de rendimento virá a influenciar o modelo de participação dos indivíduos (não atletas) em outras instancias esportivas.

práticas presentes em outras culturas (globalização): esportivizou-se a cultura corporal – folclorizou-se a cultura corporal não-européia” (BRACHT, p. 196).

A racionalização presente nas práticas esportivas é antes de tudo fruto da racionalização presente em nossa sociedade. Não podemos considerar o esporte como um fenômeno imaculado. Como consequência das influências de nossa sociedade racional e secular está a desportivização da cultura corporal retirando das práticas esportivas a ludicidade, tornando-se sério, e padronizando a forma de participação esportiva.

A padronização e a seriedade presente no esporte se apresentam tão consolidadas que passam a impressão do esporte ser um fenômeno pronto e acabado, deixando de ser um fenômeno dinâmico. Porém, se nossa sociedade possui a característica de dinamicidade, está em constante mudança, o mesmo ocorre com o esporte nos abrindo a possibilidade de muda-lo através da mudança de seus valores que promovem o consenso social, a disciplinarização e a domesticação.

Nos remetendo novamente às críticas de Huizinga ao esporte apresentadas no primeiro capítulo nos parece mais claro agora qual foi seu descontentamento com o esporte em relação às manifestações lúdicas, quando este questiona a grande seriedade a que foram submetidas as práticas lúdicas, afastando o jogo da cultura, através de princípios racionais e eficazes retirando do lúdico uma de suas principais características, senão a principal, a espontaneidade.

A perda da espontaneidade tem como principal característica a perda da voluntariedade natural, engessados por regras fixas e, o que é pior, por uma forma de participação fixa que possui seu ponto alto na vitória mesmo nas práticas esportivas de lazer, levando-nos a ser extremamente racionais. Como consequência da perda da voluntariedade a prática esportiva torna-se desumanizada e estéril.

Com relação a esportivização da cultura corporal e a folclorização das práticas corporais não-européias, nos parece muito claro que estamos diante da influência do colonialismo europeu e mais recentemente o norte-americano⁸ que vem assumir o papel de “doutrinador esportivo”. Basta observarmos “as missões das

⁸O esporte americano não passa pelo mesmo processo civilizatório por qual passou as práticas corporais européias que levou à “desportivização” dos passa-tempos. O esporte americano como o basquetebol, o voleibol, etc. foram inventados, porém seguindo uma característica que também encontramos nos esporte europeus que é o seu direcionamento como prática restrita à uma minoria privilegiada, foram criados por membros de uma elite burguesa e para esta elite, a burguesia industrial.

ACMs que percorrem as ‘colônias’ difundindo novos programas de Educação Física e novos conteúdos esportivos” (MARCHI JUNIOR, 2002, p. 105).

Sobre a produção esportiva, assim como Proni (p. 35), também entendemos que uma de suas funções é a de produzir grandes campeões, em quantidade e qualidade para o mercado ou para o olimpismo, o que em nosso entendimento dá no mesmo, pois atrás do atleta olímpico há uma gama de interesses comerciais e financeiros e são estes atletas, considerados heróis olímpicos, que vem a ser a principal propaganda de produtos de marcas esportivas conseqüentemente também do modelo de produção econômico.

A preocupação que apresentamos em discorrer sobre o esporte de alto rendimento, neste momento, em detrimento de outras formas de participação no esporte como a educação ou a recreativa resulta basicamente em que o esporte de alto rendimento é o modelo de participação dominante frente às outras manifestações esportivas, constituindo o esporte em “uma totalidade articulada de instâncias dominantes”. O esporte de alto rendimento influencia o esporte escolar e recreativo, pois apresenta “uma intensa sessão de ‘mimetismo social’ na medida em que os gestos dos esportistas são copiados, imitados e assimilados” (BROHM, apud PRONI, p. 42), trazendo também valores como a meritocracia, disciplinarização, busca incessante pela vitória, o recorde, especialização precoce, competição exacerbada. Estes valores relacionados ao esporte de rendimento também são os mesmos valores que orientam a competição capitalista, conseqüentemente, o uso que o sistema faz do campeão esportivo reside basicamente em ser ele a própria imagem do sucesso, servindo de modelo a ser seguido para todos que desejarem obter sucesso em nossa sociedade.

Isso mostra que “o adestramento social não se efetua através da coerção disciplinar nem mesmo da sublimação; efetua-se por meio da auto-sedução” (LIPOVETSKY apud BRACHT, p. 202) trazendo como conseqüência a legitimação, de forma sutil, de um modelo social caracterizado por extrema desigualdade social, mas que se apresenta como justo aos olhos da grande maioria.

Chegamos, assim, ao que Brohm acredita ser a essência do esporte moderno: é a ideologia democrática típica de uma sociedade que precisa cultivar um ideal humanitário (liberdade, igualdade, fraternidade) e, ao mesmo tempo, velar suas estruturas de classe e seus mecanismos de dominação (cap. 2, pp. 80-81). Por isso, o autor enfatiza o papel da instituição esportiva como estrutura

simbólica e aparato ideológico do Estado. Na sua leitura, o esporte⁹ tornou-se necessário para a reprodução ampliada das relações sociais de produção, interpretando o mesmo papel que a democracia republicana, a ideologia jurídica e o trabalho assalariado (PRONI, pp. 39-40).

Entendemos ser interessante nos debruçarmos sobre a democracia apresentada acima. Proni entende que a essência do esporte moderno é a ideologia democrática que cultiva o ideal humanitário de liberdade, igualdade e fraternidade e ao mesmo tempo vela por suas estruturas de classe e dominação. Paulo Freire (p. 88) nos mostra que antes de ser forma política a democracia é forma de vida caracterizada pela transitividade de consciência. Como o esporte é utilizado em nossa sociedade ele vem a servir para perpetuar o consenso social, a manutenção das estruturas de classe e a dominação.

Porém, Paulo Freire também nos mostra que a democracia possui em si a essência da mudança; os regimes democráticos caracterizam-se pela constante mudança “são flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes, maior flexibilidade de consciência” (p.98) e, juntando a esse entendimento de democracia com a idéia de transitividade de consciência temos a chave para colocarmos o esporte a serviço de uma cidadania realmente articulada, comprometida e engajada a serviço da grande maioria da população.

Vemos no esporte um espaço privilegiado para a vivência de valores e comportamentos que possui, como essência, a ideologia democrática e que esta antes de ser forma política é forma de vida, portanto o esporte pode servir tanto para a manutenção da sociedade como está ou, através da transitividade de consciência, servir para mudança de valores e comportamentos.

O esporte, ao ser identificado como constituinte do aparato ideológico do Estado, necessário para a reprodução ampliada das relações sociais, nos leva a pensar em alguns temas como a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania através do esporte e o conhecimento que os professores de Educação Física que desenvolvem algum tipo de trabalho com o esporte possuem.

... A finalidade do esporte é a superação dos records, a materialização do ideal positivista de progresso contínuo, o qual está sintetizado no lema que embala os campeões: citius, altius, fortius

⁹ É necessário lembrar que Brohm faz sua análise sobre o esporte de alto rendimento e como já vimos anteriormente este se torna o modelo dominante de participação esportiva.

(‘mas rápido, mais alto, mais forte’). Ao mesmo tempo, é idealmente concebido como uma instituição de preparação do indivíduo para o exercício da cidadania. (PRONI, p. 44)

Devemos entender que o esporte, “nasce e cresce” em uma sociedade construída à luz de um projeto burguês, portanto, serve de preparação do indivíduo para o exercício da cidadania idealizada pela burguesia e não pelo povo trazendo consigo todos os seus valores que vem a promover a manutenção do *status quo* de uma sociedade caracterizada pela acumulação, concentração e circulação de capitais. Em razão deste entendimento é que não podemos desvincular o esporte de seu contexto social político e econômico, sob pena de corrermos o risco de o diminuir, enquanto fenômeno social, causando a dificuldade de compreendê-lo e conhecê-lo.

Dentro de todo esse contexto social, cultural, político e econômico é que o esporte é utilizado pelo Estado, como um recurso ideológico voltado para a manutenção da ordem estabelecida, entendendo o Estado não apenas como um sistema governamental, mas um sistema que possui aparelhos e desenvolve atividades com o intuito de preservar a “hegemonia política e cultural das classes dominantes” (BROHM, pp. 302-303 apud PRONI, p. 53). Esta característica do Estado lhe permite absorver instituições privadas para a reprodução do sistema social fazendo delas o uso que melhor lhe convém.

Ao cumprir todas estas funções ideológicas, o esporte forma um modelo de comportamento social, através das relações miméticas existentes no esporte. Seus modelos de corpo e parâmetros de rendimento físico vão, aos poucos, sendo absorvidos, através da auto-sedução, podendo, assim, serem classificados como parte integrante da superestrutura do Estado burguês.

Ao compreendê-lo como parte da superestrutura de Estado, entender o esporte requer que conheçamos claramente quais são as relações sociais “imbricadas nas práticas esportivas e a matriz das representações e do discurso sobre tais práticas. (...) A ideologia esportiva é o reflexo simbólico da sociedade burguesa; uma apologia da concorrência e da livre iniciativa” (PRONI, pp. 54-55). Para nós, professores de Educação Física, esta compreensão é de grande importância para que não nos tornemos meros reprodutores de um discurso que já nos chega pronto.

Em razão de toda esta ideologia existente por trás do esporte é que vemos uma grande quantidade de programas sociais que contemplam o esporte como uma de suas atividades que são apoiadas pela iniciativa privada e também pelo Estado, um exemplo disso é o programa “Amigos da Escola”¹⁰.

A massificação do esporte não implica necessariamente sua democratização. Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais, que tem massificado a prática esportiva, isso sem contudo, democratizar no sentido de possibilitar às minorias (idoso, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato, a intervenção do Estado no mundo esportivo tem sido, freqüentemente no sentido de induzir a prática esportiva na direção de projetos políticos nacionais voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 2002, pp. 13-14).

No Brasil o esporte associa-se, primeiramente, às sociedades disciplinadoras e autoritárias durante o Estado Novo com a intenção de ocupar o tempo livre dos jovens ao mesmo tempo em que se colocava como um elemento lúdico e socializador. Hoje vemos o esporte na escola e nos sistemas não-formais de educação como um processo de socialização e profissionalização dos jovens vindos das camadas mais carentes de nossa sociedade (Idem, pp. 14-15).

Para nós esta claro nesta afirmação de Gebara o conteúdo político-ideológico contido por de trás destas práticas em nosso passado e presente. Novamente vemos o Estado lançando mão do esporte para benefício próprio, pois nos é claro o poder de agregação que o esporte possui, principalmente o futebol, e quando vemos o Estado utilizando o esporte para ocupar o tempo livre dos jovens, em razão de ser ele um elemento lúdico e socializador está presente a idéia de preparação para o trabalho e o de desarticulação política dos jovens.

Não se trata, contudo de negar o esporte na Educação Física, mas sim compreendê-lo como um fenômeno social de nosso tempo que ainda está em construção. Neste sentido o entendimento da evolução do esporte como um processo é de grande importância, pois a idéia de processo nos mostra que o esporte não é um produto pronto e acabado e sim em constante construção podendo ser modificado de acordo com os desejos (políticos) daqueles que trabalham e praticam o esporte, pois acreditamos que a estrutura e a superestrutura

¹⁰ Amigos da escola é a denominação de um programa elaborado pelo Governo Federal que procura trazer os pais para dentro da escola, para o exercício das mais diversas atividades, dentre elas, as esportivas.

do esporte podem ser modificadas, modificadas em favor da grande maioria da nossa população e não modificar sua estrutura e superestrutura para dissimular uma nova forma de prática esportiva e continuar a manter a dominação da maioria pela minoria.

Ao trabalharmos em cima da perspectiva de processo de evolução nos vem a idéia de possibilidade de mudança, mudança não só no uso que se dá ao esporte, mas também de nossa sociedade que nos é apresentada como pronta e acabada. Mudanças nos valores intrínsecos ao esporte educativo, que vêm influenciados pelo modelo de participação esportiva do esporte de rendimento e, conseqüentemente, influenciados pelos valores dominantes em nossa sociedade. Assim, o esporte em seu contexto mais amplo, abrangendo todas as formas de participação esportiva, a educação, a ideologia política dominante, o modelo de produção econômico e as políticas públicas, formam um todo que se articula constantemente e de forma dinâmica.

Portanto, a tentativa de separar todos esses aparatos da superestrutura do Estado é mera ingenuidade ou dissimulação; conseqüentemente, a idéia de que o esporte é uma prática despolitizada pode conduzir a não atenção por parte dos críticos e, conseqüentemente, à falta de teorização e propostas diferenciadas de práticas esportivas.

Quando pensamos em desenvolver a interação social e a cidadania através do esporte, sem considerarmos todas as influências sociais, políticas, econômicas e culturais, estaremos, como disse Medina (1993), promovendo a reprodução dos valores vigentes, manutenção das diferenças de classes e servindo de instrumentos de manipulação e de alienação, porém, em razão da grande elasticidade que o esporte possui, seu sentido ou significado social, pode mudar de direção (BOURDIEU, 1990, p. 215 apud ASSIS 2001, p. 98) e podemos passar a entender o “esporte não só como elemento de dominação, mas também, como resistência cultural ou resistência política” (BRACHT, 1997b, p. 63 apud, ASSIS, p. 98).

Novamente vemos uma das características de nossa sociedade que é a sua capacidade de mudança também presente no esporte evidenciando assim a possibilidade de transformação do esporte em direção à subversão, à resistência política.

Assim como o esporte é utilizado para um determinado fim social em nossa sociedade, ele também pode ser “(...) apropriado por agentes de disposições

variadas, ou seja, os programas esportivos tem a possibilidade de atender os mais diferentes grupos sociais, assim como uma determinada disposição pode apropriar-se de qualquer prática” (MARCHI JUNIOR, 2002, p. 96). Esta característica de elasticidade de maleabilidade que possui o esporte nos permite mudar a orientação político-ideológica presente e colocá-la a serviço da construção de uma cidadania realmente participativa e promovendo a inclusão social.

Portanto, como bem nos mostra Arroyo em seu texto, já citado neste trabalho, vincular a cidadania à educação com as orientações políticas que nos são colocadas é em si uma forma de negá-la à grande maioria de nossa população. Vincular o esporte, com as orientações políticas hegemônicas, ao desenvolvimento da cidadania e à inclusão social é também uma forma de continuar a negar estes direitos pois, o esporte educativo, ao adotar como modelo de participação o esporte de rendimento trará consigo todos os valores para a constituição de uma cidadania idealizada pela burguesia, bem como promover a exclusão social ao invés da inclusão.

Sabemos que o esporte não é o único instrumento usado na construção de um modelo de participação social; com o esporte estão também a educação, o modelo de produção econômica, as políticas públicas e a doutrina política dominante. Mas isso não nos exime da responsabilidade de, em nossa prática cotidiana, trabalhar da forma consciente, engajada e comprometida em benefício de uma maioria excluída.

Portanto, seria leviano de nossa parte, afirmar que o esporte por si só proporciona uma educação para o exercício consciente de uma participação social e a inclusão social. Pensando desta maneira poderemos cair inevitavelmente na reprodução da ideologia dominante e conseqüentemente estaríamos a serviço de uma sociedade reacionária e desigual.

A consciência filosófica de que o esporte de rendimento reproduzido no esporte educação suscita valores e modelos de participação social que somente interessam à elite dominante é de grande importância, pois assim, poderemos negar, em nossa prática educativa, o darwinismo esportivo, que prega a lei do mais forte, dando-nos condições de subverter esta orientação e passando à outra que objetiva a inclusão social e o desenvolvimento da participação social consciente e emancipada, sempre consciente de que o esporte sozinho não é capaz de promover a participação social consciente e emancipada que desejamos.

Para que possamos transformar o esporte em uma real experiência democrática entendemos ser de suma importância a atuação comprometida do profissional de Educação Física, assim sendo, sua formação acadêmica e o desenvolvimento da consciência crítica são fundamentais.

O esporte vem servindo aos interesses da minoria privilegiada, no entanto podemos utilizar o esporte para promover o saber democrático, pois “se há um saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (FREIRE, 2003, p. 100). Dentro desse pensamento a responsabilidade do professor aumenta consideravelmente em direção à promoção da consciência ingênua em consciência crítica levando nossos alunos a aprender a democracia com a própria existência da mesma, aprender a existência de seus direitos e seus deveres com a própria existência dos mesmos.

Entendemos que a cidadania, assim como o saber democrático só se aprende na vida em comunidade, na participação em associações, clubes, igrejas, sociedades beneficentes, na escola e se este saber também pode ser aprendido na escola, também pode ser aprendido no esporte através da convivência com pessoas diferentes, respeitando as regras, discutindo as regras do jogo, articulando-se em grupo para atingir um determinado objetivo, aprendendo a importância de se trabalhar em equipe e a importância que cada pessoa tem para o grupo. Entendemos que esses são valores de grande importância para a vida em comunidade e que podem ser aprendidos praticamente assim como o sistema hegemônico faz conosco alterando-se os valores ensinados.

Para tanto, é necessário sairmos da “análise” do senso comum, da visão simplista e adotarmos uma postura mais consciente e crítica, mais articulada, coerente, elaborada e mais fundamentada teoricamente. Não há como promovermos a emancipação das massas sem a educação (SAVIANI, 2003, p. 03).

Assim sendo, precisamos de teoria, de formação acadêmica sólida, mas a teoria que precisamos é a teoria que nos propicie o contato com a realidade de forma analítica, não de teorias que nos distanciem da realidade. Precisamos de teorias, de uma educação, que promovam mudanças de comportamentos, mudança de atitudes, uma educação que proporcione a mudança de antigos hábitos profissionais por novos hábitos de participação e ingerência profissional na realidade do esporte e também da profissão de Educação Física, do contrário entendemos

que será muito difícil promover a transformação do esporte a serviço da minoria para o esporte a serviço da maioria da população.

Toda teoria distancia o sujeito da realidade, porque teoria significa ver como Deus, contemplar e para isso é preciso distanciamento da realidade.

A teoria legítima é aquela que resulta de uma realidade praticada, na visão marxista, a práxis. Essa sim é instrumento de mudança e não de alienação.

Apesar dos aspectos negativos e muito papéis obscuros desempenhados pelo esporte em toda a sua história, muitos deles precisam ser melhor examinados. Um deles é o caráter de repressão, submissão, alienação e reprodução social que a ideologia dominante imprime ao esporte. O esporte assim, passa a ser encarado como uma espécie de conspiração, da qual temos que nos livrar.

Acreditamos na possibilidade de desvelamento dos elementos repressivos e alienantes do esporte, fazendo com que os mesmos se convertam em valores que possam ajudar o homem na constituição de sua cidadania. Valores como bem lembra Moreira (1995) como:

a cooperação em vez da competição; a convivência democrática em vez do conformismo, da docilidade e da submissão; a compreensão das diferenças humanas em vez das várias categorias de preconceito; os valores da solidariedade e da convivência humana em vez da acumulação e do consumismo; os valores da igualdade e da justiça em vez dos valores do poder, da dominação e do controle.

São esses os valores que farão parte da investigação a ser feita em nossa pesquisa de campo.

CAPÍTULO III – A pesquisa realizada

3.1. Opção metodológica

Pesquisa Qualitativa

A opção metodológica adotada por esta pesquisa está relacionada à pesquisa qualitativa, que chegou à América Latina somente na década de setenta (TRIVIÑOS, 1987, p. 116), embora suas origens datem do final do século XIX quando cientistas sociais defendem a perspectiva idealista-subjetivista nas ciências sociais causando a ampliação do debate entre o qualitativo e o quantitativo (ANDRÉ, 1995, p. 15).

O avanço destas idéias facilitou o confronto de diferentes perspectivas para a compreensão do real. Estas idéias representavam a insatisfação com a perspectiva positivista de aplicar os mesmos métodos das ciências naturais à compreensão dos fenômenos sociais. Começaram a elaborar programas e métodos de tendências qualitativas para analisar os fenômenos sociais, dentre os quais a educação (TRIVIÑOS, p. 116).

Este “novo” paradigma pode nos levar a uma análise dos fenômenos sociais equivocada, ao cairmos no extremo de entender a pesquisa qualitativa como sendo qualquer estudo que não contenha números. Há na pesquisa qualitativa uma íntima relação entre qualidade e quantidade (ANDRÉ, p. 15-16).

De igual forma Triviños (p. 116) também nos alerta para este perigo quando utilizamos a pesquisa qualitativa:

As propostas novas, como às vezes ocorre para os menos experientes, produziram algum tipo de confusão. E sem maior reflexão eles decidiram eliminar toda a possibilidade quantitativa na investigação e optar definitivamente pela exaltação do qualitativo na pesquisa em educação e em todos os aspectos possíveis de estudar no sistema educacional.

Esta confusão causou a formação da dicotomia entre quantitativo e qualitativo levando alguns a rejeitar a medida nas ciências sociais, em nosso caso a educação, e outros a defender que posturas qualitativas não passavam de mera especulação.

Devido à complexidade dos fenômenos sociais, o contexto em que ocorrem os fatos sociais são de extrema importância para a compreensão dos mesmos valorizando a “interpretação dos significados contidos num texto (entendido num sentido muito amplo), levando em conta cada mensagem desse texto e suas inter-relações” (ANDRÉ, p. 16). Portanto, o foco da investigação qualitativa deve centrar-se nos significados atribuídos pelos sujeitos à suas ações (Idem, p 17).

Não aceitando que a realidade seja algo externo ao sujeito a corrente idealista-subjetivista valoriza a maneira própria de entendimento da realidade pelo sujeito. Em oposição a uma visão empiricista de ciência, busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador (Idem).

Triviños (p. 117) nos mostra que a quantificação dos fenômenos sociais está apoiada no positivismo e também no empiricismo, enquanto que as posições qualitativas estão apoiadas na fenomenologia e também no marxismo levando-nos a distinguir dois tipos de pesquisa qualitativa “que correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas de compreender e analisar a realidade” (TRIVIÑOS, p. 117).

- Os enfoques subjetivistas-compreensivistas, com suporte nas idéias de Schleiermacher, Weber, Dilthey e também em Jaspers, Heidegger, Marcel, Husserl e ainda Sartre, que privilegiam os aspectos conscienciais, subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural,

da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito (para o autor etc).

- Os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural – dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexões e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, Habermas etc) (grifos do autor) (Idem).

O primeiro modelo apresentado acima por Triviños possui uma forte orientação estrutural-funcionalista¹¹, representando uma alternativa ao positivismo e vem tendo um grande desenvolvimento em países subdesenvolvidos, pois os regimes políticos desses países identificaram, neste modelo, uma forma de manutenção do *status quo* de sociedades elitistas e desiguais (Idem, p.117).

A pesquisa qualitativa se opõe à pesquisa quantitativa em razão desta última ser caracterizada pela divisão da realidade em unidades mesuráveis estudando-as isoladamente, enquanto que a pesquisa qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, levando em conta todos os componentes, interações e influências que compõem a realidade estudada (ANDRÉ, p. 17).

Está evidente neste momento a dicotomia entre o qualitativo e o quantitativo e quando analisamos a realidade sob a perspectiva do marxismo esta dicotomia não tem razão de existir, pois o marxismo postula que existe uma necessária relação entre a mudança quantitativa e a mudança qualitativa. “E esta, como sabemos, resulta de mudanças quantitativas que sofrem os fenômenos. Mas a qualidade do objeto não é passiva. As coisas podem realizar a passagem do quantitativo ao qualitativo, e vice-versa” (TRIVIÑOS, p. 118).

A pesquisa qualitativa apresenta cinco características¹² que são de grande importância para a realização deste modelo de investigação que nos foram apresentadas por BOGDAN e BIKLEN (1994, pp. 47-51).

1- Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal de coleta de dados.

¹¹ A análise estrutural-funcional tem como características o equilíbrio e adaptação social e a falta de historicidade para estudar os fenômenos. “Todos os países latino-americanos, em diferentes níveis, tem vivido um alto grau de dependência econômica e cultural das metrópoles que regem o desenvolvimento destes povos. Esta sujeição enfraqueceu a criatividade e impediu de promover o desenrolar de atividades originais, ao mesmo tempo que favoreceu a importação de modelos – inadequados – para nosso mundo (TRIVIÑOS, p. 82).

¹² Estas características da investigação qualitativas também estão presentes em Triviños (pp, 128-130) e em LÜDKE e ANDRÉ (1986, pp. 11-13).

Para os investigadores qualitativos, a freqüência nos locais de estudo é de grande importância devido à preocupação com o contexto. As ações são mais bem compreendidas quando observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Separar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado. Investigadores qualitativos assumem que o comportamento humano é significativamente influenciado pelo contexto em que ocorre, deslocando-se, sempre que possível, ao local de estudo.

2- A investigação qualitativa é descritiva.

Na investigação qualitativa os dados obtidos são em forma de palavras ou imagens. Incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros que possam ser utilizados. Na análise dos dados coletados procura-se respeitar a forma como estes foram registrados ou transcritos. A descrição funciona bem como método de recolhimento de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio.

3- Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. O processo e produto não se separam; o caminho a ser adotado na pesquisa determinará o produto final da pesquisa, portanto deve-se saber onde queremos chegar para escolhermos o caminho a ser percorrido.

A ênfase qualitativa no processo tem sido particularmente útil na investigação educacional, ao clarificar 'profecia-realizada', a idéia de que o desempenho cognitivo dos alunos é afetado pelas expectativas dos professores.(ROSENTHAL e JACOBSON, 1968 apud BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 49).

4- Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.

A coleta de dados e provas não possui o interesse de confirmar hipóteses construídas previamente; muito pelo contrário, as hipóteses vão sendo construídas à medida que os dados vão sendo coletados e agrupados.

Uma teoria desenvolvida à luz da investigação qualitativa caracteriza-se por ser construída de "baixo para cima". A direção desta pesquisa somente será estabelecida após a coleta de dados e após passar um determinado tempo com os sujeitos da pesquisa.

5- O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas; preocupam-se com as perspectivas dos participantes.

Ainda que exista alguma controvérsia relativamente a procedimentos, há uma preocupação com o registro de dados de forma rigorosa sobre como as pessoas interpretam os significados.

3.1.1 Sujeitos

Os sujeitos dessa pesquisa são professores de Educação Física com licenciatura completa que trabalham em escolas estaduais e particulares de ensino fundamental de 5ª a 8ª série da cidade de São João da Boa Vista.

São João da Boa Vista, cidade do interior do Estado de São Paulo, possui aproximadamente oitenta mil habitantes. A economia é baseada no comércio e na agricultura. Possui um cinema, um teatro municipal e um particular, atividades culturais programadas mensalmente e outras anuais.

As atividades anuais são a semana Guiomar Novaes com diversas apresentações musicais de artistas de nível regional, nacional e internacional. Este evento cultural faz parte do calendário cultural do Estado de São Paulo e é considerado o segundo evento cultural mais importante do Estado.

Há também a Semana de Arte Fernando Furlanetto em que cada ano se escolhe um novo tema sempre relacionado às artes plásticas.

No município há uma biblioteca municipal, uma livraria, escolas de música e dança particulares e também municipais e praças públicas com programas esportivos em praticamente todos os bairros da cidade.

São João possui 8 escolas estaduais e 8 escolas particulares de 5ª a 8ª série fazendo um total de 16 escolas e 28 professores de Educação Física. Da população em estudo, constam dois profissionais que ainda não terminaram a graduação, sendo um o único professor de Educação Física do colégio, portanto foram retirados do universo da pesquisa. Conseqüentemente, o universo de nossa pesquisa é composto por 26 professores.

A amostra final ficou reduzida a 21 professores de Educação Física das escolas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, tanto particular quanto estadual de

São João da Boa Vista, perfazendo um percentual de 80,7% dos professores de Educação Física de São João da Boa Vista que atuam neste segmento de ensino. Não conseguimos entrevistar os cinco professores restantes em razão da dificuldade de encontra-los.

3.1.2 Contexto Escolar

O contexto de cada escola foi investigado através de uma observação inicial, feita pelo pesquisador, para o levantamento dos seguintes aspectos:

1- Instalações físicas

Qualidade e estado de conservação do prédio escolar.

Qualidade e estado de conservação de quadras.

Qualidade e estado de conservação de material esportivo.

A primeira escola que fomos investigar foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Antonio David. O estado de conservação do prédio escolar é bom, a escola possui uma quadra que é descoberta e em estado de conservação não muito bom e há uma grande falta de material esportivo que conta com apenas uma bola de voleibol, uma bola de basquetebol em mal estado de conservação e a bola de futsal é trazida pelos alunos.

A segunda escola foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Domingos Theodoro de Oliveira Azevedo. O estado de conservação do prédio escolar é razoável, a escola possui duas quadras, sendo uma coberta e em bom estado de conservação; já a quadra descoberta encontra-se em péssimo estado de conservação. Nessa escola também há uma grande falta de material esportivo e os que existem não estão em boas condições de uso e assim como na primeira escola, a bola de futsal é trazida pelos alunos ou é emprestada pelos professores que a compram.

A terceira escola investigada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Josué Silveira de Matos. O estado de conservação do prédio escolar é bom; a escola possui duas quadras ambas descobertas, sendo uma em dimensões oficiais de uma quadra poliesportiva e a outra quadra é de voleibol com dimensões oficiais. Ambas as quadras encontram-se em bom estado de conservação, o material esportivo é escasso e em péssimo estado de conservação.

A quarta escola foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Francisco Dias Pascoal. O estado de conservação do prédio escolar é razoável, a escola possui uma quadra poliesportiva, descoberta e em bom estado de conservação; o material esportivo é pouco e em mau estado de conservação.

A quinta escola investigada foi o Colégio Valcan uma escola particular que possui ensino fundamental e médio. O prédio da escola encontra-se em bom estado de conservação, a escola não possui quadras, portanto as aulas de Educação Física são realizadas no Centro de Integração Comunitária (C.I.C.), instalação municipal. Essas quadras encontram-se em bom estado de conservação; o material esportivo é bom e farto.

A sexta escola investigada foi a escola particular Objetivo. O prédio escolar é muito bom e a escola possui apenas uma quadra de futebol de areia onde são realizadas todas as aulas de Educação Física; o material escolar é escasso e seu estado de conservação é razoável.

A sétima escola investigada foi a escola do SESI. O prédio escolar encontra-se em um estado de conservação razoável, a escola não possui quadras, portanto, as aulas de Educação Física são realizadas nas quadras do sindicato dos funcionários municipais que se encontram em um estado de conservação razoável e, eventualmente, algumas aulas de Educação Física são realizadas na rua defronte à escola com o fechamento da rua. O estado de conservação do material esportivo é bom e existe em bom número.

A oitava escola investigada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Virgílio Marcondes de Castro. A escola encontra-se em bom estado de conservação, possui duas quadras, uma coberta e outra descoberta. A quadra coberta encontra-se em bom estado de conservação, enquanto que a descoberta nem tanto. O material esportivo é pouco e em mau estado de conservação.

A nona escola investigada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Coronel Cristiano Osório de Oliveira. O estado de conservação do prédio escolar é bom, porém, o seu pátio, e principalmente os jardins do pátio, estão em péssimo estado de conservação. A escola possui duas quadras; uma coberta e outra descoberta. A quadra coberta está bem conservada e a descoberta em péssimo estado de conservação. O material esportivo é pouco em mau estado de conservação.

A décima escola investigada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Coronel Joaquim José; é a escola mais antiga da cidade. O prédio escolar encontra-se em ótimo estado de conservação, possui duas quadras, as duas descobertas e em bom estado de conservação, o material esportivo é razoável e em bom número. Essa escola estadual possui um diferencial perante às outras escolas estaduais: foi adotada pela Secretaria Estadual de Educação como escola modelo.

A décima primeira escola investigada foi a escola particular de ensino fundamental Externado Santo Agostinho. O prédio escolar é muito bom, possui duas quadras, ambas cobertas, sendo uma em dimensões oficiais e outra de dimensões reduzidas; somente a quadra de voleibol possui dimensões oficiais. O material esportivo é muito bom e em bom estado de conservação.

A décima segunda escola investigada foi a escola particular de ensino fundamental Colégio Evolução. O prédio escolar da escola é bom e não possui quadra poliesportiva, as aulas de Educação Física são realizadas na quadra do seminário de São João da Boa Vista que é uma quadra coberta em estado razoável de conservação. O material esportivo é bom e em bom estado de conservação.

A décima terceira escola investigada foi a escola particular de ensino fundamental Colégio Experimental Integrado. O prédio escolar encontra-se em ótimo estado de conservação, possui uma quadra coberta e uma quadra de areia descoberta, ambas em bom estado de conservação. A quadra coberta é a poliesportiva, e a quadra onde ocorrem todas as aulas de Educação Física possui dimensões reduzidas, sendo somente a de voleibol em dimensões oficiais. O material esportivo é muito bom e em bom estado de conservação.

A décima quarta escola foi uma escola particular de ensino fundamental Centro Educacional São João Batista. A escola possui um prédio escolar em bom estado de conservação, uma quadra de voleibol e futsal em dimensões reduzidas, sendo a marcação da quadra de voleibol em dimensões oficiais; o material esportivo é pouco e em estado de conservação razoável.

A décima quinta escola investigada foi a Escola Estadual Professora Anésia Martins Mattos, seu professor é o mesmo professor da escola estadual Professor Virgílio Marcondes Castro. A escola não está em um bom estado de conservação, possui uma quadra oficial em mau estado de conservação; o material esportivo é reduzido e em mau estado de conservação.

A décima sexta escola, a saber, particular, não foi investigada por não contar com profissional formado em Educação Física.

2- Localização

Todas as escolas estaduais encontram-se em bairros da periferia da cidade, exceção feita somente à Escola Coronel Joaquim José, localizada no centro. Os bairros da periferia de São João da Boa Vista caracterizam-se por altos índices de pobreza e violência.

As escolas particulares encontram-se em bairros de classe média, classe média alta e também no centro da cidade, bairros caracterizados com baixos índices de pobreza e violência reduzida.

3- Tipo de clientela

O nível sócio-econômico das famílias de alunos das escolas estaduais situadas na periferia da cidade é muito baixo condizendo com os bairros em que estas estão situadas. A escola estadual Coronel Joaquim José possui um nível sócio-econômico um pouco melhor que as escolas da periferia.

Entre as escolas particulares encontramos uma diversidade bastante grande, pois temos escolas como o SESI que possui alunos de classes sociais mais baixas até alunos provenientes de classes sociais mais favorecidas; existem duas escolas de classe média alta e classe alta, três escolas de classe média e média alta e uma de classe média, média baixa.

4- Equipe docente

A ampla maioria dos professores das escolas estaduais é concursada, somente um professor é eventual e outro é professor substituto. Das escolas particulares, somente os professores do SESI são concursados, os professores das outras escolas particulares estão, no mínimo, há dois anos trabalhando na escola.

3.1.3 Local

Escolas do ensino fundamental de 5^a a 8^a séries da rede de ensino estadual e particular do município de São João da Boa Vista.

3.1.4 Instrumentos

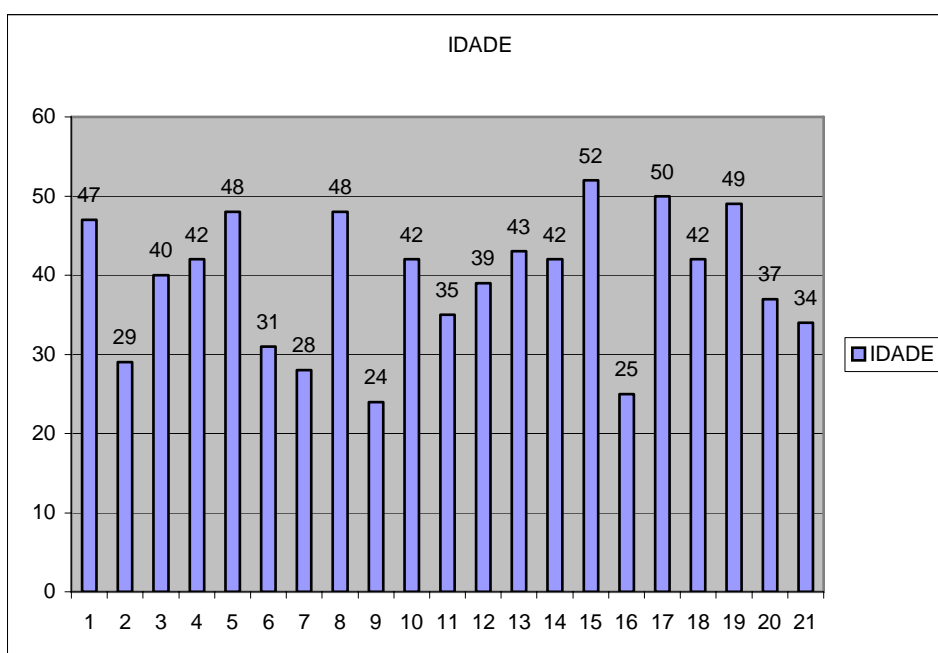
O instrumento para coleta de dados que utilizamos neste trabalho foi a entrevista semi-estruturada (anexo A).

As questões da primeira parte da entrevista destinaram-se à caracterização do respondente. Na segunda parte, a entrevista teve como objetivo investigar como o professor entende a cidadania e o esporte no contexto mais geral da cultura. Assim, nesta parte procurou-se entender a perspectiva de acesso do professor aos bens culturais da cidade ou do estado, uma vez que a relação do professor com esporte/cidadania passa pelo tipo de vida cultural que ele tem. Na terceira parte, pretendeu-se conhecer as representações do professor sobre a questão da interface cidadania/esporte.

3.2 Análise dos dados

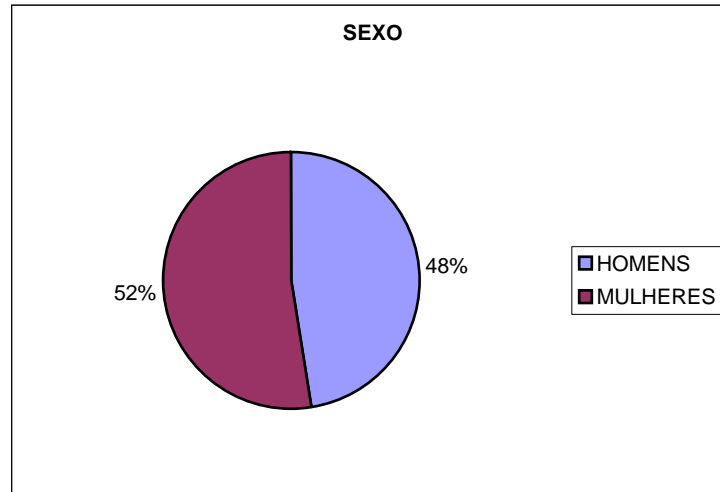
Na primeira parte do questionário procurou-se analisar o perfil do grupo estudado como idade, sexo, formação acadêmica, tempo de magistério, atuação em redes de ensino e acesso a bens culturais e esportivos.

Idade:



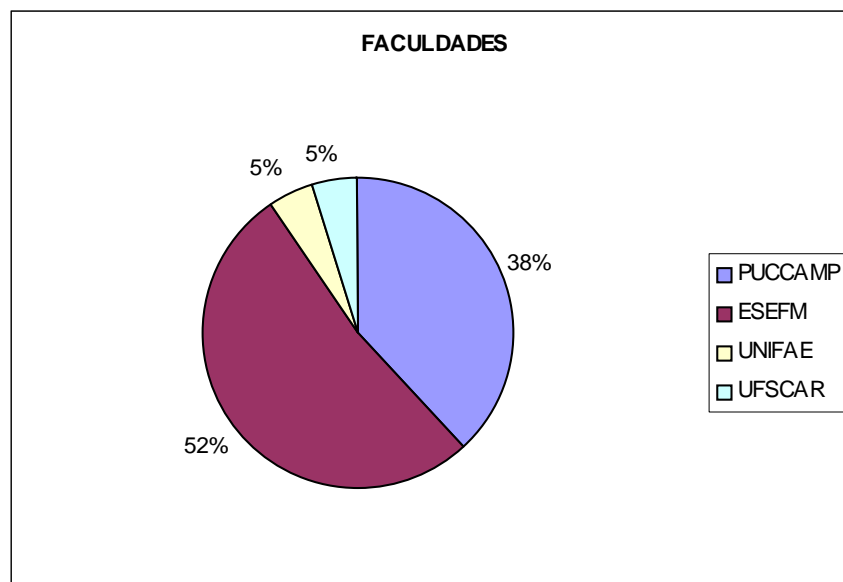
Os sujeitos pesquisados têm idade na faixa compreendida entre 22 e 52 anos, sendo que doze dos indivíduos pesquisados estão acima dos quarenta anos e quatro estão entre vinte e quatro e vinte e nove anos.

Sexo:



O grupo pesquisado é composto por 52% de mulheres e 48% de homens.

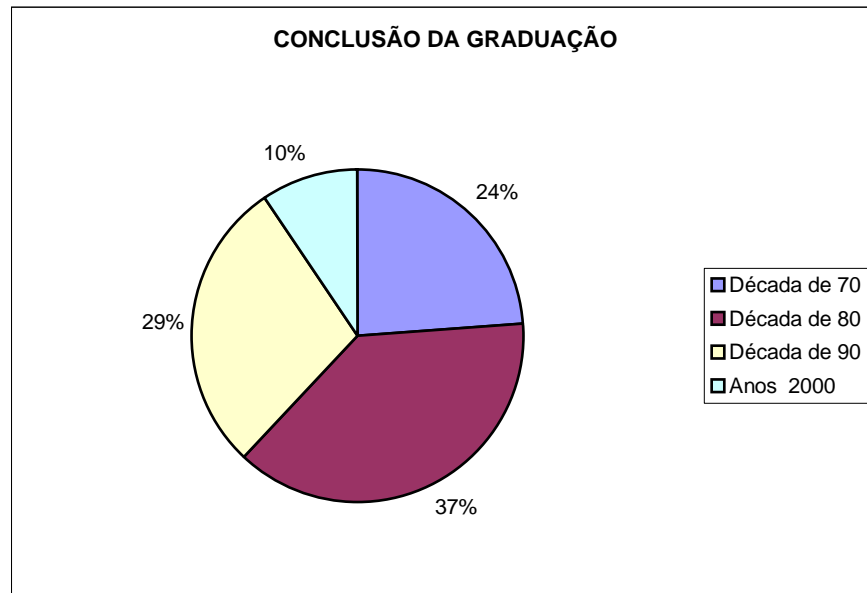
Formação superior:



Todos os indivíduos são licenciados em Educação Física. 52% são formados na Escola Superior de Educação Física de Muzambinho; 38% na Pontifícia

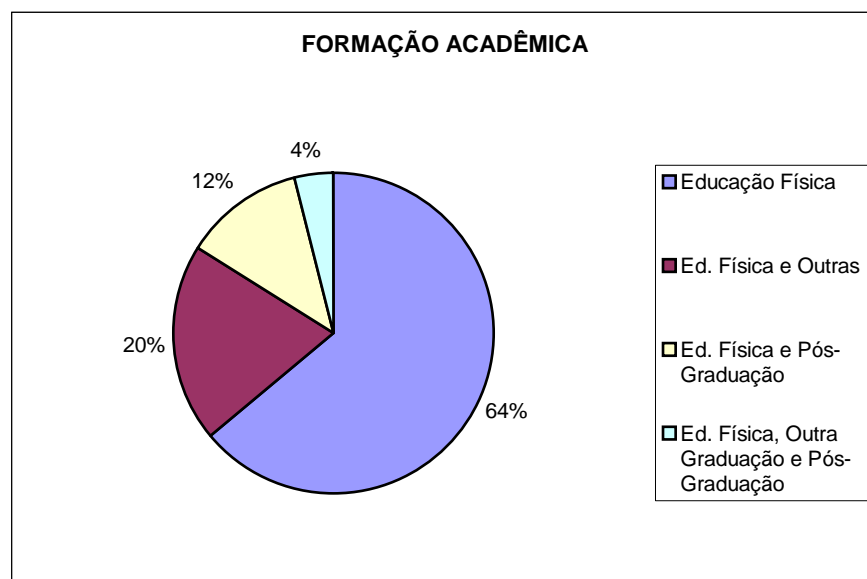
Universidade Católica de Campinas; 5% na Universidade Federal de São Carlos e 5% na UNIFAE de São João da Boa Vista – SP.

Conclusão da graduação:



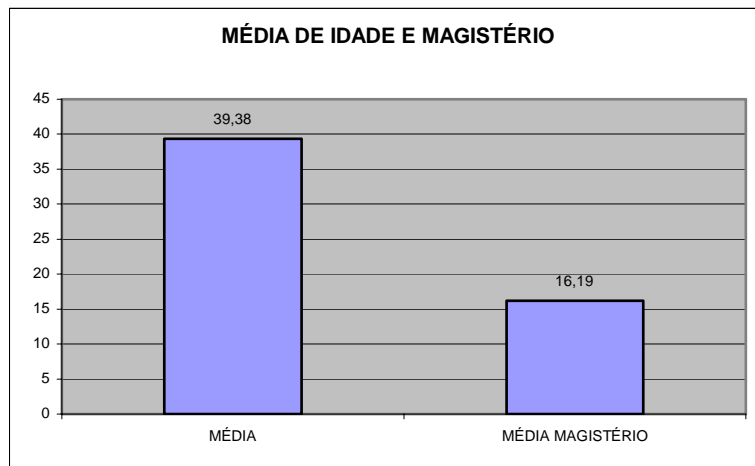
Dentre os indivíduos que foram pesquisados, 24% concluíram a graduação na década de setenta, 37% na década de 80, 29% na década de 90 e 10% nos anos dois mil.

Outros cursos realizados:



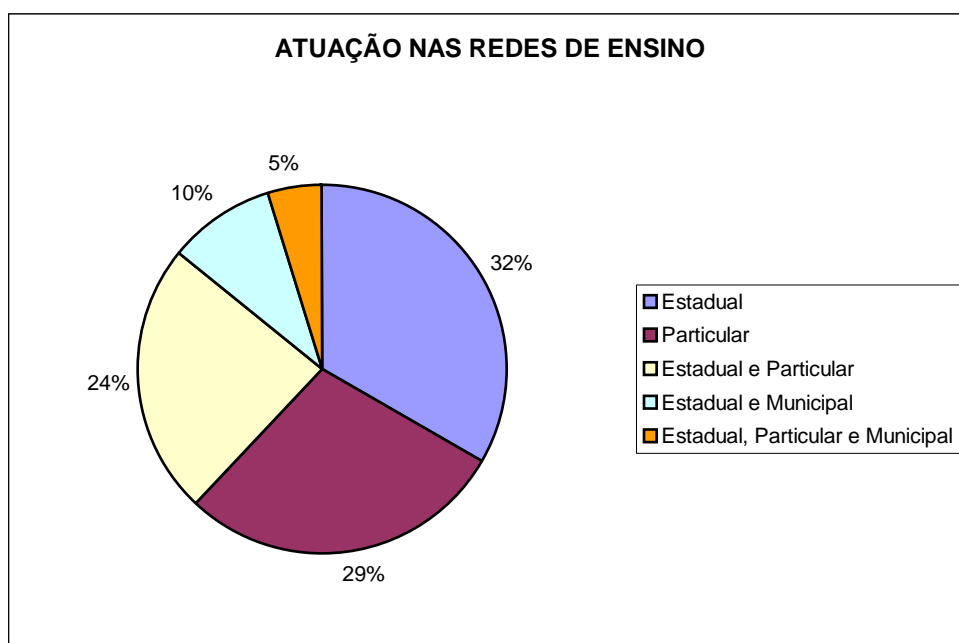
Dentre estes indivíduos, 20% fizeram outra graduação, a saber, quatro fizeram pedagogia e um dos indivíduos pesquisado já possuía uma graduação quando se graduou em Educação Física. 16% fizeram Pós-Graduação; desses, um possui outra graduação.

Tempo de magistério:

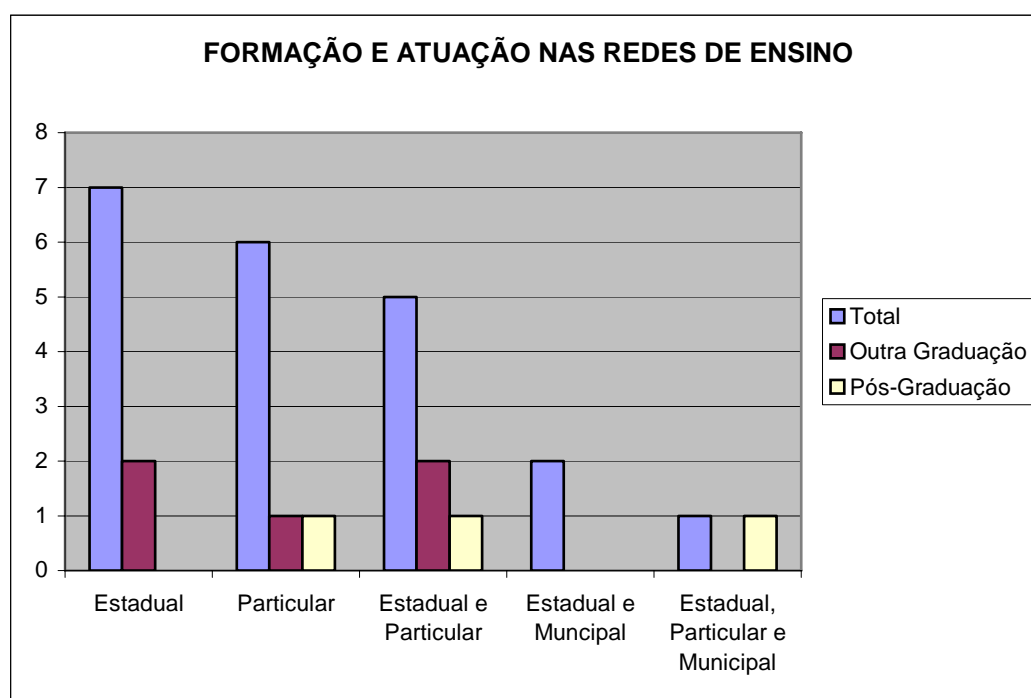


As mulheres pesquisadas possuem média de idade de 42,7 anos e tempo de magistério, em média, 20,1 anos; enquanto que os homens possuem média de idade de 35,7 anos e tempo de magistério, em média, 13,2 anos.

Rede escolar na qual atua:

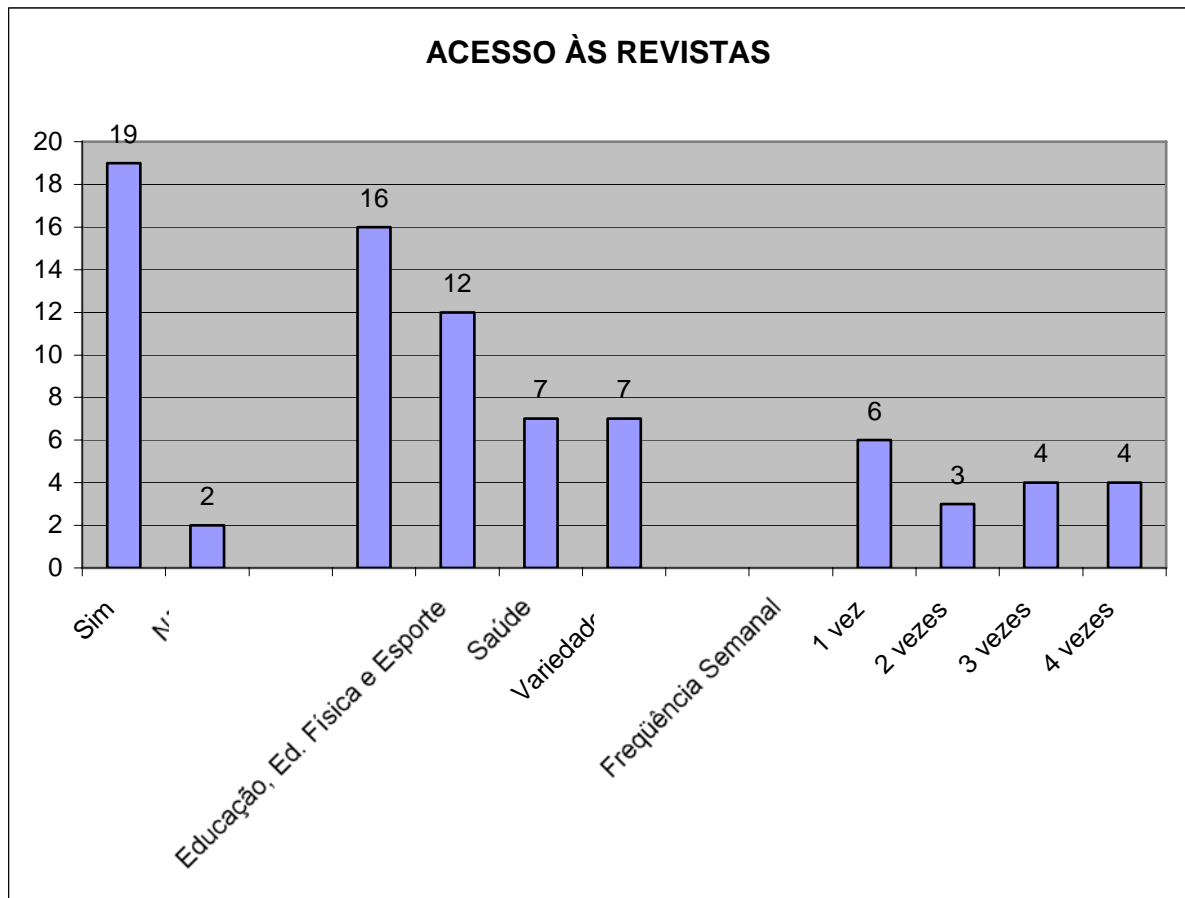


Dentre estes indivíduos, 32% atuam somente na rede estadual de ensino, 29% somente na particular, 24% na estadual e na particular, 10% na estadual e na municipal e 5% nas redes estadual, particular e municipal. É importante ressaltar que as escolas municipais não foram pesquisadas por serem escolas somente do primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).



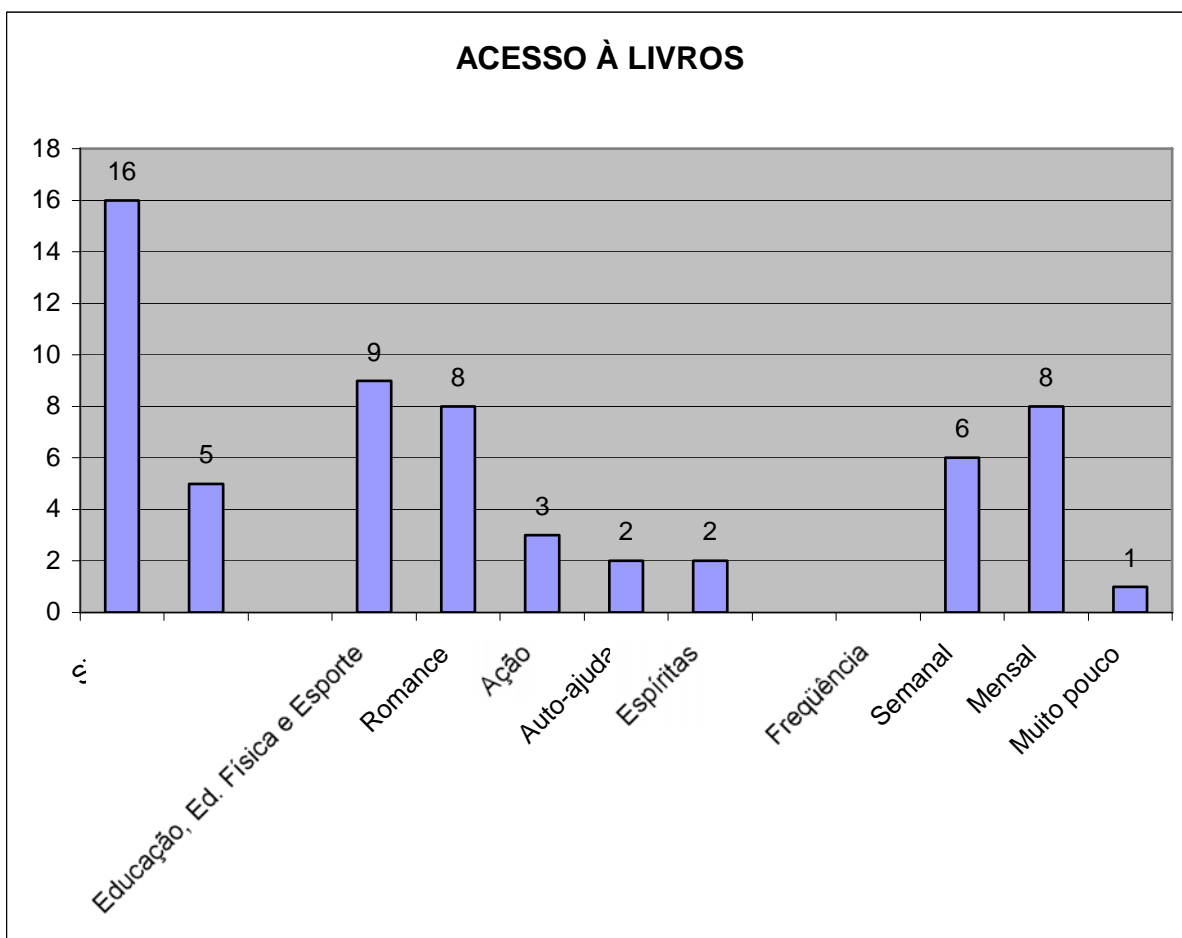
Dos sete indivíduos que trabalham somente na rede estadual, dois possuem outra graduação; dos seis que trabalham somente na rede particular, um indivíduo possui outra graduação e Pós Graduação; dos cinco que trabalham na estadual e na particular, dois possuem outra graduação e um possui Pós-Graduação; dos que trabalham na estadual e na municipal nenhum possui outra graduação ou Pós-Graduação e o único indivíduo que trabalha nas redes estadual, municipal e particular possui Pós-Graduação.

Atividades culturais a que os professores têm acesso:



Dos vinte e um indivíduos pesquisados, 19 declararam que lêem revistas. Os tipos de revistas que mais apareceram foram revistas jornalísticas como a Veja, Época e Isto é com 16 indicações, seguida por revistas ligadas à Educação, Educação Física e Esporte como os periódicos do Conselho Regional de Educação Física (CREF) e Nova Escola com 12 indicações e 7 indicações para revistas ligadas à saúde como Boa Forma e saúde e revistas de variedades como 4 rodas, Claudia, Capricho.

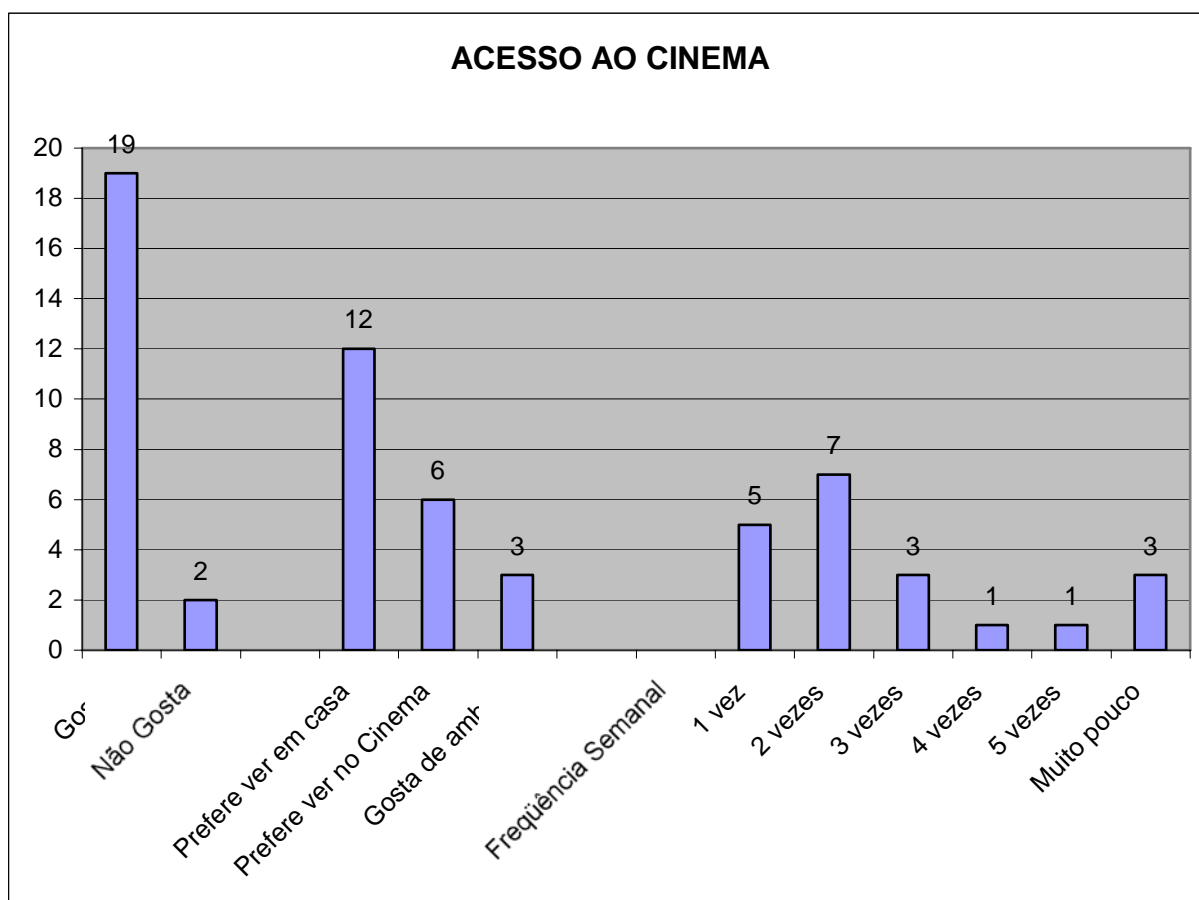
Dentre os indivíduos que declararam ter o hábito da leitura de revistas, 6 lêem revistas uma vez por semana, 3 lêem duas vezes por semana, 4 lêem três vezes por semana e 4 lêem quatro vezes por semana.



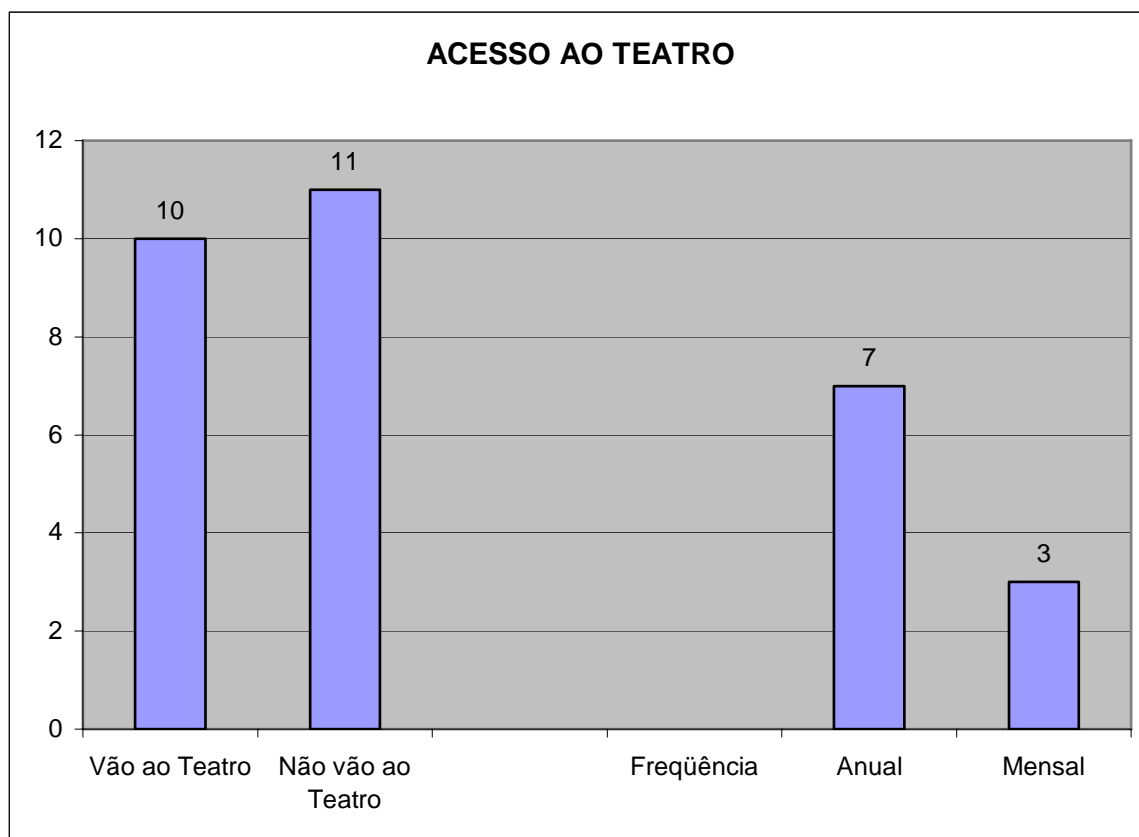
Do universo pesquisado 16 indivíduos declararam que lêem livros, no entanto um fato nos chamou a atenção pois um dos indivíduos que declarou ler livros não soube dizer com que frequência é realizada a leitura.

Dentre os 16 indivíduos que declararam ter o hábito da leitura, os tipos de livros que mais apareceram foram os livros relacionados à Educação, Educação Física e Esporte com 9 indicações, 8 para livros de romance, 3 para livros de ação. Chamou nossa atenção o aparecimento de livros relacionados ao Espiritismo e a auto-ajuda com duas indicações cada.

Entre estes indivíduos 6 lêem livros semanalmente, 8 mensalmente e um disse ler livros raramente.

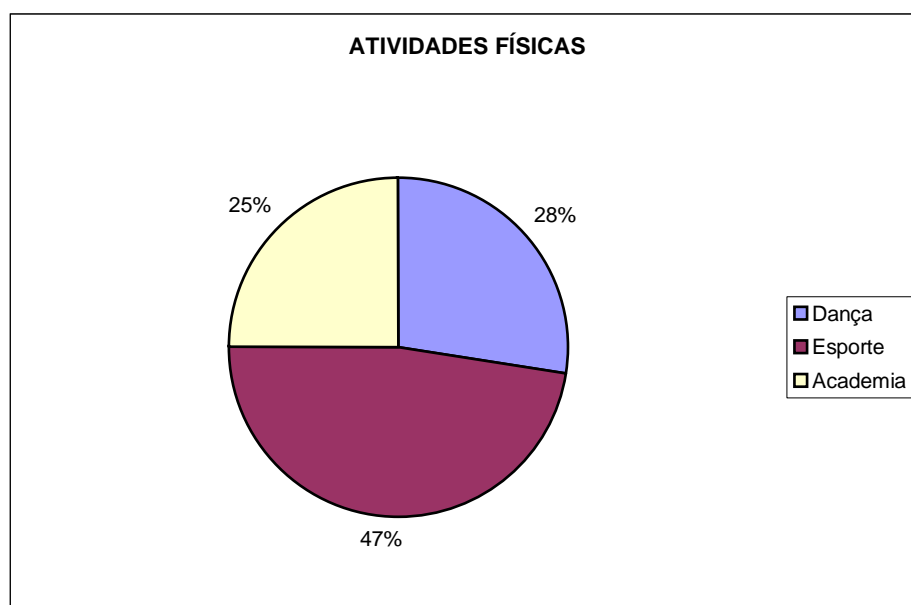


Dos 21 indivíduos que compõem o universo da pesquisa 19 declararam que gostam de cinema; desses, 12 preferem assistir aos filmes em casa, 6 preferem ver no cinema e para três indivíduos não há preferência por um local específico, 5 indivíduos assistem filmes uma vez por semana, 7 assistem duas vezes por semana, três assistem três vezes por semana e três declararam assistir poucos filmes.



Dos indivíduos pesquisados 10 tem o hábito de ir ao teatro e 11 não, desses 10, 7 vão uma ou duas vezes por ano ao teatro e 3 vão mensalmente ao teatro.

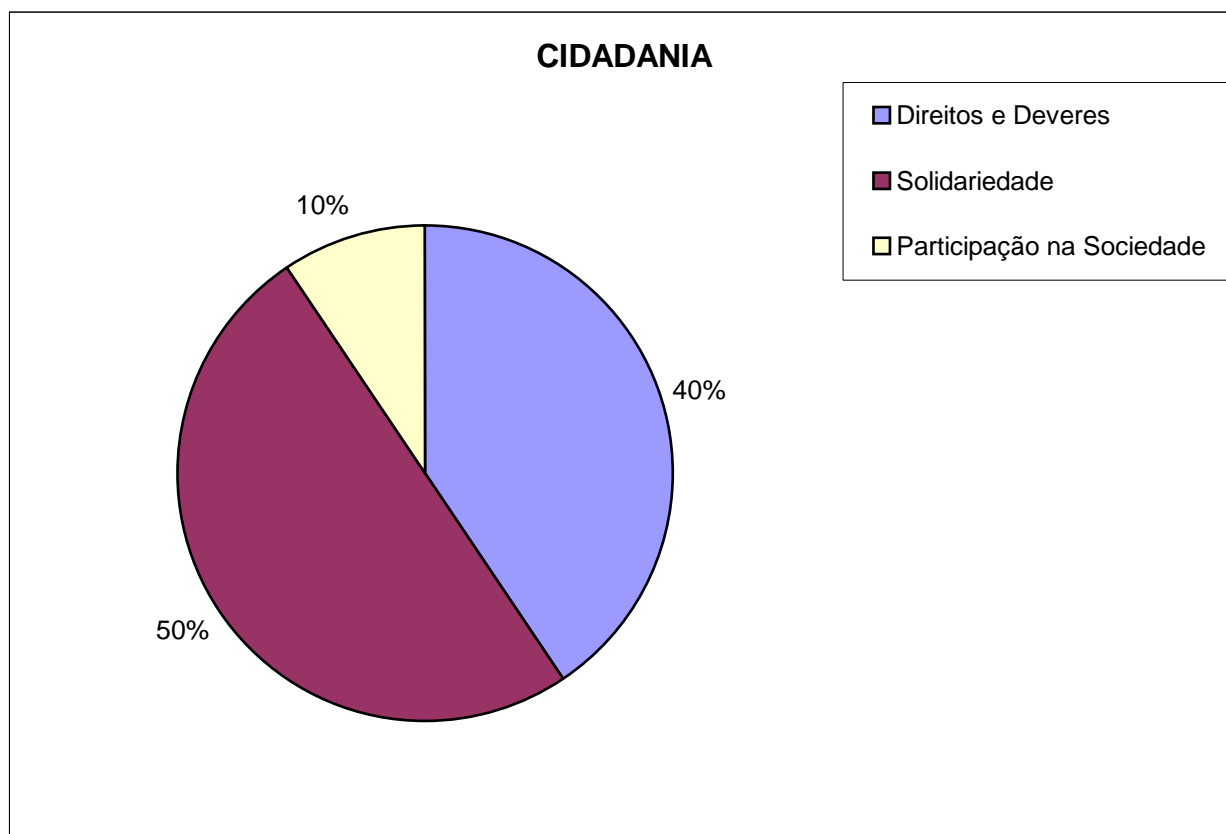
Atividades físicas que praticam:



Quanto às atividades físicas, 28% declaram ter o hábito de saírem para dançar, 47% praticam esportes e 25% freqüentam academia.

Na segunda parte da entrevista, procuramos analisar questões ligadas à cidadania: o que justifica a presença do esporte na escola; a interface entre esporte e cidadania; como ocorre a interação social nas atividades esportivas realizadas nas aulas de Educação Física e, por fim, a existência de estudos sobre a cidadania na formação acadêmica.

A opção metodológica escolhida para realizar tal análise foi a análise de conteúdo. Procurou-se identificar as expressões que mais apareciam nas respostas dos entrevistados.

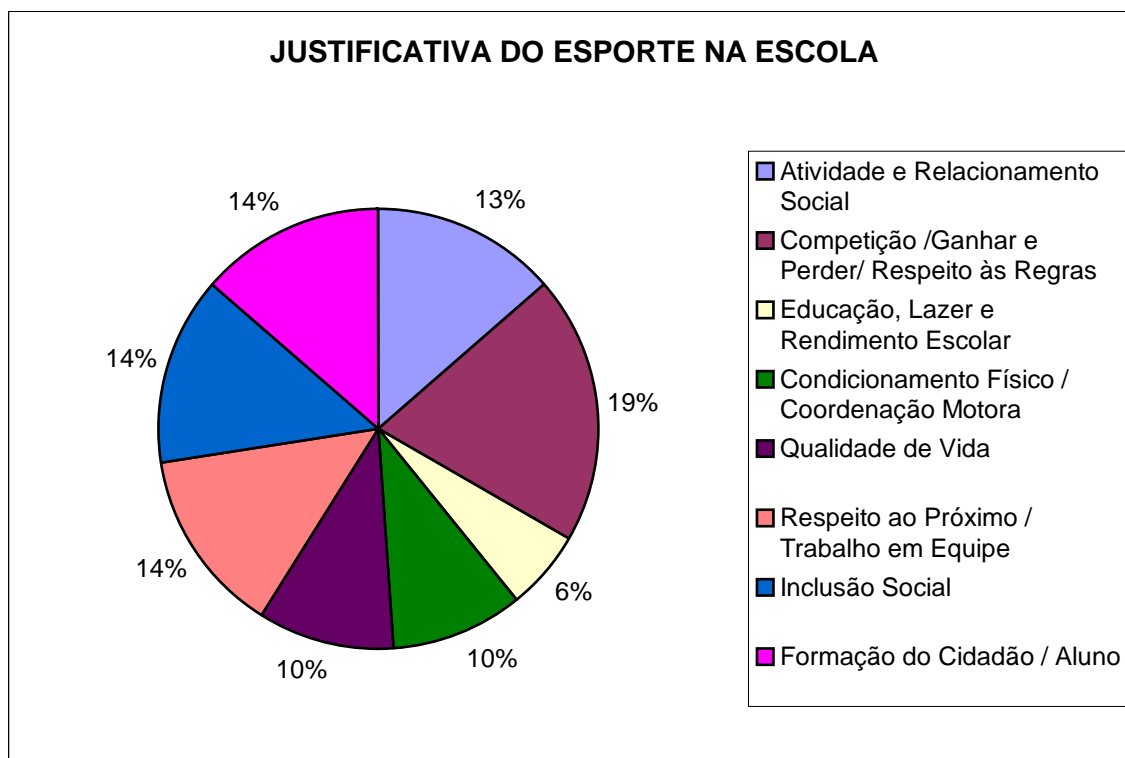


Foram vários os entendimentos de cidadania encontrados nas respostas dos indivíduos pesquisados. Buscamos então agrupá-los em três categorias para melhor compreendê-los.

Metade dos indivíduos entende que cidadania está relacionada à solidariedade, entendimento que se contrapõe ao individualismo tão estimulado nas escolas e conseqüentemente também no esporte.

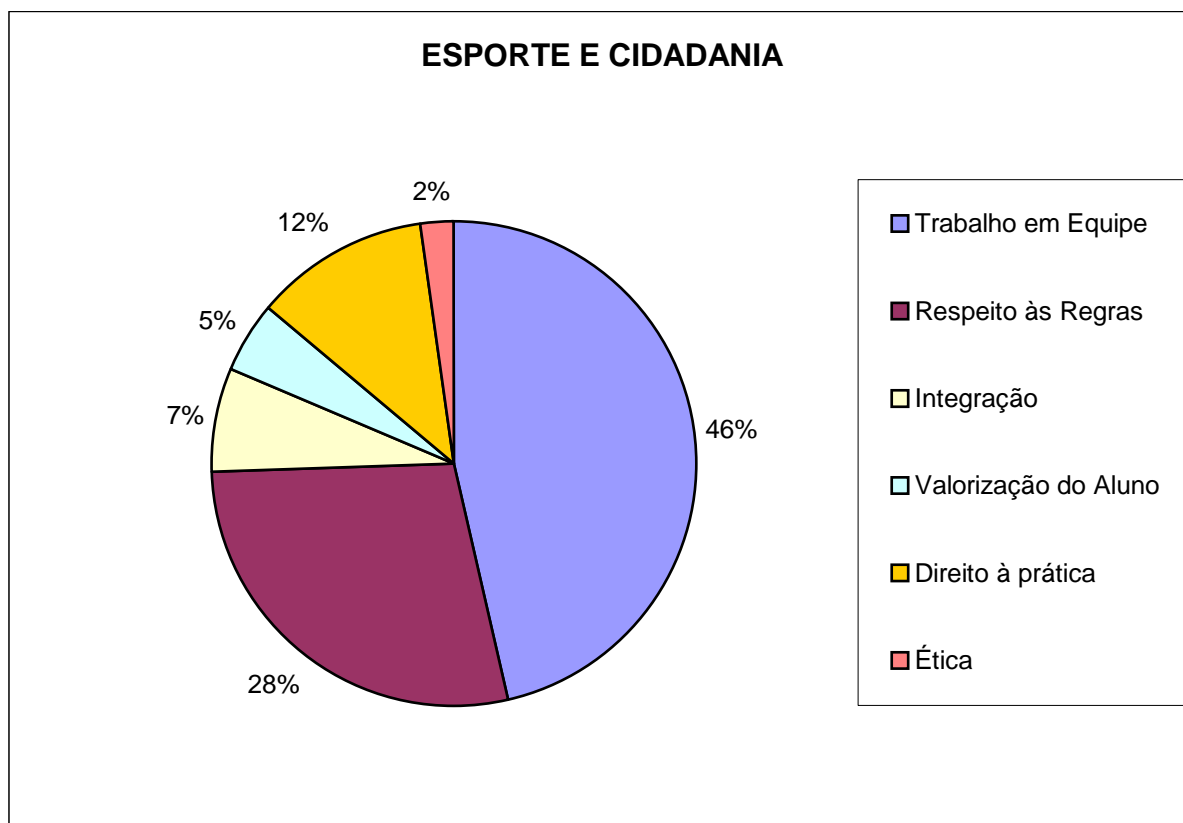
Para 40% dos indivíduos pesquisados o entendimento de cidadania se restringe ao cumprimento de direitos e deveres, no entanto Manzini Covre (2003) nos chama a atenção sobre a importância da exigência dos direitos garantidos em lei.

Apenas 10% entende que a cidadania está relacionada à participação na sociedade, sem, no entanto, entender que essa participação deveria ser de forma crítica como nos mostra Martins (2000, p.58).



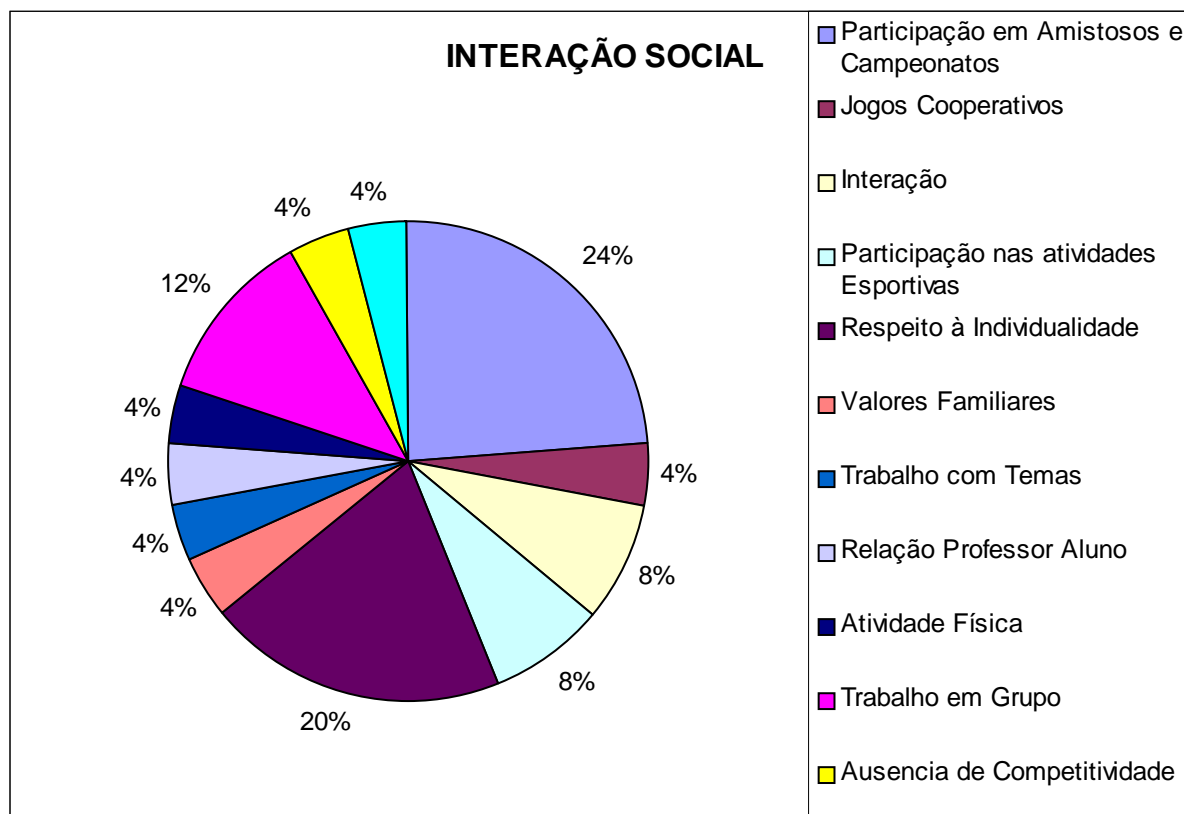
Para os indivíduos pesquisados são diversas as justificativas da presença do esporte na escola; dentre elas, destacam-se a competição, o respeito às regras, o respeito ao próximo, a inclusão social e a formação do cidadão.

Existência de relação entre esporte e cidadania



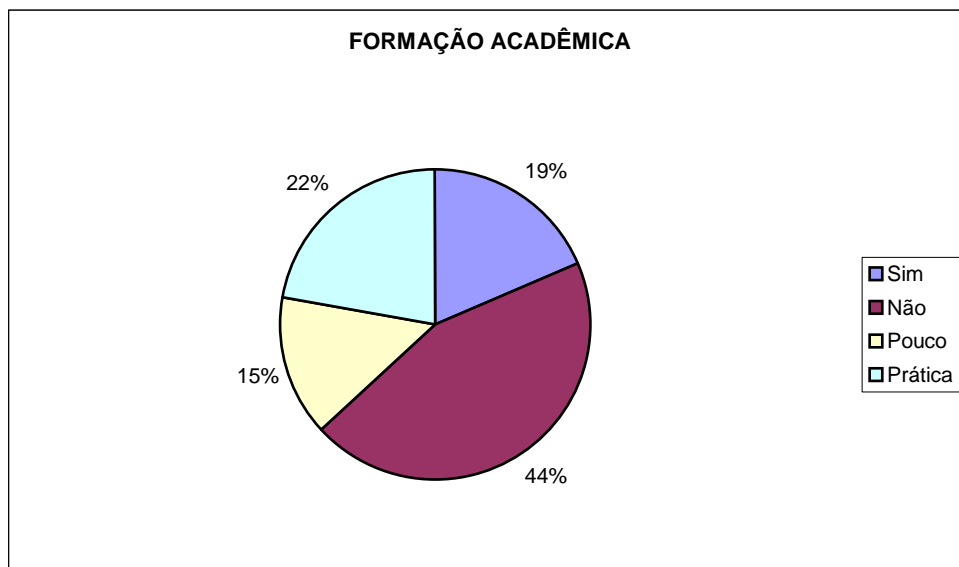
Dentre o grupo pesquisado os conceitos mais usados para relacionar o esporte e a cidadania foram: trabalho em equipe, respeito às regras e direito à prática. Porém, algumas respostas pareceram confusas, aparentemente incompreensíveis ou inadequadas para a pergunta feita, levando a entender que as relações entre esporte e cidadania não são ou não estão claras para o professor.

Sobre o favorecimento da interação social através do esporte:

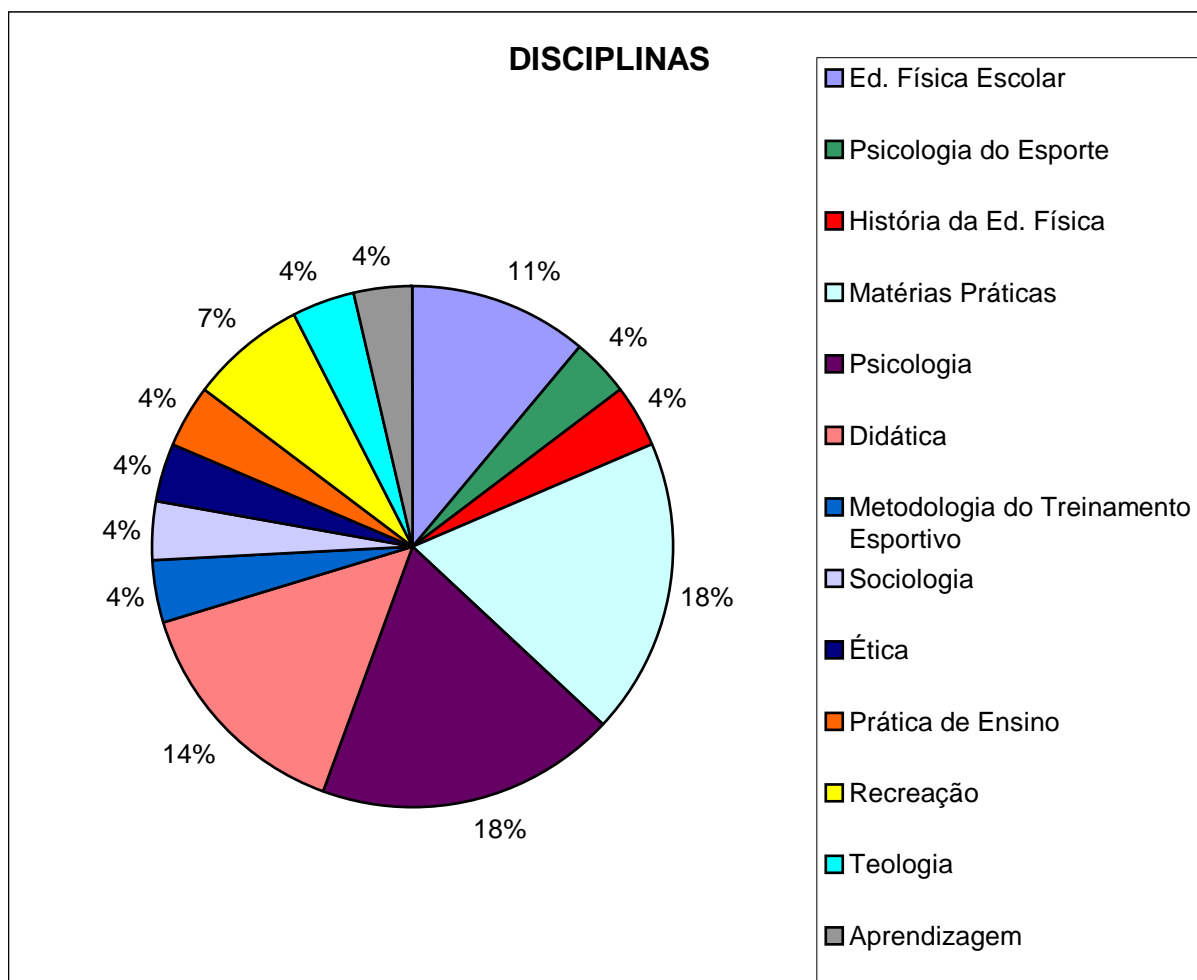


Dos entrevistados, os entendimentos a respeito da interação social mais expressivos foram: a participação em amistosos e campeonatos, o respeito à individualidade e o trabalho em grupo. Percebe-se também aqui, dificuldades de alguns professores no entendimento do conceito de interação social.

Sobre a contribuição da formação acadêmica:



Perguntados sobre a contribuição da formação acadêmica para entender questões ligadas à cidadania e, dentre elas, a ligação entre esporte e cidadania, a maioria respondeu que não houve contribuição. Há também uma grande predominância de indivíduos que responderam que a prática do dia-a-dia de trabalho contribuiu para entender questões ligadas à cidadania.



Dentre os que responderam que a faculdade contribuiu ou contribuiu pouco para a formação do professor, capaz de entender questões ligadas à cidadania, as disciplinas que assim o fizeram foram, na sua maioria, a Psicologia, matérias práticas, (como atletismo, judô, natação e ginástica), Didática e Educação Física Escolar.

3.2.1 Discussão dos Resultados

Ao analisarmos os dados obtidos na primeira parte da entrevista onde procuramos traçar o perfil do entrevistados, observamos que há um equilíbrio entre homens e mulheres, havendo uma ligeira vantagem para estas. Já entre as instituições que formaram os professores, 52% dos entrevistados são formados na Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, 38% na PUC-Campinas, 5% na UFSCAR e 5% na UNIFAE de São João da Boa Vista.

Do total dos professores, 37% concluiu a sua graduação na década de 80; 29% na década de 90; 24% na década de 70 e 10% no início da presente década, portanto, temos um quadro em que a ampla maioria da população pesquisada foi formada há, no mínimo, quinze anos atrás e vemos que 64% possuem somente a graduação em Educação Física e poucos procuram se atualizar através de leituras específicas da Educação Física. Será que as necessidades dos alunos de quinze anos atrás são as mesmas de hoje? Será que a Educação Física não produziu conhecimentos que justificasse essa constante atualização?

Entendemos que a falta de hábito de constante atualização seja um problema da formação acadêmica, embora o(a) professor(a) de Educação Física tenha a sua parcela de responsabilidade, e aí podemos estabelecer duas hipóteses para esse anacronismo: a primeira hipótese refere-se à idéia de conclusão, de término da graduação nos moldes da ciência positivista onde tudo tem começo, meio e fim e que, ao concluir a sua graduação o profissional está pronto e acabado e a segunda hipótese refere-se à desmotivação profissional que vem através da baixa remuneração obrigando os professores a trabalharem em várias escolas ou em outras áreas de atuação que não somente a Educação Física para que estes tenham um mínimo de condição de sobrevivência.

Ao que tudo indica, um profissional que se reconhece como pronto e acabado, que passa por um intenso processo de desmotivação profissional, não possui esperanças de mudanças. Vimos o quanto isso é importante no capítulo dois desse trabalho. Ora, se ele se reconhece como um indivíduo historicamente construído e em constante construção, este processo de mudança de consciência traz para os indivíduos a esperança da mudança, mudança da sua condição de objeto para a de

sujeito de sua história e conseqüentemente de sua profissão, assim ele se torna o objeto e o sujeito da sua transformação.

No que se refere ao acesso aos bens culturais a grande maioria lê revistas jornalísticas uma vez por semana, quanto à leitura de livros os mais freqüentes são os relacionados à Educação, Educação Física e Esporte e livros de Romance.

A maioria prefere ver os filmes em casa duas vezes por semana do que ir ao cinema. O acesso ao teatro, restrito à metade do universo pesquisado, acontece apenas anualmente.

Em relação às atividades físicas há uma ampla vantagem para o esporte seguido pela dança e academia.

No desenvolvimento desse trabalho defendemos a idéia de que a cidadania é o exercício diário de reivindicações de direitos, porém com um quadro como o apresentado acima, em que os indivíduos se constituem mais como objetos do que como sujeitos de sua história, somos levados a entender que tais profissionais estarão formando também alunos objetos. Entendemos que não há como promover a mudança de objeto para sujeito se os próprios professores(as) não se reconhecerem como sujeitos e não reconhecerem a existência da possibilidade de mudança.

Recorrendo à página do Inep (www.inep.gov.br) em busca de informações sobre a quantidade de alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental de São João da Boa Vista encontramos as seguintes informações: 75% dos alunos, ou seja, 3.802 alunos estão matriculados em escolas estaduais e 25%, 1.238 alunos nas escolas particulares.

Estabelecendo uma relação entre a quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental das redes estadual e particular, a formação acadêmica dos professores sobre temas ligados à cidadania e os entendimentos sobre o que justifica a presença do esporte na escola podemos ver a perpetuação de um modelo de cidadania alienada que perpassa as duas redes de ensino com prejuízo maior para 75% dos alunos, pois estes aprendem um modelo de participação na sociedade que os levam à domesticação, docilização e reproduzem a ideologia do mérito.

No que se refere ao entendimento de cidadania, embora todos os entrevistados tenham emitido suas opiniões a respeito, para a ampla maioria a cidadania relaciona-se com direitos e deveres, trabalho em comunidade e respeito ao próximo, sem uma opinião mais política e aprofundada sobre a questão. 44% dos

entrevistados declararam que a faculdade não contribuiu para a compreensão de questões ligadas à cidadania e 22% declararam que o dia-a-dia de trabalho foi o fator que mais contribuiu para a construção de um entendimento de cidadania.

Um outro fator que também nos chamou a atenção foi a quantidade de explicações para cidadania. Embora a grande maioria dos indivíduos pesquisados tenha sido formada em duas instituições ao longo de quase trinta anos, em todos eles encontramos muito forte a questão dos direitos e deveres. Essa situação tem como consequência a reprodução de um modelo de cidadania que tem como principal função a domesticação dos indivíduos.

As respostas obtidas explicam a razão pela qual o entendimento de cidadania dos indivíduos pesquisados está tão próximo do senso-comum. Em todas as respostas, em nenhum momento encontramos formulação semelhante à que foi apresentada no capítulo dois da presente dissertação. Essa situação em parte explica-se, pois até a metade da década de 80 vivemos em um período de regime militar, porém a situação alterou-se através dos movimentos populares em favor da democratização já, porém o entendimento de cidadania ficou preso ao senso-comum, talvez porque até mesmo os cursos de graduação não tenham dado o merecido valor e destaque para um assunto tão importante.

O cruzamento das informações obtidas mostrou que a justificativa do esporte estar presente na escola se dá pelo fator da competição (onde estão embutidos valores como saber ganhar e perder e o respeito às regras) com 19%; da inclusão social com 14%; o respeito ao próximo com 14%; e a formação dos alunos também com 14% e, ao analisarmos os dados obtidos sobre o esporte e a cidadania nos chocou a multiplicidade de entendimentos que surgiram. Dentre estes destacam-se: a solidariedade, a convivência em comunidade e o trabalho em equipe, porém quando analisamos o entendimento de como se dá a interação social nas aulas de Educação Física em que o esporte é ensinado, vemos surgir como os principais fatores o trabalho em grupo com 12%, o respeito à individualidade com 20% e a participação em jogos amistosos e campeonatos com 24%.

Se o que justifica o esporte na escola é a competição, a inclusão social, o respeito ao próximo e a formação do indivíduo e a interação social no esporte se dá pela via de participação em amistosos e em campeonatos, de que inclusão social estamos falando? De que formação de indivíduos estamos falando? A participação em amistosos e campeonatos é em si excludente; somente os mais aptos

participam. Nada contra a competição; muito pelo contrário, somos a favor desde que esta seja utilizada com o devido cuidado, respeitando o local em que estiver inserida, em nosso caso, o esporte escolar.

No primeiro capítulo deste trabalho procuramos mostrar como o esporte moderno se desenvolveu e como o mesmo foi culturalmente adquirido ou absorvido por nossa sociedade. Podemos dizer que o esporte moderno é um patrimônio cultural da humanidade; conseqüentemente, todas as pessoas têm o direito de acesso à prática esportiva. No entanto, através da competição promovemos a exclusão, negando assim o direito à prática esportiva, a possibilidade de educação pelo esporte e também pela competição, já que esta é inerente ao esporte.

As condições infraestruturais inadequadas das escolas, em sua grande maioria estaduais, constituem uma exclusão tão grande ou maior do que a forma como o esporte vem sendo trabalhado nas escolas.

No âmbito da formação do indivíduo, como vamos respeitar as individualidades promovendo a exclusão? Se determinado aluno não é ou não está apto a participar dos amistosos ou campeonatos estaremos desenvolvendo nesse aluno um grande individualismo, pois estaremos passando para ele que ele é o único responsável pela sua inclusão ou exclusão na equipe da escola, conseqüentemente o trabalho em equipe, a solidariedade ficam prejudicados. Atuando dessa forma também promovemos a domesticação de nossos alunos pois estaremos promovendo o consenso social, sendo assim, o aluno que faz parte da equipe deve isso somente aos seus esforços, o aluno que está excluído ou se conforma com sua situação de excluído ou lutará para estar incluído e assim jamais questionará a forma como a competição, nos moldes do modelo capitalista de produção, está se desenvolvendo na educação física escolar.

Ainda sobre a interação social entendemos que a competição, como foi identificada na pesquisa de campo, também prejudica o desenvolvimento do respeito ao próximo, o respeito às individualidades, pois com a exacerbação do individualismo, o respeito às individualidades estará prejudicado, assim a esse aluno somente restará se esforçar para manter a sua situação de incluído ou mudar sua condição de excluído em detrimento das condições individuais alheias.

Atuando dessa forma a Educação Física escolar, em específico o esporte escolar, promove o desenvolvimento de uma cidadania passiva, domesticada, dócil,

uma cidadania burguesa, ou seja, uma cidadania reacionária que luta pela manutenção de nossa sociedade como está.

Se para Proni (2000) a essência do esporte moderno é a ideologia democrática de liberdade, igualdade e fraternidade e ao mesmo tempo vela pela manutenção das estruturas de classe de nossa sociedade, vemos o esporte trabalhando a inclusão social através de campeonatos justificando assim a meritocracia, ou seja, a idéia de igualdade de condições de disputa, conseqüentemente, desenvolvendo valores burgueses, conseqüentemente velando pela manutenção das estruturas de classe e nossa sociedade.

Se entendemos o esporte como um espaço privilegiado para a vivência de valores, entre eles valores democráticos, e que nele está presente a idéia de mudança; que a democracia antes de ser forma política é forma de vida e que esta se converte em forma de participação política, ou seja, na forma como os indivíduos se inserem na sociedade, o esporte moderno pode ser usado para a vivência de valores verdadeiramente democráticos, procurando mudar a inserção dos indivíduos na sociedade através da forma como este é praticado, ou seja através das relações sociais que o esporte pode proporcionar objetivando a transição de consciência, proporcionando a transcendência para a vida do cidadão, não ficando o esporte preso em si mesmo; assim entendemos que podemos mudar a forma como os indivíduos se inserem na sociedade.

Para tanto a formação acadêmica assume uma importância vital, pois somente conseguirá fazer com que seus alunos, através do esporte, façam a transcendência para a cidadania, se o professor já tiver feito a transição de consciência em direção a uma consciência crítica e articulada com as necessidades de nossos alunos, portanto, democracia é sim forma de vida e se nossos professores não compreenderem isso, jamais poderão fazer e compreender a ligação entre esporte e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vemos um quadro em que a Educação se tornou um espaço de disputa hegemônica, em que pouco a pouco os grupos que controlam o Estado vão passando a sua ideologia no intuito de manter a sua dominação, enquanto as classes sociais mais baixas lutam por uma educação de melhor qualidade para que esta venha a atender as suas necessidades mais básicas e assim adquirir capacidade de intervenção na sociedade. Portanto, a Educação se torna um importante espaço de luta para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Assim sendo, a Educação Física e em nosso caso específico o esporte moderno, também se transforma em um espaço por disputas hegemônicas, porém de uma forma mais sutil que vai aos poucos seduzindo os alunos a absorverem, a internalizarem a ideologia capitalista, através da presença da ideologia do mérito do esporte de alto rendimento e que vem a influenciar o esporte educativo.

Aos poucos, a relação opressor e oprimido vai se difundindo no interior de nossa sociedade e a Educação Física e o Esporte também vêm a contribuir com isso, pois ao incentivarmos o individualismo como virtude a ser desenvolvida, como já vimos acima, e a competição como fator de inclusão social só vem a justificar essa relação de opressão, pois nela está implícita o saber ganhar e saber perder justificando assim a opressão de uns pelos outros.

Assim a formação acadêmica do Professor de Educação Física é de extrema importância e o primeiro fator que gostaríamos de desenvolver está exatamente na relação opressor oprimido. Todo oprimido carrega em si um opressor latente e assim que tiver a oportunidade, ou seja, assim que alcançar um lugar de destaque em nossa sociedade, por exemplo, professor, este indivíduo acordará o opressor e passará também a oprimir promovendo a reprodução daquilo que anteriormente ele foi vítima (MEDINA, 1990).

Através da percepção de que podemos ser possíveis opressores, mudando nossa condição de alienados, deixando de ser objetos da história para sermos sujeitos de nossa história, teremos condições de proporcionar situações democráticas em nossas aulas, pois entendemos que cidadania não se ensina, se vive e somente aquele que se reconhece como sujeito de sua história pode proporcionar a vivência democrática, pois não mais será opressor.

O entendimento de cidadania reacionária apresentada pelo público pesquisado reside na não transição de consciência ingênua para uma consciência crítica. Isso fica evidente quando comparamos os entendimentos de cidadania de professores que foram formados durante um regime de exceção como é o regime militar e o entendimento de professores formados após a abertura política de nosso país e também com os professores formados recentemente.

Se pelo trabalho o homem começa a elevar-se da escala de animal para a escala humana, o trabalho alienado promove a reação contrária à evolução apresentada, pois brutaliza o ser humano e transforma a sua essência humana em um simples meio de subsistência, trabalhando apenas para comer e procriar (MEDINA, 1990, p. 60); o professor trabalhando dessa forma estará reproduzindo a sua alienação e a brutalização por qual passou e vem passando promovendo a relação opressor-oprimido. Dessa forma, é necessário a libertação desse profissional para que este possa trabalhar também para a libertação; libertar o professor significa dar-lhe capacidade de pensar para melhor intervir na sociedade, aprender a aprender, enfim, humanizá-lo.

De partida, se pretendemos formar um cidadão que seja capaz de intervir na sociedade e na economia em sentido emancipatório e coletivamente solidário, é indispensável lançar mão do instrumento mais decisivo de inovação, que é a capacidade de reconstruir conhecimento (DEMO, 1996, p.273).

Dessa forma nos cabe compreender que o esporte moderno que foi construído no seio da sociedade burguesa européia, mais precisamente a inglesa, se desenvolveu ao mesmo tempo que o modelo de produção capitalista, expandiu-se pelo mundo assim como o capitalismo e se tornou o modelo hegemônico de prática corporal e que em virtude disso carrega valores ou até mesmo antecipa valores do modelo de produção econômica e conseqüentemente serve para a construção de um modelo de cidadania.

Como disse Demo, é necessária a inovação, o desenvolvimento da capacidade de reconstrução do conhecimento, em nosso caso o conhecimento esportivo, para que dessa forma possamos reconstruir o saber esportivo e aplicá-lo no dia-a-dia de trabalho, no mais claro exemplo de práxis esportiva e não mais ficarmos na retórica de que o esporte é reproduzidor do modelo de produção econômica, que o esporte é excludente e demais críticas, que entendemos serem todas pertinentes.

Cabe nesse momento desenvolvermos a capacidade de pensar e mais do que isso, o desejo de renovação constante, de atualização constante para que nossos professores(as) se coloquem diante do conhecimento produzido pela Educação Física de forma autônoma para que os mesmos tenham a capacidade de fazer as reconstruções do conhecimento necessárias de forma que este conhecimento tenha frutos no seu dia-a-dia de trabalho.

Assim sendo, a formação acadêmica é por demais importante. Entendemos que deva ser uma formação sólida que considere o ser humano em suas diversas dimensões e que não o reduza a somente uma, e que da mesma forma entenda o fenômeno social esportivo em suas diversas formas de manifestação na sociedade e não o reduza a somente uma forma de participação; entenda ainda que existe o predomínio de uma forma de participação em detrimento das outras. Entendemos que assim poderemos situar o esporte de acordo com os interesses daqueles que o praticam.

A boa formação acadêmica é fundamental. Hoje sabemos da importância do professor pesquisador, uma vez que o conhecimento não é estático e o professor precisa de atualização constante.

Assim, à educação cabe pegar o núcleo válido do senso-comum, o bom-senso (SAVIANI), e dar-lhe expressão crítica e articulada para que esse estudante de Educação Física possa desenvolver a capacidade de pensar, inovar e reconstruir

conhecimentos e que assim possa desenvolver a capacidade de entender, em nosso caso específico, questões ligadas à cidadania e a sua interface com o esporte para que tenha condições de melhor intervir na sociedade.

Como vimos acima, há uma diversidade de entendimentos de cidadania, assim como também há diversidade no entendimento sobre o que justifica a presença do esporte na escola e as suas relações com o desenvolvimento de um modelo de cidadania que hoje é reacionário, mas que pode vir a mudar.

Estas visões fragmentadas sobre cidadania, sobre o que justifica o esporte na escola e cidadania e esporte tornam nebuloso o processo de esclarecimento e entendimento das interfaces entre a cidadania e o esporte e, como vimos, aos poucos vão se passando valores e ideologias que objetivam em última instância a manutenção do *status quo* de nossa sociedade, portanto, entendemos que seja necessária uma melhor formação acadêmica relacionada a esses temas para que os professores se tornem mais articulados e busquem a emancipação de seus alunos através da vivência da experiência democrática, conseqüentemente da cidadania, que o esporte pode proporcionar.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente toda criança tem o direito de estudar em escolas que estejam perto de sua moradia e é o que realmente ocorre, assim sendo, a escola pode perpetuar a condição social dos alunos como também pode subverter essa ordem e nesse quadro entendemos que o esporte é de suma importância, pois podemos educar para a cidadania, através da vivência de valores democráticos, pois à medida que o saber democrático vai se generalizando fica cada vez mais difícil que a massa continue na ignorância (MANNHEIN apud FREIRE, p. 110) e à medida que a massa deixe de ser ignorante, esta vai se humanizando, promovendo assim uma libertação que começa a ser sentida em seu próprio corpo.

Portanto é necessário que o professor de Educação Física tenha uma compreensão social e política mais comprometida e articulada com a satisfação das necessidades humanas; que este, ao invés de uma consciência ingênua, possua uma consciência crítica para que tenha a capacidade de identificar pelos meandros das práticas esportivas, das teorias pedagógicas e da relação professor-aluno o currículo oculto existente por trás de suas práticas, que tenha a capacidade de reconstruir os conhecimentos aprendidos, ou seja, aprender a aprender, e transformá-los em ações objetivando a transformação da condição de trabalho alienado em trabalho humano, livre, consciente e comprometido.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1995a.

_____. Avanços no conhecimento etnográfico da escola. In: *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Ivani Catarina Arantes Fazenda (org.), Campinas, SP: Papyrus, 1995b.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: *Educação e Cidadania / BUFFA, E., ARROYO, M. G., NOSELLA, P.* São Paulo, Cortez, 2002.

ASSIS, Sávio. *Reiventando o esporte: possibilidade da prática pedagógica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BETTO, Frei, A esquizofrenia (neo)liberal. In: BETTO, Frei e SADER, Emir. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, 1994.

BRACHT, Valter. Esporte, História e Cultura. In: *Esporte: história e sociedade*. Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRUHNS, Heloisa Turini. *O Corpo Parceiro e o Corpo Adversário*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

- BUFFA, Éster. Educação e cidadania burguesas. In: *Educação e Cidadania /* BUFFA, E., ARROYO, M. G., NOSELLA, P. São Paulo, Cortez, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Nazaré Cristina. Criança, Escola e Ludicidade: Alguns aspectos que permeiam e dificultam esta relação. In, *Encontro Nacional de Recreação e Lazer; Coletânea do IX ENAREL*, Organização: Christianne L. G. Werneck, Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo-SP, Editora Ática, 1999.
- DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP, Papyrus, 1994.
- _____. Formação permanente de formadores – educar pela pesquisa. In: MENEZES, Luis Carlos (org.). *Professores: formação e profissão*, Campinas – SP: Autores Associados, São Paulo, SP: NUPES, 1996.
- DUNNING, Eric. “A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto.” In: Elias, Norbert & Dunning, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, pp. 299 – 325.
- ENQUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1993. 2v
- _____. “Introdução”. In: Elias, Norbert & Dunning, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, pp. 39-99, 1992.
- FERNANDES, Ângela V. M. Cidadania, Democracia e Cultura Política: Brasil e Espanha em análise. In: VAIDERGORN, José (org.). *O Direito a Ter Direitos*. Campinas, Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 27ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. In: *Educação e Cultura: pensando em cidadania*. Maria Alice Rezende Gonçalves (org.), Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Concepção dialética de educação: um estudo introdutório*. 9ª ed.: São Paulo: Cortez, 1995.

GEBARA, Ademir. História do esporte: novas abordagens. In: *Esporte: história e sociedade*. Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

HELAL, Ronaldo. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2000.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Quando a lei é uma regra: um estudo da educação física escolar brasileira*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desporto, 1994.

_____. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. (tese de doutorado), Campinas, SP, UNICAMP, FEF, 2000.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI COVRE, Maria de Lurdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARCHI JUNIOR, Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: *Esporte: história e sociedade*. Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MEDINA, João Paulo S. “Reflexões sobre a fragmentação do saber esportivo”, In: *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI*. Ademir Gebara ... (et. Al.); Wagner Wey Moreira (org.), Campinas, SP, Papirus, 1993.

_____. *O brasileiro e seu corpo: Educação e política do corpo*. 2ª ed., Campinas – SP: Papirus, 1990.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, currículo e construção do conhecimento*. Revista tecnologia Educacional – v. 22, (118), maio/junho, 1994.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Bohm e a organização capitalista do esporte. In: *Esporte: história e sociedade*. Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SADER, Emir. Ressaca (neo)liberal. BETTO, Frei e SADER, Emir. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O direito a vida e à morte. In: BETTO, Frei e SADER, Emir. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O mercado de Sofia. In: BETTO, Frei e SADER, Emir. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Direitos X mercado. In: BETTO, Frei e SADER, Emir. *Contra versões: civilização ou barbárie na virada do século*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 13ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 19ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: Raízes Européias e Brasil*, 2ª ed. Ver., Campinas, SP, Autores Associadas, 2001.

SOUZA, Jean Carlos de. *Jogo e esporte: um paradoxo moral*. (Dissertação de mestrado), UNICAMP, Faculdade de Educação, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, Manuel José Gomes. *O que é esporte*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

_____. *Teoria Geral do Esporte*. São Paulo, IBRASA, 1987.

_____. *Dimensões sociais do esporte*. 2. ed. Revista, São Paulo, Cortez, 2001.

VAIDERGORN, José. Liberalismo, Cidadania Conservadora e Educação. In: VAIDERGORN, José (org.). *O Direito a Ter Direitos*. Campinas, Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

Web Site

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
www.inep.gov.br

ANEXOS

Anexo A

Roteiro de entrevista para o professor de Educação Física

Caracterização dos respondentes

Indivíduo nº _____ Sexo: M() F() Idade: _____ anos

Formação superior:

Licenciado em Educação Física:

Instituição: _____ Ano: _____

Outros:

Instituição: _____ Ano: _____

Instituição: _____ Ano: _____

Pós-graduação:

Área: _____ Instituição: _____ Ano: _____

Área: _____ Instituição: _____ Ano: _____

Área: _____ Instituição: _____ Ano: _____

Tempo de magistério: _____ anos

Rede de ensino em que atua: () estadual () municipal () particular

1. Você lê revistas? ()sim ()não Quais? _____
2. Quantas vezes por semana? _____
3. Você lê livros? ()sim ()não Qual (is) gênero(s) _____
4. Com que frequência? _____
5. Você gosta de cinema? ()sim ()não Que tipo de filmes prefere? _____
6. Prefere ver filmes em casa ou no cinema? _____
7. Com que frequência você assiste filmes? _____
8. Você vai a teatros? ()sim ()não Onde? _____
9. Com que frequência? _____
10. Você sai para dançar? _____ Quantas vezes? _____
11. Você pratica esportes? _____ Quantas vezes por semana? _____
12. Você frequenta academia? _____ Quantas vezes por semana? _____

13. O que você entende por cidadania?

14. Para você o que justifica a presença do esporte na escola?

15. Existe relação entre esporte e cidadania? _____

16. Como ocorre esta relação?

17. Seu trabalho com esporte favorece o desenvolvimento da interação social entre seus alunos? _____

Como? _____

18. Seu curso de Graduação em Educação Física lhe deu subsídios para entender questões ligadas à cidadania e dentre estas questões entender a ligação entre o esporte e a cidadania?

19. Em caso afirmativo, que disciplinas proporcionaram tal conhecimento?
